



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS DOM PEDRITO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO –
LICENCIATURA**

**Dom Pedrito
2016**

REITOR

Marco Antônio Fontoura Hansen

VICE-REITOR

Maurício Aires Vieira

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Ricardo Carpes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Alessandro Girardi

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Nádia Fátima dos Santos Bucco

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Sandro Burgos Casado Teixeira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Evelton Machado Ferreira

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

Luís Hamilton Tarragô Pereira Jr.

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

César Augustus Techemayer

DIRETOR DO CAMPUS DOM PEDRITO

Fernando Zocche

COORDENADOR ACADÊMICO DO CAMPUS DOM PEDRITO

Algacir José Rigon

COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DOM PEDRITO

Alessandro Melo

COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - LICENCIATURA

Maritza Costa Moraes

**ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO
Da Comissão de Elaboração**

Algacir José Rigon
Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura
Aniara Machado
Annie Mehes Maldonado Brito
Jose Guilherme Franco Gonzaga
Leandro Duso
Marcelo Vaz Pupo
Maritza Costa Moraes
Vinicius Piccin Dalbianco

**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO EDUCAÇÃO DO
CAMPO - LICENCIATURA**

Algacir José Rigon
Annie Mehes Maldonado Brito
Denise da Silva
Lisete Funari Dias
Maritza Costa Moraes
Marilisa Bialvo Hoffmann
Suzana Cavalheiro de Jesus
Vinicius Piccin Dalbianco

COMISSÃO DE CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO - LICENCIATURA

Algacir José Rigon
Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura
Aniara Machado
Annie Mehes Maldonado Brito
Camila Aparecida Tolentino Cicuto
Denise da Silva
Jose Guilherme Franco Gonzaga
Leandro Duso
Lisete Funari Dias
Marcelo Vaz Pupo
Marilisa Bialvo Hoffmann
Maritza Costa Moraes
Suzana Cavalheiro de Jesus
Vinicius Piccin Dalbianco

COLABORAÇÃO

Alexandre Gonçalves Garcia
Daniel da Silva
Iago Ribeiro Montiel

Sumário

Identificação.....	1
Apresentação.....	3
1 Contextualização UNIPAMPA.....	5
1.1 UNIPAMPA: Criação e objetivos.....	5
1.2 Realidade de inserção da UNIPAMPA.....	11
1.3 Contexto de inserção do Campus Dom Pedrito.....	13
1.4 Justificativa Social para a Criação do Curso.....	19
1.5 Pressupostos Legais e Normativos.....	24
1.5.1 Legislação Específica para a Educação do Campo – Licenciatura.....	24
1.5.2 Legislação para os Cursos de Licenciatura.....	29
1.5.3 Normativas Institucionais.....	29
1.5.4 Legislação Geral.....	29
2 Organização Didático-Pedagógica.....	32
2.1 Contextualização e Perfil do Curso.....	32
2.1.1 Objetivos.....	33
2.1.1.1 Objetivo Geral.....	33
2.1.1.2 Objetivos Específicos.....	33
2.1.2 Perfil e Habilidades do Egresso.....	36
2.1.3 Campo de Atuação Profissional.....	38
2.2 Apresentação do Curso.....	39
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus Dom Pedrito.....	39
2.2.1.1 Comissão e Coordenação de Curso.....	40
2.2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.....	40
2.2.1.3 Conselho Comunitário (CC).....	41
2.2.2 Funcionamento do Curso.....	42
2.2.2.1 Titulação conferida:.....	42
2.2.2.2 Do processo seletivo:.....	42
2.2.2.3 Oferta de Vagas:.....	42
2.2.2.4 Ingresso:.....	42
2.2.2.5 Regime de matrícula:.....	42

	5
2.2.2.6 Período de realização do curso:.....	43
2.2.2.7 Calendário acadêmico:.....	43
2.2.2.8 Carga horária e respectiva distribuição no curso:.....	43
2.2.3 Formas de Ingresso.....	44
2.3 Organização Curricular.....	47
2.3.1 Marco Metodológico.....	48
2.3.1.1 Alternância.....	52
2.3.1.2 Organização do Trabalho Pedagógico.....	54
2.3.2 Requisitos para a Integralização do Currículo.....	56
2.3.2.1 Atividades Complementares de Graduação.....	58
2.3.2.2 Trabalho de Conclusão de Curso.....	59
2.3.2.3 Estágios.....	59
2.3.2.4 Prática como Componente Curricular.....	61
2.3.2.5 Plano de integralização da carga horária.....	64
2.3.3 Metodologias de Ensino e Avaliação do Conhecimento.....	73
2.3.3.1 Ensino-Aprendizagem e avaliação do conhecimento.....	74
2.3.3.2 Papel do Docente e Estratégias Didático-Pedagógicas.....	78
2.3.3.3 Uso Pedagógico de Recursos de Tecnologia de Comunicação e Informação.....	81
2.3.3.4 Vinculação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	83
2.4 Matriz Curricular.....	85
2.4.1 Ementário.....	92
2.4.1.1 Primeiro Semestre.....	92
2.4.1.2 Segundo Semestre.....	101
2.4.1.3 Terceiro Semestre.....	110
2.4.1.4 Quarto Semestre.....	119
2.4.1.5 Quinto Semestre.....	131
2.4.1.6 Sexto Semestre.....	142
2.4.1.7 Sétimo Semestre.....	151
2.4.1.8 Oitavo Semestre.....	160
2.4.2 Flexibilização Curricular.....	168
2.4.2.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação.....	168
2.4.2.2 Equivalência Componentes.....	188
2.4.2.3 Inclusão Curricular dos Temas Integradores ou Transversais.....	196
3 Recursos.....	201

3.1 Corpo Docente.....	201
3.2 Corpo Discente.....	206
3.3 Infraestrutura.....	207
4 Avaliação Institucional.....	210
4.1 Autoavaliação do curso.....	214
4.2 Ações para o Acompanhamento de Egressos.....	216
REFERÊNCIAS.....	218
APÊNDICES.....	224
I Aproveitamento Atividades Complementares de Graduação (ACGs).....	224
II Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	233
III Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.....	241

Identificação

1 – UNIVERSIDADE

Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Lei de Criação: Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008.

Natureza Jurídica: Fundação Federal

2 – ENDEREÇO

Reitoria

Avenida General Osório, n.º 900

Fone: + 55 53 3240-5400

Fax: + 55 53 32415999

CEP 96400-100 – Bagé/RS

Pró-Reitoria de Graduação

Avenida General Osório, n.º 1139 – 1º Andar

CEP 96400-100 – Bagé/RS

Fone: + 55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)

Fone: + 55 53 3240 5436 (Geral)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Campus Dom Pedrito, Educação do Campo – Licenciatura

Rua: 21 de Abril, n.º 80

CEP: 96450-000 Dom Pedrito/RS

Fone: +55 53 3243-7300

Site: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/#>

E-mail: lecampo.dompedrito@unipampa.edu.br

Dados de Identificação do Curso

- 1) Nome: Curso de Educação do Campo – Licenciatura
- 2) Campus: Dom Pedrito
- 3) Grau: Licenciatura
- 4) Turno: integral
- 5) Integralização: 8 semestres/ 4 anos/ 3290 horas
- 6) Número de vagas: 60
- 7) Portaria de Autorização do Curso: Ata Nº 50 – 50ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Portaria N. 001 de 04 de outubro de 2013.

Apresentação

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Educação do Campo – Licenciatura – UNIPAMPA – Dom Pedrito, sistematiza o contexto histórico e acadêmico, os marcos legais, o perfil do egresso e a titulação, a organização didática pedagógica, além das ementas dos componentes curriculares. A Licenciatura em Educação do Campo é uma demanda das comunidades da campanha gaúcha que foi acolhida pela UNIPAMPA. A necessidade de educadores (as) com essa formação específica é crescente, para enfrentar a grave crise educacional, em especial, as das escolas do campo. Por isso, nos últimos 20 anos, vem sendo crescente a formulação de políticas públicas, de diretrizes pedagógicas para dar conta da especificidade da Educação do Campo. Estas principais especificidades, tais como regime de alternância, organização curricular, instrumentos de registro e avaliação, interdisciplinaridade, regência compartilhada e as legislações que embasam a proposta estão explicitadas neste PPC.

Este documento é fruto de uma caminhada do Curso na UNIPAMPA. Em 2013, através de um projeto, elaborado por *Crisna Daniela Krause Bierhalz, Rafele Rodrigues de Araújo, Viviane de Almeida Lima, Elena Maria Billig Melo, Renata Hernandez Lindemann e Diana Paula Salomão de Freitas*, a UNIPAMPA concorreu ao Edital 02/2012 - SECADI/MEC/SESU. Com a seleção da Instituição, o curso foi implantado pelos(as) professores(as) *Crisna Daniela Krause Bierhalz, José Vicente de Lima Robaina, Lisete Funari Dias e Algacir José Rigon*. Hoje, o curso tem quatro turmas, sendo que a primeira, neste ano de 2016, cursa o quarto e o quinto semestres letivos. Ao longo desses anos, com as experiências vividas no curso, alguns ajustes mostraram-se necessários no PPC, tendo sido realizadas várias reuniões e aprendizagens coletivas para atender a esta necessidade. Tanto o Núcleo Docente Estruturante (NDE) quanto a Comissão de Curso, colegiados compostos pelo conjunto de docentes que lecionaram no curso, foram mobilizados para a tarefa.

Destes debates, surgiu a versão inicial deste projeto, do qual participaram ativamente¹: *Algacir José Rigon, Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura, Annie Mehes Maldonado Brito, Denise da Silva, José Guilherme Franco Gonzaga, Lisete Funari Dias, Marilisa Bialvo Hoffmann, Maritza Costa Moraes, Suzana Cavalheiro de Jesus, e Vinicius Piccin Dalbianco*, contando com a sistematização das professoras *Suzana Cavalheiro de Jesus (Presidente do NDE) e Marilisa Bialvo Hoffmann*². Todo este processo foi acompanhado e contou com a participação dos Técnico-administrativos em Educação (TAEs), *Alexandre Gonçalves Garcia, Daniel da Silva, Iago Ribeiro Montiel*, e a representação discente na Comissão de Curso.

Esta versão foi analisada por uma comissão da Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD – UNIPAMPA, composta pela docente *Paula Bianchi* e pelas TAEs *Natieli Luiza Branco e Claudia Garrido*, que com base nos pressupostos educacionais legais vigentes, colaboraram com a qualificação da proposta e adequação às diretrizes nacionais e institucionais, além de comentários específicos pela Divisão de Planejamento e Desenvolvimento, nos quais foram sugeridos ajustes e melhoras no projeto.

A atual versão incorporou as sugestões da PROGRAD e novas deliberações dos atuais docentes do curso. Desta forma, o PPC aqui apresentado é resultado do esforço coletivo de docentes e TAEs que trabalham pela efetivação do direito à educação escolar para os povos do campo.

Para cumprir as normas legais e as normativas da UNIPAMPA, o PPC está organizado em quatro capítulos: no primeiro, constam o contexto, a justificativa, os objetivos, perfil dos egressos, a forma de organização e gestão do curso; no segundo, destinado à organização pedagógica curricular, integralização da carga horária, estrutura e matriz curricular, entre outras; no terceiro estão previstos os recursos materiais e o corpo docente; e, no quarto avaliação institucional e o acompanhamento dos egressos. Consta ainda neste documento três apêndices: o regulamento das Atividades Complementares de Graduação, do Trabalho de Conclusão de Curso e de Estágio Supervisionado Obrigatório.

1 Tendo em vista as mudanças implementadas, apresentamos no item [2.4.2.2](#) (página 189) a tabela de equivalência entre os componentes curriculares dos dois PPCs do Curso.

2 Ambas, atualmente, exercendo o direito à licença maternidade.

1 Contextualização UNIPAMPA

1.1 UNIPAMPA: Criação e objetivos

A Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a qual vem sendo promovida pelo Estado Brasileiro, a partir da década de 2000. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

De acordo com informações atuais, disponibilizadas no site da UNIPAMPA, são ofertados 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia, com aproximadamente 3.240 vagas disponibilizadas anualmente, sendo 53% das vagas destinadas a candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. Em março de 2016, a Instituição apresentava aproximadamente 810 docentes, 848 Técnico-administrativos em Educação, 12.214 alunos de graduação e 1.189 alunos de pós-graduação (PDI 2014-1018). A Universidade conta com um corpo de servidores composto por docentes e Técnico-administrativos em Educação que proporcionam suporte para atender os discentes nos dez *campi*, conforme o que segue:

Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;

Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Física – Licenciatura, Química – Licenciatura, Matemática – Licenciatura, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa – Licenciatura, Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas – Licenciatura e Música – Licenciatura;

Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas – Licenciatura, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária.

Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Ciências da Natureza – Licenciatura, Educação do Campo – Licenciatura;

Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática – Licenciatura e Engenharia de Agrimensura;

Campus Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), História – Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural;

Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais, Direito e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Campus São Borja: Jornalismo, Relações Públicas, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura;

Campus São Gabriel: Ciências Biológicas – Bacharelado, Ciências Biológicas – Licenciatura, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza – Licenciatura, Medicina, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Educação Física – Licenciatura e Fisioterapia.

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se, em funcionamento 17 (dezesete) programas de pós-graduação *stricto sensu* (14 mestrados e 3 doutorados) e 32 (trinta e dois) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos seus dez *campi*. São eles:

Modo *Stricto sensu*:

Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica e Mestrado Acadêmico em Engenharia;

Campus Bagé: Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, Mestrado Profissional em Ensino de Línguas e Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada;

Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral;

Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação;

Campus São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas e Doutorado em Ciências Biológicas;

Campus Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica, Mestrado Acadêmico em Ciência Animal, Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas, Doutorado em Bioquímica, Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas e Doutorado em Ciências Fisiológicas;

Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração;

Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

Modo *Lato Sensu*:

Campus Alegrete: Especialização em Engenharia Econômica;

Campus Bagé: Especialização em Linguagem e Docência, Especialização em Educação e Diversidade Cultural, Especialização em Ensino de Literatura e Especialização em Processos Agroindustriais;

Campus Caçapava do Sul: Especialização em Geofísica e Geologia Aplicadas a Recursos Naturais e Meio Ambiente e Especialização em Educação Científica e Tecnológica;

Campus Dom Pedrito: Especialização em Produção Animal, Especialização em Educação do Campo e Ensino de Ciências e Especialização em Agronegócio.

Campus Itaqui: Especialização em Produção Vegetal.

Campus Jaguarão: Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras, Especialização em Direitos Humanos e Cidadania, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Metodologia do Ensino de Línguas e Literatura, Especialização em Educação e Especialização em Tecnologias Digitais e Educação;

Campus Santana do Livramento: Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira, Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas e Especialização em Gestão Pública;

Campus São Borja: Especialização em Políticas Públicas, Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos, Especialização em Atividades Criativas e Culturais e Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar;

Campus São Gabriel: Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade e Especialização em Gestão Pública e Meio Ambiente;

Campus Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, Especialização em Educação em Ciências, Especialização em Neurociência Aplicada à Educação, Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência, Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva e Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade, nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. Essa reivindicação foi atendida, em 22 de novembro de 2005, mediante o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável pela implantação da nova universidade, no primeiro momento.

O consórcio foi firmado a partir da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. A instituição, com formato multicampi, estabeleceu-se em dez cidades do Rio Grande do Sul, com a Reitoria localizada em Bagé.

A UNIPAMPA, que em seu Estatuto traça o comprometimento com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos aptos a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Para

tanto, a Universidade adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer: a) formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; b) excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando o desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; c) sentido público, manifesto pela gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional.

A UNIPAMPA tem como missão, de acordo com o PDI (2014 - 2018) promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Balizada nestes princípios, pretende-se uma Universidade que busque formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Como consequência, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

A concepção de ensino na UNIPAMPA pauta-se na ação pedagógica centrada na realidade do educando e nos contextos social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem; e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. A concepção de pesquisa está voltada para a construção de conhecimento científico, de caráter interdisciplinar, e busca o

estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Já a concepção de extensão assume o papel de promover a articulação entre a universidade e a sociedade, realimentando suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica.

1.2 Realidade de inserção da UNIPAMPA³

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região de inserção apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica,

3 Esta seção tem como base o PDI UNIPAMPA (2014-2018).

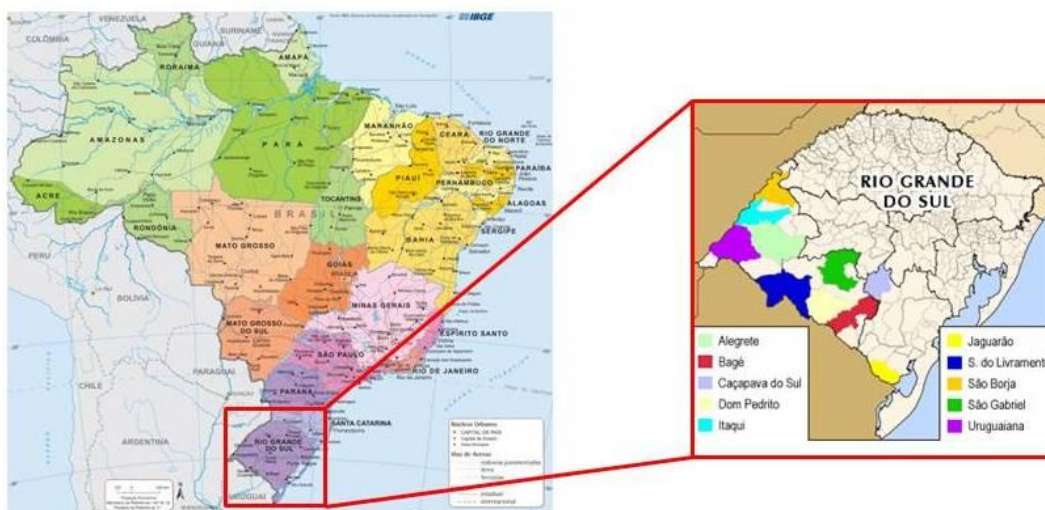
cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura multicampi facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei n.º 11.640 cria a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, a qual viria a abranger a região da Campanha Gaúcha e a Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme indicado nos mapas:

Figura 1 – Municípios de Atuação da UNIPAMPA



Fonte: www.porteiras.unipampa.edu.br/dompedito; google maps

1.3 Contexto de inserção do Campus Dom Pedrito

O Campus da UNIPAMPA que sedia o Curso de Educação do Campo fica localizado no Município de Dom Pedrito, cujo acesso principal é pela BR 293, com extensão de aproximadamente 535,7 km e interliga os Municípios de Pelotas e Quaraí, atravessando importantes municípios como os de Bagé e de Santana do Livramento. Na altura do km 252 desta rodovia está localizada a entrada principal do Município, pela rua vinte e um de abril, a mesma que dá acesso ao Campus.

O povoado de Dom Pedrito surgiu por volta de 1.800, com as atividades de contrabando, organizada por Pedro Ansuateguy, que respondia pela alcunha de Dom Pedrito, originando o nome do Município. Em 1872, pela Lei provincial n.º 815, 30/10/1872 foi desmembrado do território de Bagé, criando uma nova divisão administrativa na fronteira com o Uruguai, tendo como limítrofes os municípios de Rosário do Sul, São Gabriel, Lavras do Sul, Bagé, Santana do Livramento, além da República Oriental do Uruguai. O Município compõe a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense e a Microrregião Campanha Meridional. A região geográfica onde se localiza o Município registra, pelo menos, três Revoluções: a Farroupilha, a Federalista e a Revolução de 1923. Uma das marcas históricas do Município narra que em seu território fora assinado o Tratado de Paz da Revolução Farroupilha, que ocorreu no distrito de Ponche Verde, levando a cidade a ficar conhecida como Capital da Paz (LOPES, 1972).

Atualmente a área total do Município de Dom Pedrito é de 5.192,105 Km², a população estimada é de 38.898 habitantes, com densidade de 7,5 hab/km². As principais atividades econômicas são: pecuária, agricultura, fruticultura, comércio e indústria.

Verifica-se pelos dados fornecidos pelo IBGE (2015) que o crescimento da soja na última década passou de 28.000 ha, em 2005, para 76.000 ha em 2015, tornando a maior área cultivada no município. Junta-se a soja, o arroz 47.000 ha, o Sorgo 500 ha; Milho 358 ha; Melancia 100 ha, Uva 93 ha; Melão 80 ha; Azeitona 30 ha e Pêssego 10 ha. Entretanto, como ressaltaremos adiante, é crescente a área plantada de outras espécies. Em relação à pecuária e outros animais destacam-se a bovinicultura com cerca de 374.000 cabeças e ovinos com 133.000 cabeças.

A expansão da soja, na esteira da produção de commodities vem reduzindo a área de pastagem e afetando diretamente a paisagem do bioma. A aposta na produção de commodities, na perspectiva do agronegócio de exportação, como principal estratégia econômica vem comprometendo a sustentabilidade. A expansão da soja implicou no aumento do uso de agroquímicos, especialmente de agrotóxicos, com diversas consequências econômicas, sociais e ambientais, conforme audiência pública sobre o tema realizada em maio de 2015. A expansão da soja afeta também a produção pecuária. Segundo Bezzi e Alves (2013, p. 18) “houve uma substituição da pecuária bovina pelas lavouras empresariais” implicando em redução gradual do número de cabeça de bovinos. Por outro lado, é crescente a agricultura de subsistência e a produção para comercialização em circuito curto e que não aparece nos dados do censo agrícola do IBGE. Constata-se, por exemplo, na feira livre, realizada às sexta-feiras na praça da Matriz, a comercialização de bergamota, pera, laranja, morango, verduras, alimentos preparados como conserva, derivados do leite, da carne, além de doces e artesanatos. Mantendo a tradição dos modos de viver que (re) existem nos pampas gaúchos.

Para esta produção têm sido importante as políticas de incentivo à produção, industrialização e comercialização, estimulando a produção em média escala de alimentos em contexto local. Programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ao proporcionarem compra direto do produtor, rearranja positivamente as condições de vida e de produção no campo exigindo outras ações públicas como manutenção das estradas vicinais, postos de saúdes, escolas entre outras.

Essas ações podem reverter uma tendência de êxodo rural que vem sendo observado no Município. Estudos como o de Matte, Spanevello e Andreatta (2015) mostram que Dom Pedrito entre as cidades da Microrregião da Campanha Meridional é o município com maior índice de êxodo rural. Especialmente pela concentração de terras e envelhecimento da população residente no campo, fruto das condições econômicas e de vida para a permanência da juventude no campo, fatores que interferem na continuidade familiar.

Dom Pedrito é, em área de extensão, o quarto maior município do Rio Grande do Sul. Em sua estrutura fundiária predomina estâncias, de caráter empresarial,

típicas de pecuária extensiva, de lavouras de soja e arroz e de fazendas de criação de gado. A concentração fundiária medida pelo índice GINI (Relatório 2012 - DATALUTA RS) está em 0,735, representando a seguinte estratificação:

Tabela 1: Estrutura fundiária de Dom Pedrito

Área	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	% DE ÁREA / TOTAL POR FAIXA
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	4	0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	5	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	8	0
De 0,5 a menos de 1 ha	13	0
De 1 a menos de 2 ha	37	0,01
De 2 a menos de 3 ha	39	0,02
De 3 a menos de 4 ha	27	0,02
De 4 a menos de 5 ha	20	0,02
De 5 a menos de 10 ha	79	0,13
De 10 a menos de 20 ha	149	0,53
De 20 a menos de 50 ha	199	1,58
De 50 a menos de 100 ha	178	3,08
De 100 a menos de 200 ha	157	5,2
De 200 a menos de 500 ha	206	16,22
De 500 a menos de 1000 ha	142	23,65
De 1000 a menos de 2500 ha	98	36,02
De 2500 ha e mais	17	13,51
Produtor sem área	32	0
Total	1410	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – SIGRA IBGE

Entretanto, mesmo ocupando área total menor é considerável a ocupação de força de trabalho e produção da agricultura familiar e camponesa. Estima-se haver cerca de 781 agricultores familiares e 103 famílias assentadas, nos seguintes assentamentos: Assentamento Alto Alegre, com 20 famílias; Assentamento Vila Nova com 43 famílias; o assentamento Upacaráí, com 40 famílias assentadas.

Parte destes agricultores familiares e assentados, juntamente com os trabalhadores rurais assalariados, compõem a população residente no campo em Dom Pedrito, estimada pelo IBGE (2016) em 3.640 pessoas. Se percentualmente o número de residentes no campo é em torno de “*apenas*” 10% da população total, em números absolutos os 3.640 residentes no campo, representam um quantitativo maior do que a população total de muitos municípios brasileiros.

Essa população, há muito privada dos direitos básicos, permanece demandando acesso à educação, à saúde, à cultura e ao transporte. Garantir acesso a estes direitos no contexto da região da campanha é um desafio, especialmente considerando a baixa densidade demográfica da região do campo. Se a densidade total é de 7,5 hab/km² é possível supor que a densidade em regiões não urbanas seja de aproximadamente 1 hab/Km², obrigando longo deslocamentos em vias de condições precárias para acessar os serviços públicos acima descritos. É neste contexto que devemos compreender a inserção da UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito e a oferta do curso de Educação do Campo - Licenciatura.

Segundo informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Dom Pedrito, a rede municipal possui trinta e sete (37) escolas municipais, sendo que destas vinte e três (23) localizam-se na zona rural e ofertam o ensino multisseriado. Dados do IBGE demonstram que em 2015 as escolas municipais totalizaram 2694 matrículas, sendo 2052 no ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e 642 na educação infantil. Não há registro de matrícula, em escolas municipais, no ensino médio. Segundo dados do IBGE há 215 professores na rede municipal, distribuídos entre ensino fundamental (171) e educação infantil (44). Na rede estadual somam-se 231 professores, sendo ensino fundamental (153), ensino médio (77) e educação infantil (1). Sendo que muitos docentes ainda não possuem a formação mínima exigida para a função.

Em 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observado para os anos iniciais, ficou acima da meta; porém o índice observado para os anos finais, mostra um quadro preocupante, enquanto a meta estabelecida era de 4,3 o observado foi de 3,2. Sabemos que vários fatores colaboram com a baixa no índice observado, que foram agravados se não se considerar as especificidades da população do campo, em especial às escolas do campo.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta “as principais dificuldades em relação à educação do campo” (SECAD, 2007, p. 18):

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- Falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- Falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- Predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- Baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Apesar da pesquisa referir-se ao cenário nacional, o acompanhamento *in loco* das escolas do campo na região da campanha nos permite concluir que as dificuldades são as mesmas. Agravada pela baixa densidade demográfica, o que

provoca necessidade de deslocamento em transportes precários e vias praticamente intransitáveis, por horas. É comum que crianças se desloquem por 4 (quatro) ou até 5 (cinco) horas para chegar à escola, já tendo cumprido um turno de trabalho quando as aulas efetivamente se iniciam.

Essa situação é ainda mais grave em relação ao ensino médio. São poucas escolas de ensino médio no campo; especificamente em Dom Pedrito apenas uma. Com isso é notável a redução de matrícula entre os anos finais do ensino fundamental (2.026 matrículas) e do ensino médio (1.122 matrículas), tendo como consequência desistências na formação escolar, evasão, e/ou migração para os grandes centros.

Deste conjunto de dificuldades, algumas conformam desafios concretos com os quais a UNIPAMPA, por meio de sua missão institucional, compromete-se a colaborar na solução. Dentre as soluções possíveis e necessárias está a formação de educadores (as) capazes de, em sua atuação na escola e em outros espaços educativos, contribuir efetivamente para o desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, e considerando o público alvo do curso de Educação do Campo - Licenciatura, mesmo estando sediado no Campus de Dom Pedrito, sua atuação extrapola os limites do Município, atendendo demanda de toda a região: como os municípios de Caçapava do Sul, Candiota, Aceguá, Hulha Negra, Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, Lavras do Sul e Rosário do Sul o que poderá suprir a demanda de formação de profissionais qualificados para atuarem na região da campanha.

1.4 Justificativa Social para a Criação do Curso

A região, em torno da UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito, apresenta grande potencial e vocação para o desenvolvimento rural, destacando-se, particularmente, as culturas de arroz, soja, e também de uvas, oliveiras e hortaliças. Considerada como uma região que apresenta solos com índices de fertilidade satisfatórios ao plantio de culturas anuais e perenes, a região do oeste da Campanha Gaúcha apresenta também grande destaque na produção de pequenos e grandes animais ruminantes e equinos, que têm sua alimentação baseada em sistemas pastoris. Deste modo, constata-se demanda de profissionais para atuarem na Educação do Campo, com objetivo de produzir conhecimento favorável ao desenvolvimento rural de forma sustentável, preservando os recursos ambientais e a vida no campo.

Nesse sentido, o curso de Educação do Campo - Licenciatura da UNIPAMPA Dom Pedrito justifica-se pelas relevantes transformações sociais, culturais, tecnológicas e, principalmente, ambientais que ocorrem no âmbito da exploração agrícola da região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. Esta nova realidade, que se apresenta, exige educadores (as) dispostos a colaborar para a manutenção e ampliação das escolas do campo.

Cabe ainda destacar que, atualmente, a agricultura vem sendo realizada de forma intensa e exploratória, sendo que, muitas vezes, não acompanha uma percepção e reflexão sobre os meios realizados nesse processo produtivo, o que confere grandes mudanças no cenário socioambiental da região. Sendo assim, o incentivo à formação de um profissional capacitado no âmbito da Educação do Campo, para atuar nas escolas do campo num contexto de sustentabilidade socioambiental, com ênfase na preservação do patrimônio natural e nas condições de vida da população do campo, e na produção de alimentos mais seguros e saudáveis, vem ao encontro de um modelo idealizado e requisitado pela sociedade.

Desta forma, o curso de licenciatura visa contribuir para a formação de profissionais da Educação do Campo com conhecimentos que possibilitem propor ações de atuação no campo. Esta perspectiva de formação está ancorada numa concepção teórica que possui três fundamentos: a) prevalência de referências

histórico-críticas em oposição a teorias positivista-funcionalistas; b) análise do processo histórico como elemento fundamental para a compreensão do contexto atual e para a construção da crítica ao desenvolvimento social, econômico e político, com foco para a realidade da região da Campana Gaúcha; c) valorização da cultura, do capital social, dos laços sociais e a crítica ao processo de desenvolvimento neoliberal, ao estado mínimo e ao desenvolvimento com base nos pressupostos econômicos.

Para tanto, a ação educativa proposta pressupõe a construção do conhecimento como resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional. Para esta concepção, o estudante é sujeito do processo educativo, sendo necessário o reconhecimento da sua realidade de modo a se valer de diferentes estilos de aprendizagem, individuais e coletivas.

Para dar conta deste desafio educativo, é demandado um “novo” educador, que seja capaz de compreender o processo educativo em sua dimensão ampla e complexa e que seja capaz de articular as suas diversas dimensões. Por isso, a proposição curricular deste PPC é a transversalidade do conhecimento proposta pelo eixo articulador (e suas dimensões formativas) e o eixo orientador. Além disso, a abordagem histórico-crítica, do referencial pedagógico proposto, exige um professor que consiga atuar para além dos componentes curriculares, de modo a conseguir se articular com outros campos do conhecimento, no caso específico, com aqueles que versam sobre as transformações do campo, da natureza, das pessoas que vivem no campo, da escola do campo. Este desafio se configura, tanto para o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula, quanto na articulação destes conteúdos com a realidade do campo da Educação do Campo; ou seja, a atuação educativa não se restringe na articulação do conhecimento entre a teoria e a prática como ação pedagógica em sala de aula, mas na vivência da prática como objeto de questionamento e reflexão da teoria.

A preocupação com as questões do campo e a elaboração/aprovação e implementação do Curso de Educação do Campo – Licenciatura mostrou, sobretudo, o empenho para com a implementação de políticas afirmativas dentro da Universidade. Na esteira desse comprometimento de solidificar uma instituição, cada

vez mais, comprometida com o acesso e a permanência de um público, que teve negado, ao longo da história, o acesso à educação superior, foi que se estruturou a proposta apresentada ao Edital SECADI/MEC/SESU, ainda em dezembro de 2012, pleiteando a aprovação do referido curso. A localização desta Licenciatura na UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito, visa a atender a demanda de formação/qualificação/atualização dos profissionais que atuam ou visam atuar na Educação do Campo, na região da Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, amplamente marcada pela necessidade de fortalecimento das escolas do campo.

Diante disso, o Curso de Educação do Campo - Licenciatura foi planejado de modo a atender as demandas inicialmente apontadas pelos municípios vizinhos ao Campus Dom Pedrito. A abrangência vem sendo ampliada conforme as necessidades da Educação do Campo.

Tais necessidades passam a ser possíveis de serem atendidas através do PROCAMPO (Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo)⁴ em vigência, no Ministério da Educação, a partir de 2006, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com vistas a responder à demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, que defendem como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo.

Foi a partir do I ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado no ano de 1997, que se consolidou uma Articulação Nacional comprometida em atuar no âmbito das políticas públicas para a Educação do Campo, no Brasil. Desta trajetória, culminaram alguns documentos importantes, dentre os quais as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo (2002), centrada na concepção de que:

4 O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) visa apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores (as) para a docência, na segunda fase do ensino fundamental (quatro anos finais) e ensino médio, nas escolas do campo (BRASIL, 2002).

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo neste sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana. Portanto, investir na qualidade da educação nacional significa dar continuidade às políticas educacionais que promovem a capacitação dos professores e inovem a gestão escolar e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educativos (BRASIL, 2002, p.08).

Em 2004, foi realizada a II Conferência Nacional por Uma Educação do Campo. A partir desta conferência foi constituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Coordenação Geral da Educação do Campo (CGEC) (MOLINA, 2006), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). No ano seguinte, a CGEC e o PRONERA realizaram o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que teve como principal objetivo organizar a produção de conhecimento para estabelecer uma agenda comum de pesquisa na área da educação. Nesse evento foi criado o Fórum Virtual de Pesquisa em Educação do Campo.

Como parte do esforço para a consolidação dessa área, foi criado, em 2007, o Observatório de Educação do Campo, que tem por propósito pesquisar os programas e as políticas públicas desenvolvidas pelas universidades públicas e direcionadas aos grupos sociais rurais. O objetivo é consolidar a pesquisa em Educação do Campo, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos programas de pós-graduação proponentes, e, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Outros eventos como o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, concomitante ao II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro em Brasília, sinalizam que as discussões acerca da Educação do Campo se encontravam em um momento promissor, distinto do panorama apresentado por Damasceno e Beserra (2004), que expunham

evidências da falta de interesse, tanto acadêmico quanto de políticas públicas, acerca da educação no meio rural brasileiro.

Diante das discussões apresentadas, é preciso ressaltar que, no Rio Grande do Sul, a preocupação com a formação de professores para atuar em escolas do campo foi desenvolvida, inicialmente, pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel que ofertou, a partir de 2009, o curso na modalidade educação à distância – hoje, o curso está em fase de encerramento de suas atividades⁵. Atualmente, no Rio Grande do Sul, além da UNIPAMPA, a UFFS, a UFRGS, a FURG e o Instituto Federal – Jaguarí oferecem o Curso de Educação do Campo.

No caso de Dom Pedrito, que fica na região da Campanha, busca-se especialmente atender uma demanda reprimida de formação de professores ainda mais quando se pensa na especificidade do campo e na formação para atuar no Ensino de Ciências anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso nesta localidade será uma oportunidade, não só para os professores desse município, mas também uma oportunidade de envolver interessados das dez cidades/campus que constituem a UNIPAMPA, bem como os demais municípios vizinhos brasileiros, argentinos e uruguaios, caracterizando-se como um curso pioneiro nesta modalidade na região da campanha gaúcha.

Assim, da trajetória de constituição da Educação do Campo no Brasil, visando superar a ideia de uma educação rural marginalizada, que não contribuía para que a escola ampliasse os conhecimentos necessários para viver e trabalhar no campo, implementou-se a Educação do Campo - Licenciatura, cuja primeira turma ingressou na UNIPAMPA no ano de 2014. Esse curso pioneiro está amparado em regulamentações específicas, abordadas no próximo tópico.

5 A oferta de cursos de licenciatura específicos para a qualificação dos professores do campo começou em 2006, com um projeto-piloto desenvolvido pelas universidades federais de Minas Gerais (UFMG), da Bahia (UFBA) e de Sergipe (UFS) e da Universidade de Brasília (UnB).

1.5 Pressupostos Legais e Normativos

1.5.1 Legislação Específica para a Educação do Campo – Licenciatura

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura contemplará, no Projeto Pedagógico, as Diretrizes Nacionais para formação de docentes, as recomendações do PROCAMPO e do PRONERA, o PDI da UNIPAMPA, além de outros ordenamentos institucionais⁶.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, ao discutir atributos do Estado, destaca a educação como um de seus deveres, incorporando princípios antes não mencionados. Isso pode ser considerado um avanço em relação aos textos constitucionais anteriores, destacando-se aspectos como: igualdade de condições e de permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções; valorização do profissional do ensino; gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988). Porém é somente, a partir da década de 1990, que se evidencia uma significativa presença de movimentos sociais que questionam a barbárie do capitalismo neoliberal e o processo de globalização em curso. Esses movimentos, segundo Batista (2005), protestavam contra um modelo que conseguia fazer com que os avanços e as conquistas sociais dos séculos XIX e XX retrocedessem. Em outros termos, é a partir dessa época que tais questões parecem ganhar mais espaço nas discussões acerca de uma educação voltada à população rural brasileira.

No contexto histórico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9394/96) tem sido considerada como o primeiro documento a expressar o reconhecimento da necessidade de formulação de medidas de adequação da escola do campo. Dentre os aspectos significativos, destacados neste documento, encontram-se no Art. 28 as seguintes considerações:

6 Parecer n.º 36, de 04 de dezembro de 2001; resolução CNE/CEB n.º 1, de 03 de abril de 2002; parecer CNE/CEB n.º 1, de 02 fevereiro de 2006; parecer CNE/CEB n.º 3, de 18 de fevereiro de 2008; resolução CNE/CEB n.º 2, de 28 de abril de 2008; lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009; decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009; decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010.

Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho rural (LDB, Lei n.9394/96).

Mais recentemente, tem se investido na explicitação dessa particularidade que historicamente foi negligenciada. Tanto que a Câmara de Educação Básica, vinculada ao Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 01, de 03 de abril de 2002), reforça a necessidade da apresentação de uma proposta que busque somar esforços no atendimento de demandas históricas.

Nesse processo, o movimento de Educação do Campo conquista, no âmbito das políticas públicas, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, constantes no Parecer 36/2001, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica da Resolução CNE/CEB 01, em 3 de abril de 2002. Tal Resolução define que é uma responsabilidade do Estado a garantia de atendimento a populações socialmente desiguais e culturalmente diversas.

Em 2003, o MEC, com o intuito de revalorização do campo e como forma de buscar corrigir aspectos historicamente silenciados, passa a entender a educação como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania de todos os sujeitos que vivem ou trabalham na zona rural brasileira. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação institui, pela Portaria n.º 1374 de 3 de junho de 2003, um Grupo Permanente de Trabalho, com a atribuição de articular as ações do Ministério pertinentes à Educação do Campo.

Nesta época, são fomentadas pesquisas caracterizando a situação das escolas da zona rural, bem como o perfil dos profissionais da educação que atuam

nestas escolas. Percebeu-se, através do Censo Escolar de 2002, que 50% dos estabelecimentos de ensino eram de zona rural, sendo que apenas a metade possui uma sala de aula e oferecem apenas o ensino fundamental de 1º a 4º ano e são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. O censo possibilita reconhecer as dificuldades vivenciadas por escolas com turmas multisseriadas que possuem uma estrutura física precária bem como a sobrecarga de trabalho dos docentes o que, por sua vez, tem sido considerada a causa da grande rotatividade de professores.

Como parte desse processo de discussões e elaboração de política pública, própria para a população do campo, foi elaborado o Caderno de Subsídios (BRASIL, 2004), o qual se configura como um material de trabalho para educadores (as), gestores públicos, militantes sociais, entre outros; nele, é apresentado um diagnóstico, referente à escolarização no meio rural brasileiro, e, além disso, são discutidos três pressupostos para uma política de Educação do Campo, dentre eles, destaca-se o reconhecimento da educação como um direito dos povos camponeses, enfatizando que a elaboração de uma política de Educação do Campo necessita desmistificar o ideário dominante de que o campo é um local de atraso.

Outra conquista foi a inserção das questões da Educação do Campo, na agenda de ações e trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais, sindicais e de diferentes entidades e órgãos públicos, que pode ser observado na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo (II CNEC, 2004), em que o número de entidades signatárias da Declaração Final passou de cinco para mais de quarenta.

Já, com relação à especificidade da Educação do Campo, a Declaração Final dessa Conferência (II CNEC, 2004) destaca dois argumentos básicos para sua concretização:

[...] a importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira, como condição de construção de um projeto de educação vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo; na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica [...]; - a diversidade dos processos produtivos e culturais, que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e

considerados na construção do projeto de Educação do Campo (BRASIL, 2004, p. 3).

Esses argumentos permearam, de alguma forma, as pesquisas e discussões enfatizadas anteriormente, porém num momento em que a Educação do Campo, enquanto política pública, ainda não era uma realidade. É importante ressaltar, aqui, o reconhecimento e o destaque à questão da necessidade de inclusão da população do campo na política educacional, uma vez que, por muito tempo, a educação voltada para essa população configurou-se como um apêndice da educação urbana. É também relevante reconhecer as diferenças culturais e produtivas desse território, em outros termos, é necessário considerar a identidade da população rural, pois se relaciona ao cultivo da terra, à produção de alimentos e bens de consumo, assim como sua forma de viver que se diferencia da urbana.

Portanto, a educação para o contexto do campo precisa estar “vinculada a uma cultura que se produz por meio das relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana” (BRASIL, 2004, p.35). A esse respeito, destaca-se a necessidade de produção e:

[...] construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo (Idem, p.35).

A especificidade desse contexto e de seus sujeitos são aspectos que precisam ser levados em consideração nas propostas educacionais e principalmente nos currículos que pretendem implantar cursos de formação de professores, pois, os tempos e espaços são distintos e precisam ser considerados e respeitados. Neste sentido, os movimentos sociais do campo têm algumas experiências diferenciadas que levam em consideração o calendário das safras. Esta organização, conhecida como Regime de Alternância: os tempos são divididos em Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), reforça uma intencionalidade da Educação do Campo que é a valorização dos distintos saberes enquanto cultura e os valores que acontecem também fora da escola (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). É preciso reconhecer que a escola do campo está intimamente relacionada com o mundo produtivo e com os processos culturais inerentes aos modos de vida.

A organização curricular em Regime de Alternância, com base no Parecer CNE/CEB n.º 01/2006, prevê dias letivos organizados em TU e TC, com etapas no Campus a Universidade e etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural dos estudantes. Ademais, o Edital de Seleção n.º 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, fundamentado na Lei n.º 9394/96 e orientado pelo Parecer CNE/CEB n.º 01/2006, prevê:

Etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Entende-se por Tempo Universidade os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas (Edital de Seleção n.º 02/2012).

Neste mesmo sentido, a organização do calendário escolar de forma a respeitar a cultura local é respaldada por diversas leis. O Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172, de 2001), prevê: “[...] formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio”. Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96), no seu artigo 28, acima citado.

Para adequar os tempos escolares à realidade de cada região (seja na Educação Básica ou na formação de professores), a Resolução CEB/CNE n.º 01, de 03 de abril de 2002, defende que a identidade da Educação do Campo deve ser definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível, na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2003).

Além da legislação específica para a Educação do Campo, o curso também atende às normativas gerais para os cursos de licenciatura, às regulamentações específicas da UNIPAMPA e às normas gerais do âmbito da educação, que listamos em seguida.

1.5.2 Legislação para os Cursos de Licenciatura

- Lei n.º 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei n.º 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores;
- Lei n.º 12.796/2013, que altera a Lei n.º 9.394/1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;
- Resolução CNE/CEB n.º 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Parecer CES/CES n.º 15/2005, que esclarece a Resolução CNE/CP, 01/2002;
- Parecer CNE/CP n.º 02/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- Resolução CNE/CP n.º 02, de 1.º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

1.5.3 Normativas Institucionais

- Resolução CONSUNI n.º 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI n.º 20/2010, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição.
- Resolução CONSUNI n.º 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI n.º 71/2014, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 –2018).
- Lei n.º 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.

1.5.4 Legislação Geral

- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências
- Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.
- Normativa nº 02/2016, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis no 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Portaria Nº 1.134 de outubro de 2016 (revoga a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004).
- Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º, sobre a prevalência da Avaliação presencial de EAD.
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

2 Organização Didático-Pedagógica

2.1 Contextualização e Perfil do Curso

A Educação do Campo - Licenciatura comporta, em sua proposta pedagógica, a formação docente voltada para o fortalecimento das escolas do campo, por meio de processos de produção de conhecimentos socialmente referenciados. Entende-se que esta concepção de escola deve ser pensada pelos protagonistas que vivem no e do campo, de modo a atender às suas ansiedades, valorizar e (re)significar suas culturas, saberes, valores, símbolos, etc. Trata-se de uma instituição que colabora na reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999). Com este propósito o curso se apresenta na seguinte forma:

Nome: Curso de Educação do Campo - Licenciatura

Campus: Dom Pedrito

Grau: Licenciatura

Área de atuação: Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Biologia, Física e Química).

Turno: Integral

Número de vagas: 60 vagas

Tempo mínimo de integralização do curso⁷: 08 semestres/ 04 anos/

Tempo máximo de integralização do curso: 12 semestres/ 06 anos/

Carga Horária Total: 3290 horas

Site: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/#>

E-mail: lecampo.dompedrito@unipampa.edu.br

⁷ Esclarecemos que, conforme a Resolução CONSUNI n. 29, de 28 de abril de 2011, somente os alunos dos cursos de graduação com extraordinário aproveitamento nos estudos, quer pelas exigências acumuladas, quer pelo desempenho intelectual acima da média demonstrado por meio de provas e/ou outros instrumentos de avaliação específicos, podem ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com normas elaboradas pela Comissão de Curso.

2.1.1 Objetivos

2.1.1.1 Objetivo Geral

O Curso de Educação do Campo - Licenciatura, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA, tem por objetivo geral formar educadores (as)⁸ para atuação na Educação do Campo, como docentes nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área das Ciências da Natureza, capazes de realizar gestão de processos educativos, gestão de instituições de educação básica e desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem, que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, bem como, de investigar questões inerentes à sua realidade e à sustentabilidade da vida no campo, estimulando a formação continuada, tanto pela reflexão sobre a própria prática, como a continuidade de estudos em programas de pós-graduação.

2.1.1.2 Objetivos Específicos

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA, tem por objetivos específicos:

- Compreender-se como formadores dos sujeitos do campo;
- Compreender a lógica do trabalho interdisciplinar no modo de produção da ciência e no modo de organizar o estudo e o ensino;
- Apropriar-se do debate atual sobre as finalidades da Educação Básica e em particular sobre a Educação do Campo;
- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise do campo educacional e da área de Ciências da Natureza;

8 Por processos educativos, de forma abrangente, entendemos “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, conforme a Lei n.º 9394/96 e os objetivos do Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo e, de forma específica, a formação para atuação nos processos de ensino e aprendizagem escolar, atentamo-nos ainda para os artigos 2º e 3º, da resolução CNE n.º 2/2015, que tratam especificamente da formação esperada em licenciatura, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

- Utilizar as ferramentas disponibilizadas pela tecnologia a fim de contribuir para ensino, pesquisa e extensão;
- Analisar, de maneira permanente, os seus próprios conhecimentos, apropriar-se de novos conhecimentos científicos e/ou educacionais;
- Refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político;
- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de conceitos para a investigação e a análise do campo educacional como um todo e das suas áreas de conhecimento específico;
- Conhecer as principais propostas das Escolas do pensamento pedagógico, de modo a distinguir diferentes ações, metodologias e teorias;
- Transitar pelas fronteiras entre a sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas mediante a interdisciplinaridade;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão, não só no âmbito acadêmico, mas, principalmente, nas instituições de ensino onde atuarão;
- Problematizar a concepção de sociedade, de educação e de ser humano, tornando-as referenciais para a análise e para a prática pedagógica;
- Trabalhar os conteúdos em consonância com a necessidade do contexto no qual está inserido em sua atuação profissional;
- Dominar os conceitos e os conteúdos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio;
- Desenvolver a postura de investigador da educação do campo;
- Promover a formação de educadores (as), que atuem em espaços educativos escolares e em outros espaços educativos, engajados em processos de aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, nas escolas do campo;
- Capacitar educadores(as) do campo para a participação nos processos de planejamento, organização, avaliação e gestão de espaços educacionais escolares e em outros espaços educativos em uma perspectiva democrática;

- Contribuir para a formação de educadores(as) do campo com perfil de pesquisadores, comprometidos com o resgate de saberes, a produção, difusão e democratização do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, com vistas ao desenvolvimento das regiões da campanha e da fronteira oeste;
- Formar professores (as) do campo capazes de atuar em diferentes contextos, utilizando estratégias que respeitem as diferenças, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e outras, tendo como referência as práticas extensionistas no percurso de formação;
- Capacitar professores (as) do campo para o uso de diferentes linguagens, bem como de tecnologias de informação e comunicação e aplicação nos processos educativos;
- Capacitar professores (as) do campo para atuação pedagógica na perspectiva interdisciplinar e articuladora nas diferentes dimensões da formação humana;
- Formar educadores (as) capazes de fomentar projetos que discutam o interesse da comunidade em permanecer no campo e que ofereçam subsídios de renda.

2.1.2 Perfil e Habilidades do Egresso

O perfil esperado para os egressos do Curso de Educação do Campo – Licenciatura consiste no maior desafio da formação aqui pretendida. Como não reproduzir a mesma formação de licenciandos que vem “desescolarizando” o campo? Desta forma, como preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e pelas especificidades apontadas no parecer CNE 36/2001 e no Caderno SECAD n.º 2 (2007), as longas distâncias e a baixa densidade demográfica exigem a formação de professores (as) por área de conhecimento e que estejam atentos às práticas pedagógicas que considerem os diversos ciclos da vida e seus processos de aprendizagem, que se vincule ao trabalho como princípio educativo e que sejam capazes de problematizar, a partir do contexto em que a escola está inserida sem se restringir a ele.

A habilitação de docentes por área de conhecimento tem como um dos seus objetivos ampliar as possibilidades de oferta da Educação Básica no território rural, especialmente no que diz respeito ao ensino médio, mas a intencionalidade maior é a de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo. Ao construir como perfil de habilitação da Licenciatura em Educação do Campo simultaneamente as três dimensões – a docência por área de conhecimento, a gestão de processos educativos escolares e a gestão de processos educativos comunitários –, idealizou-se esta perspectiva: promover e cultivar um determinado processo formativo que oportunizasse aos futuros educadores, ao mesmo tempo, uma formação teórica sólida, que proporcionasse o domínio dos conteúdos da área de habilitação para o qual se titula o docente em questão, porém, muito articulada ao domínio dos conhecimentos sobre as lógicas do funcionamento e da função social da escola e das relações que esta estabelece com a comunidade do seu entorno (MOLINA, 2014, p. 14).

Ao mesmo tempo, as “Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo” (Resolução CNE/MEC, de 3 de abril de 2002) propõem que o licenciado em Educação do Campo deverá ser capaz de perceber, reforçar e construir a identidade da escola do campo, percebendo a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; e, ainda, incentivar e realizar estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável, em um paradigma que tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos. Tal entendimento da realidade só é

possível com uma formação multidisciplinar e interdisciplinar que rompa com a lógica da fragmentação dos estudos acadêmicos.

Desta forma, entendemos que para atingir as metas propostas para a Educação do Campo o egresso estará apto⁹ para atuar nos componentes de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e nos componentes de Química, Física e Biologia ou na respectiva área de conhecimento¹⁰ do Ensino Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos¹¹ e na combinação com a Educação Profissional. Também poderá participar na elaboração e execução de projetos educativos, bem como em instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural. Desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares na área de Ciências da Natureza em espaços educativos escolares e comunitários, organizações não-governamentais, órgãos públicos ou privados e movimentos sociais.

9 Conforme Resolução 2/2008: “A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades” (art. 7, § 2°).

10 Os Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio preveem que “A estruturação por área de conhecimento justifica-se por assegurar uma educação de base científica e tecnológica, na qual conceito, aplicação e solução de problemas concretos são combinados com uma revisão dos componentes socioculturais orientados por uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologia ou humanismo numa sociedade tecnológica”. (BRASIL, 2000, p.18). Os PCNs “apontam, ainda, três áreas de conhecimento, sejam elas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Além disso, na área das Ciências da Natureza “incluem-se as competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da Física, da Química, da Biologia e suas interações ou desdobramentos [...]” (BRASIL, 2000, p. 92). Complementando o PCN, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica apontam que “as áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados”. (BRASIL, 2013, p. 186)

11 De acordo com a Resolução 2/2008, “A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio”. (art. 1°, § 4°).

2.1.3 Campo de Atuação Profissional

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, com ênfase em Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Pampa, titulará, em nível superior, educadores com competência profissional e compromisso político para atuar no componente curricular de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e nos componentes de Química, Física e Biologia ou na respectiva área de conhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional. A formação oferecida permite ainda participar na elaboração e execução de projetos educativos de desenvolvimento sustentável, bem como em instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares na área de Ciências da Natureza em espaços educativos escolares e comunitários, organizações não-governamentais, órgãos públicos ou privados e movimentos sociais. Podendo atuar em:

- Docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental;
- Docência em Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) no Ensino Médio;
- Docência em áreas equivalentes às Ciências da Natureza no Ensino de Jovens e Adultos e Ensino Profissional;
- Gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo;
- Gestão de processos educativos nas comunidades do campo: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e/ou grupos sociais de origem dos estudantes;
- Gestão e implementação de iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas do campo.

2.2 Apresentação do Curso

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus Dom Pedrito

A interface administrativa do Curso de Educação do Campo – Licenciatura é a administração acadêmica do Campus Dom Pedrito, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, consoante estatuto e regimento geral (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus: a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus, integrado pelos Coordenadores de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador da Comissão de Pesquisa; Coordenador da Comissão de Extensão; representação docente; representação dos Técnico-administrativos em Educação; representação discentes e representação da comunidade externa. b) a Direção: integrada por Diretor, Coordenador Acadêmico e Coordenador Administrativo; c) a Coordenação Acadêmica: Integrada pelo Coordenador Acadêmico; Coordenadores de Curso do Campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional - NuDE; Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; Secretaria Acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão), que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, Técnico-administrativos em Educação e representantes discentes; d) Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

2.2.1.1 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso composta pelos professores do curso tem por meta organizar reuniões periódicas para discutir, organizar, relatar e normatizar as demandas de cunho administrativo, cronograma para Tempo Comunidade e Tempo Universidade, socialização e avaliação das experiências nestes dois tempos, decidir sobre estágios supervisionados obrigatórios e decidir sobre as proposições do NDE. As atribuições desta comissão são regulamentadas pelo Regimento Geral da UNIPAMPA e aprovadas pela Resolução n.º 5, de 17 de junho de 2010.

Tabela 2: Coordenação Atual

Nome		Maritza Costa Moraes
Titulação		Doutora
Graduação		Licenciatura Curta em Ciências (FURG); Licenciatura em Matemática (FURG)
Pós-Graduação		Especialização em Matemática(FURG); Especialização em Tecnologias da Informação em Comunicação na Educação (FURG); Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG); Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG)
Tempo de Trabalho (Anos)	Educação Básica	35,0
	Magistério Superior	6,5
	UNIPAMPA	1,6
	Coordenação de Curso	0,7

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

2.2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso

O NDE, com regimento próprio, é composto por, no mínimo, cinco docentes do curso Educação do Campo - Licenciatura, o qual se reunirá periodicamente para

tratar das Normativas de avaliação do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade; atualizações em ementas, conteúdos programáticos e bibliografias. As decisões aprovadas pelo NDE são encaminhadas para apreciação e deliberação da Comissão do Curso de Educação do Campo.

O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- VIII. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IX. acompanhar e propor ações referentes aos estágios supervisionados obrigatórios.

2.2.1.3 Conselho Comunitário (CC)

O CC é um órgão de assessoria e consultoria junto à Comissão e à Coordenação de Curso, acompanhando e sugerindo melhorias relativas às matérias de interesse coletivo e comunitário, quando assim for demandado. Este conselho

será composto por um Representante Comunitário, das escolas de Ensino Fundamental e Médio de cada municípios de domicílio dos acadêmicos regulares do Curso de Educação do Campo – Licenciatura da UNIPAMPA. O CC será presidido pelo Coordenador do Curso de Educação do Campo – Licenciatura da UNIPAMPA e reunir-se-á, semestralmente, antes do início de cada Tempo Universidade.

2.2.2 Funcionamento do Curso

2.2.2.1 Titulação conferida:

Licenciado(a) em Educação do Campo

2.2.2.2 Do processo seletivo:

Processo seletivo específico em períodos determinados pelo calendário da UNIPAMPA, respeitando as seguintes prioridades: 1) garantir a formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior; 2) funcionários lotados em escola do campo; 3) moradores de comunidades do campo e 4) interessados em formação voltada para o campo. O processo seletivo será realizado por meio de edital específico. A comissão de seleção será formada por professores (as) do curso, deliberada na Comissão de Curso da Educação do Campo.

2.2.2.3 Oferta de Vagas:

60 vagas anuais, sendo possível dois ingressos anuais de 30 vagas;

2.2.2.4 Ingresso:

Anual sendo possível matrícula semestral;

2.2.2.5 Regime de matrícula:

Semestral.

2.2.2.6 Período de realização do curso:

O curso é dividido em semestre de verão e inverno, organizado pelo regime de alternância. Em cada semestre ocorrerá o Tempo Universidade e Tempo Comunidade. No semestre verão o TU ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro e o TC nos meses de março, abril, maio e junho. No semestre inverno o TU ocorrerá nos meses de julho e agosto e o TC nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. No TU o curso funcionará em período integral. No TC os estudantes cumprirão a carga horária prevista de acordo com a dinâmica da comunidade e do cronograma das atividades previstas em cada semestre.

2.2.2.7 Calendário acadêmico:

Previsto no calendário acadêmico da UNIPAMPA, aprovado anualmente pelo CONSUNI, considerando as especificidades da Educação do Campo e do regime de alternância.

2.2.2.8 Carga horária e respectiva distribuição no curso:

Tabela 3: Composição Carga Horária do Curso

Categoria	CH (h/a)
Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2355
Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs)	180
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405
Trabalho de Conclusão de Curso	150
Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	200

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

2.2.3 Formas de Ingresso

O Curso Educação do Campo realiza processos seletivos específicos em períodos determinados pelo calendário da UNIPAMPA, respeitando as seguintes prioridades: 1) garantir a formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo¹² que não possuem o Ensino Superior¹³; 2) funcionários lotados em escola do campo; 3) moradores de comunidades do campo e 4) interessados em formação voltada para o campo.

Serão ofertadas 60 (sessenta) vagas anuais. A UNIPAMPA divulgará edital de seleção específico para seleção dos acadêmicos da Educação do Campo – Licenciatura, onde constarão as condições de inscrição, prazos e as etapas do processo seletivo.

O ingresso nos demais cursos ocorre por meio do Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Também no curso Educação do Campo - Licenciatura poderá ocorrer por uma das seguintes modalidades:

- Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade. A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes;
- Processo seletivo complementar:
 - Reingresso: ingresso de ex-discente da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 02 anos;

12 São consideradas escolas do campo aquelas que têm sua sede em espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural e, mais amplamente, aquelas escolas que mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas, atendem população de municípios cuja reprodução social e cultural está majoritariamente vinculada ao trabalho no campo (Decreto nº 7.352, artigo 1º, § 1º, Inciso II, de 4 de novembro de 2010).

13 Consoante a orientação do PRONACAMPO, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18726:formacao-inicial-e-continuada-de-professores&catid=194:secad-educacao-continuada

- Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade;
- Portador de Diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.
- Transferência compulsória (ex officio): forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo;
- Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição;
- Programa estudante convênio: matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados;
- Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições;
- Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros *campi*;
- Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal n.º 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria n.º 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

- I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:
 - a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L2)
 - b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).
- II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita:
 - a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4)
 - b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L3).
- III - estudantes com deficiência; (ação afirmativa A1)
- IV - estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

2.3 Organização Curricular

A proposta de organização da estrutura curricular, que deverá ser cumprida integralmente pelo(a) estudante, busca estabelecer relações harmônicas e equilibradas entre o eixo orientador do curso — Educação do Campo —, o eixo articulador e os eixos temáticos. Levando em consideração a inter-relação destes eixos com as atividades do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade em cada semestre.

Assim, além dos componentes curriculares obrigatórios, o aluno poderá participar de componentes curriculares complementares de graduação (CCCG). Na busca de ampliação do seu currículo, em vivências acadêmicas internas ou externas ao curso, o (a) acadêmico (a) será incentivado a participar de atividades de pesquisa e extensão, com vistas a incorporar novos conhecimentos para o desempenho de sua atividade profissional futura.

2.3.1 Marco Metodológico

A proposta metodológica do curso se baseia em eixos que objetivam garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade da formação. Desta forma, o eixo orientador visa a responder ao desafio da complexidade do seu próprio objeto de estudo, ou seja, a necessidade de encontrar indicativos conceituais e metodológicos para oferecer formação docente contextualizada e consistente, tornando-se um sujeito capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias à rede de escolas que hoje atendem a população que trabalha e vive no e do campo.

Este caráter complexo do desafio da formação humana em Educação do Campo fundamenta-se, por sua vez, na concepção de que o campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano. A partir daí, faz-se necessária uma concepção filosófica e teórica que permita articular o pensar e o fazer pedagógico com a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do campo.

O eixo articulador engloba as grandes dimensões da formação: docência, pesquisa, política e gestão. Estas dimensões funcionarão transversalmente, isto é, atravessarão todo o percurso curricular, atendendo a formação e evitando fragmentações. Este eixo orienta a formação pretendida em diversos componentes, estando mais presente em alguns, mas de forma geral ao considerar as ementas e os objetivos de cada componente curricular os (as) docentes devem considerar que o (a) educador (a) do campo deve estar preparado para além da docência em sala de aula, ser capaz de participar ativamente da gestão de processos educativos na escola e em outros espaços educativos.

A dimensão de formação para docência orienta conhecimentos necessários para atuar nas Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e no ensino Médio (Biologia, Física e Química), nas escolas do campo, com condições teóricas e metodológicas de realizar articulações com os diferentes conhecimentos da área específica.

A dimensão formação para pesquisa tem como propósito contribuir para a formação de um professor (a) pesquisador (a) e reflexivo (a), criando a possibilidade de que o curso além de contribuir diretamente para a construção de uma escola que possa responder à demanda imediata da escolarização do campo, também construa espaços de pesquisa, intervenção e produção de experiências inovadoras.

Para que o curso dê conta do eixo pesquisa, caracterizamos o componente curricular Práticas Pedagógicas como investigação-ação no ensino de ciências, iniciando no primeiro semestre e se desenvolvendo através de projetos ao longo dos semestres do curso. Este componente pressupõe construir conhecimentos sobre si mesmo, sobre os sujeitos da comunidade e sobre as formas como estes se relacionam, sobre as necessidades da comunidade e estratégias de intervenção, mediados pelos conhecimentos proporcionados pelas pesquisas.

A pesquisa também estará caracterizada no planejamento, desenvolvimento e participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão. O curso baseia-se na investigação como uma possibilidade de reflexão sobre os fenômenos estudados nas áreas das Ciências da Natureza, buscando fazer com que os acadêmicos (as) construam competências e habilidades para questionar, explicar, rever e reconstruir seus conceitos referentes a esses fenômenos.

Da mesma forma, pretende-se que o curso possibilite ao egresso condições de que a partir de sua própria prática, reatualize permanentemente a formação teórica. Esta concepção de práxis exige a capacidade da pesquisa, não apenas em seu sentido acadêmico, mas como “professora pesquisadora” (Esteban e Zaccur, 2002) de sua própria prática, que busque respostas para as questões que enfrentará em sua ação cotidiana, superando a dicotomia prática-teoria enquanto categorias estanques. Por fim, outra dimensão necessária à ação do (a) educador (a) do campo é a formação política, ou seja, a capacidade de pensar, decidir e agir criticamente sobre as situações em que se defrontará durante sua ação.

A dimensão formação política destaca a importância dos (as) licenciandos (as) conhecerem as políticas de educação e compreenderem suas implicações organizacionais e pedagógicas. Este eixo, constitui-se num princípio do fazer pedagógico, para que os futuros profissionais diante desse desafio possam atuar

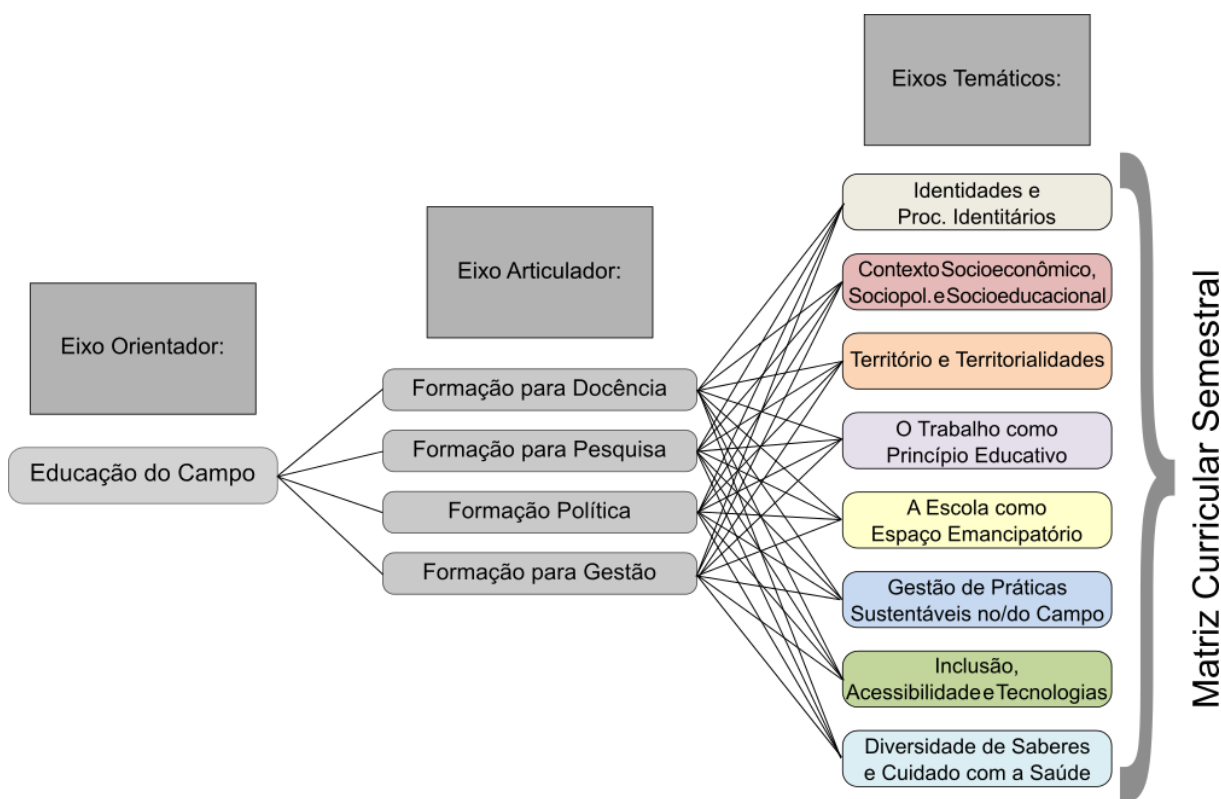
com postura ética e profissional, contribuindo para a democratização da Educação Básica.

A dimensão formação para a gestão surge de uma necessidade de profissionais qualificados que deem conta da cultura do campo, das mudanças da legislação sobre Educação do Campo e de aspectos constitutivos das singularidades do meio rural brasileiro. É fundamental compreender e vivenciar conceitos como autonomia, democracia, liberdade de expressão e opinião, decisões coletivas e compartilhadas.

A gestão envolve duas instâncias; a escolar e a de espaços educativos comunitários. A gestão de processos educativos escolares envolve a discussão e a construção do projeto pedagógico, regimento escolar, conselho de classe e a organização do trabalho escolar nas escolas do campo. A gestão de espaços educativos comunitários discute temas relacionados ao associativismo, cooperativismo, sustentabilidade, baseados nas relações de colaboração e de bem comum de uma comunidade e o apoio a projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas e comunidades do campo.

Para dar conta da complexidade interdisciplinar, a cada semestre elaborou-se um eixo temático, composto por componentes curriculares que contemplarão temáticas comuns e relativas à sua área de conhecimento. Desse modo, entende-se que a organização curricular se apresentará como estratégia que possibilite práticas interdisciplinares investigativas associadas ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

Figura 2: Matriz integrativa do curso



Tendo em perspectiva esta proposta de organização curricular, os pressupostos metodológicos fundamentam-se a partir do parágrafo único, do Art.5º, da Resolução CNE/CP nº 02/2015, a qual prevê que:

[...] aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas (BRASIL, CNE/CP nº 02/2015).

Sob tal pressuposto, a metodologia de ensino-aprendizagem deverá se pautar para a orientação docente sob as seguintes concepções:

- O ensino visando à aprendizagem do aluno;
- O acolhimento e o trato da diversidade;
- O exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- O aprimoramento em práticas investigativas;
- A elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

- O uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- O desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

2.3.1.1 Alternância

Coerente com a proposta de organização de tempos das escolas do campo, o curso se organiza em, pelo menos, 02 (dois) tempos educativos: TU e TC, como já foi exposto anteriormente. Nesta seção, trataremos da organização metodológica da alternância. A integração entre os 02 (dois) tempos educativos (TU e TC) ocorre por meio da execução de projetos interdisciplinares, em que os educandos articulam os conhecimentos dos diversos tempos e as aprendizagens nos diversos “espaços-tempos” da vida.

A proposta é um esforço para pensar outras dimensões do conhecimento, que não está só na sala de aula e, muito menos, é ensinado apenas pelo (a) professor (a). Essa modalidade temporal é conhecida como alternância e tem 05 (cinco) pressupostos básicos:

- O primeiro é que o *locus* do saber não é apenas o campus da universidade, mas também o campus do campo, da comunidade, quebrando uma cisão histórica provocada pelo capitalismo entre escola e vida, entre trabalho e aprendizagem;
- O segundo é que o educador não é apenas o docente do ensino superior, mas também outras referências, como o professor da escola básica, a liderança comunitária, o agricultor que sabe por experiência própria, que aprende pela história;
- O terceiro, decorrente do segundo, amplia as possibilidades das percepções cognitivas. Aprendemos pela razão, pelo estudo, pelos conceitos, mas também pela experiência, pelas relações dos conceitos com a vida. A vida passa a ser a principal razão da aprendizagem e, portanto, desde que haja intencionalidade pedagógica todo lugar e momento passa a ser tempo e espaço de aprendizagem;

- O quarto, entende a pesquisa e a inquietação como metodologias de aprendizagem, diz respeito à autodisciplina e ao autodidatismo como formas de estudo, ao demandar métodos individuais e coletivos, estipulando metas e prazos para apresentação parcial e final de relatórios;
- O quinto é a inter-relação entre teoria e prática. Enquanto a teoria tem o conhecimento como fim; a prática tem o conhecimento como meio. Ao passo que o tempo da teoria é infinito; o da prática é imediato. Cada vez que nos ampararmos apenas na teoria, no “teoricismo”, incorremos no desvio do idealismo; à medida que quando nos orientamos apenas pela prática, ou pelo “praticismo”, corremos o risco do pragmatismo. Por isso, em nossa perspectiva, teoria e prática são indissociáveis.

O desafio do curso, ao propor a unidade entre vida e universidade, é possibilitar o fim da cisão entre o pensar e o fazer. Por isso, tanto no TU quanto no TC, a materialidade do pensamento e da ação estão presentes. Para tanto, as pesquisas propostas nos projetos realinham, costuram, unem os conhecimentos teóricos com a leitura da realidade e a leitura da realidade com o conhecimento teórico.

O Regime de Alternância se inscreve em um paradigma de organização curricular, que causa desconforto à normalidade acadêmica, estranhamento e a exigência de novas normatizações; situação esta que não deveria ocasionar estranheza, afinal, é da vida que são extraídos os conceitos, os conteúdos e as formas de ensiná-los. A separação entre conhecimento escolar e os assuntos da vida é arbitrária e tem servido apenas para uma determinada forma de organizar e transmitir o conhecimento, mas não é a única. A busca por outras práticas pedagógicas, que se vinculem aos pressupostos acima expostos, é que fundamentam a perspectiva interdisciplinar e da unidade ensino, pesquisa e extensão propostas neste PPC.

2.3.1.2 Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico no regime de alternância, se organiza em Tempo Universidade, desenvolvido nos meses de janeiro, fevereiro e julho no Campus de Dom Pedrito e configura-se como um momento no qual os (as) educandos (as) possuem aulas teóricas e práticas com o grupo de docentes efetivos do curso, além de participarem (discentes e docentes) de atividades culturais.

Os (as) educandos (as), que se deslocam de suas comunidades de origem e convivem em tempo integral durante o TU, exercitam a capacidade de auto-organização que compreende: organização do ambiente de aprendizagem, trabalhos em grupo, resolução de exercícios, leituras. Nesta dinâmica coletiva, cada acadêmico (a) tem seu tempo individual organizado conforme suas prioridades.

No TC os educandos realizam atividades em suas comunidades¹⁴ de origem. Entre algumas das atividades previstas estão: pesquisa sobre a realidade, registro destas experiências, implementação de ações pedagógicas, vivências que possibilitem a partilha de conhecimentos, desenvolvimento de projetos organizados de acordo com o Eixo Temático. As atividades do TC são orientadas no TU e acompanhadas pelos professores mediadores nos meses de março a junho e agosto a novembro, de acordo com a regionalização territorial dos (as) licenciandos (as).

Neste tempo é exigido aos discentes a pesquisa, como princípio de estudo, entendimento da realidade e formação profissional. É por meio dos projetos de integração disciplinar (do 1º ao 6º semestre) e do Trabalho de Conclusão de Curso (7º e 8º semestre), mediados pelos eixos temáticos descritos no tópico “Marco Metodológico” que, no TC, que os (as) discentes articulam o saber da comunidade, com os conteúdos e conhecimentos dos componentes curriculares do TU.

O registro do plano de estudos e das atividades desenvolvidas no TC, assim como do TU, é feito no Caderno de Alternância (um dos instrumentos de avaliação

14 Por comunidade estamos entendendo, conforme Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, as seguintes: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e por escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

do curso), bem como espera-se que, nos relatórios de pesquisa referentes aos projetos interdisciplinares, sejam contemplados os conhecimentos dos componentes já estudados aparecendo de maneira articulada à realidade vivida.

Dessa forma, a organização do trabalho pedagógico do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, no TC, considera:

- Regionalização dos discentes;
- Estímulo do trabalho cooperativo em grupo;
- Conhecimento das escolas do campo e de outros espaços educativos da comunidade;
- Orientação à pesquisa e construção do relatório referente ao projeto interdisciplinar do eixo temático.

A cada TC são realizados, no mínimo, 06 (seis) encontros. Estes acontecem em espaços educativos da comunidade, onde reúnem-se os (as) educandos (as) da região e são acompanhados por, no mínimo, um docente das áreas de conhecimento específicos (Ciências da Natureza) e outro docente das áreas humanas, sociais, agrárias/extensionistas e ou pedagógicas. O último encontro se destina à apresentação de relatório referente ao projeto interdisciplinar do eixo temático.

Nestes encontros, serão acompanhados os desdobramentos dos componentes curriculares do TU, de forma a complementar a carga horária (CH) total dos componentes, garantindo a integralização da CH discente e os créditos docentes. O controle da frequência (discente e docente) é realizado a cada encontro, através do Registro de Atividades do TC, devendo constar: data, local, hora de início e de encerramento das atividades realizadas, uma breve descrição das mesmas e assinatura dos presentes.

Enquanto no TU, os trabalhos são concentrados em aulas na universidade e os(as) docentes se dedicam às atividades de ensino, mais especificamente, atuação em sala de aula; no TC, as atividades de ensino são mais esparsas e intensificam-se com pesquisa e extensão.

2.3.2 Requisitos para a Integralização do Currículo

Para obter a integralização do currículo, a fim de passar pela formatura, o (a) acadêmico (a) deve: cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os componentes curriculares de Práticas Pedagógicas e os Estágios Curriculares Supervisionados; cursar as 180 (cento e oitenta) horas de componentes curriculares complementares de graduação; comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme disposto neste PPC e normatizadas em Regulamento específico; apresentar Trabalho de Conclusão de Curso, obtendo aprovação, tal como especificado no Regulamento de TCC e participar do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme o § 5º, do artigo 5, da Lei n.º 10.861/2004.

Tabela 4 – Integralização Carga Horária

Currículo Fixo	CH (h/a)
Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação (de natureza técnico- científico)	1875
Trabalho de Conclusão de Curso	150
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405
Prática como Componente Curricular (PCC)	480
Currículo Flexível	CH (h/a)
Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs)	180
Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	200
Dimensões do Eixo Articulador (currículo fixo)	CH (h/a)
Dimensão Formação para a Docência*	1500
Dimensão Formação para a Pesquisa*	675
Dimensão Formação Política*	225
Dimensão Formação para a Gestão*	510
Integralização Curricular	CH / Créditos
Total de carga horária e número de créditos	3290 / 220
Carga horária mínima e máxima de horas/créditos requeríveis por semestre	Mín.: 180 / 12** Máx.: 540 / 36
Prazo máximo para integralização do curso	12 semestres

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

* As dimensões que integram o eixo articulador orientam todos os componentes do curso. Entretanto, para efeito de composição curricular e considerando as ementas dos componentes do currículo fixo, estimamos as cargas horárias para cada dimensão (docência, pesquisa, política e gestão), como explicita a tabela acima.

** Verificar regra descrita ao final do item [2.3.2.5](#), na página 72 (sempre que houver, a matrícula no componente curricular Prática Pedagógica em Educação do Campo é obrigatória).

2.3.2.1 Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação (ACGs) se caracterizam como atividades desenvolvidas pelo (a) estudante, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente. Neste sentido, ressaltamos que a carga horária em ACGs deve ser cumprida de acordo com parâmetros legais, sendo de escolha dos estudantes em atividades extraclasse. Para os cursos de licenciatura, a carga horária mínima, a ser cumprida em ACGs, é de 200 (duzentas) horas, de acordo com a Resolução 02/2015:

200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, CNE/CP nº 02/2015).

As Atividades Complementares de Graduação poderão ocorrer fora do ambiente educacional, em várias modalidades, que poderão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelas coordenações dos cursos. São critérios para serem considerados em atividades complementares:

- Atividades ou Componentes Curriculares cursadas em outras instituições ou em outros cursos, que poderão ser aproveitadas no currículo como CCCGs ou ACGs;
- Atividades à distância, desde que as mesmas sejam oferecidas por órgãos ou instituições reconhecidas;
- Estágios voluntários que constituem uma modalidade de atividade acadêmica que tem sido estimulada desde que em consonância com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro 2008, que regulamenta a realização de estágios voluntários;
- Atividades de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidas pelo curso Educação do Campo –Licenciatura;
- Oferta dos componentes curriculares complementares distribuídos na proposta de integralização curricular sem a necessidade de pré e/ou correquisitos (Apêndice I).

2.3.2.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituir-se-á em produto de pesquisa, a ser constituído por parte do estudante no decorrer da experiência formativa da graduação. As bases teóricas e metodológicas serão propiciadas por todos os componentes curriculares, especialmente, os componentes de Prática Pedagógica em Educação do Campo I, II, III, IV, V e VI; Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Desse modo, o TCC apresentará a significância do curso para o discente-autor, narrando, apresentando, argumentando e explicando os processos, produtos, investigações que, ao longo do curso, foram contribuindo para sua formação docente em Educação do Campo e Ciências da Natureza. As normas que regem esse trabalho de conclusão, pré-requisitos para matrícula, critérios de avaliação entre outras, estão discriminadas em regimento específico (Apêndice II).

2.3.2.3 Estágios

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ocorrer em articulação com o sistema público de educação básica, seguindo o disposto na Lei n.º 11.788/2008, referente ao estágio de estudantes; nas Resoluções 20/2010 e 29/2011 CONSUNI/UNIPAMPA; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial, em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), e para a formação continuada. Nestes termos, conforme previsto na Resolução CNE/CP 02/2015, o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo das licenciaturas, configurando-se em uma atividade estreitamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Diante disso, considera-se o estágio supervisionado, no âmbito UNIPAMPA, como espaço-tempo privilegiado na formação acadêmico-profissional dos futuros professores. Configura-se como um articulador de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso de graduação e dos saberes e fazeres necessários à atuação docente crítica e reflexiva.

Para sua execução, no Curso de Educação do Campo – Licenciatura, o estágio supervisionado possui carga horária específica de 405 (quatrocentas e cinco) horas distribuídas a partir do quarto semestre. Os componentes específicos que o comportam são denominadas na matriz curricular como “Estágio Curricular Supervisionado”, constituindo-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes.

Para privilegiar a formação investigativa, os estagiários serão orientados a registrar no Caderno de Alternância, nos componentes curriculares de estágio, acontecimentos das aulas observadas ou ministradas. Este material se constitui, a princípio, em um instrumento de formação docente e, posteriormente, em um objeto de análise para a produção do relatório de conclusão de estágio.

Os componentes de estágio também preveem a familiarização do estagiário com a elaboração de planejamentos didáticos, através da produção e discussão de planos e/ou projetos de ensino que considerem as peculiaridades socioculturais do contexto em que se realiza a prática pedagógica.

Devido à natureza dos componentes curriculares de estágio e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades de recuperação semelhantes àquelas tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA. A normatização dos Estágios Curriculares Supervisionados constará em regulamento específico, o qual disporá ainda sobre os pré-requisitos necessários para a matrícula e realização desses componentes, bem como sobre regime de orientação e supervisão (Apêndice III).

Quanto aos estágios não obrigatórios serão considerados aqueles desenvolvidos como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, conforme Resolução 20/2010 da UNIPAMPA.

Tabela 5: Quadro demonstrativo dos Estágios Obrigatórios

Etapa	Componente	Sem.	CH (h/a)	Especificidade do estágio
Estágio I	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental	4º	135	Observação e docência compartilhada e transdisciplinar nos anos finais do Ensino Fundamental em Escolas do Campo.
Estágio II	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	5º	90	Observação e docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio
Estágio III	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	6º	90	Observação e docência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio
Estágio IV	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	7º	90	Observação e docência interdisciplinar de Biologia com articulação com Química e Física em escola do campo no Ensino Médio
Total de horas			405	

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

2.3.2.4 Prática como Componente Curricular

As Práticas como componentes curriculares estão organizadas, a partir do pressuposto da pesquisa como princípio educativo. Articulados com os demais componentes curriculares, organizados conforme o eixo do semestre, os componentes de “Prática Pedagógica em Educação do Campo” possuem a finalidade de aproximar os estudantes de temáticas pertinentes ao exercício docente

na escola do campo. Conforme Parecer CNE/CP 15/2005 e Parecer CNE/CP 02/2015, o qual retoma as definições de Prática como componente curricular, constante no Parecer CNE/CP n.º 28/2001:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico- científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no artigo 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam uma melhor compreensão do *ethos* dos alunos. (BRASIL, CNE/CP 02/2015, p 31).

Diante disso, a carga horária destinada à prática como componente curricular objetiva estimular a ação investigativa em educação, propiciando o amadurecimento de reflexões teóricas e metodológicas que organizam a atuação do professor pesquisador. Com isso, pretende-se ainda que os acadêmicos possam vislumbrar temas de pesquisa, a serem desenvolvidos também nos espaços de Estágios Curriculares Supervisionados e no Trabalho de Conclusão de Curso, com vistas a desenvolver uma trajetória acadêmica melhor articulada aos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, que sustentam a educação superior.

Os componentes curriculares que contribuem com essa carga horária são: todos os seis componentes de Prática Pedagógica em Educação do Campo; Letramento Digital; Políticas públicas e gestão educacional; Educação ambiental e cidadania para o campo; História e Filosofia da Educação; Ciência moderna e contemporânea; Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação;

Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores;
Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a educação do campo;
Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na
educação do campo; Fundamentos da Educação Especial para a Educação do
Campo; Tecnologias digitais e produção de materiais; Educação em Direitos
Humanos e, finalmente, Gênero, sexualidade e educação.

2.3.2.5 Plano de integralização da carga horária

Tabela 6 – Composição Carga Horária no Regime de Alternância

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU* (h/a)			Carga Horária TC* (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Primeiro Semestre								
Identidades e Processos Identitários	Letramento Digital	25	-	5	5	-	10	45
	Letramento Matemático	25	5	-	5	10	-	45
	Leitura e Escrita Científica	25	5	-	5	10	-	45
	Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	25	5	-	5	10	-	45
	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	25	5	-	5	10	-	45
	Economia Política, Sociedade e Educação	25	5	-	5	10	-	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	10	-	20	5	-	25	60
Carga Horária Semestre	330 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Segundo Semestre								
Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional	Políticas públicas e gestão educacional	25	-	5	5	-	10	45
	Movimentos Sociais e o Campo	25	5	-	5	10	-	45
	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	25	5	-	5	10	-	45
	Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	25	5	-	5	10	-	45
	Construindo conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	25	5	-	5	10	-	45
	Educação ambiental e cidadania para o campo	25	-	5	5	-	10	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	10	-	20	5	-	25	60
Carga Horária Semestre	330 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Terceiro Semestre								
Território e Territorialidades	Atividades experimentais no ensino de Ciências	25	5	-	5	10	-	45
	Antropologia das populações do campo	25	5	-	5	10	-	45
	Leis Físicas do movimento	25	5	-	5	10	-	45
	Diversidade da vida	25	5	-	5	10	-	45
	Química e hidrosfera	25	5	-	5	10	-	45
	História e Filosofia da Educação	25	-	5	5	-	10	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	10	-	20	5	-	25	60
Carga Horária Semestre	330 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Quarto Semestre								
O Trabalho como Princípio Educativo	Calor, ambiente e uso de energia	25	5	-	5	10	-	45
	Origem e evolução da vida	25	5	-	5	10	-	45
	Ciência moderna e contemporânea	10	-	5	5	-	10	30
	Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	25	-	5	5	-	10	45
	Química, energia e suas transformações	25	5	-	5	10	-	45
	Química dos alimentos	25	5	-	5	10	-	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	10	-	20	5	-	25	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	30			105			135
Carga Horária Semestre	450 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Quinto Semestre								
A Escola como Espaço Emancipatório	Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	25	5	-	5	10	-	45
	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	25	5	-	5	10	-	45
	Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	25	5	-	5	10	-	45
	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores.	25	-	5	5	-	10	45
	Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo.	25	-	5	5	-	10	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	10	-	20	5	-	25	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	30			60			90
Carga Horária Semestre	375 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Sexto Semestre								
Gestão de Práticas Sustentáveis no/do Campo	Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	25	-	5	5	-	25	60
	Metodologia da Pesquisa Científica	25	5	-	5	10	-	45
	Desenvolvimento rural	25	5	-	5	10	-	45
	Ecologia e agroecologia	25	5	-	5	10	-	45
	Interações entre os seres vivos	25	5	-	5	10	-	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	10	-	20	5	-	25	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	30			60			90
Carga Horária Semestre	390 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Sétimo Semestre								
Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias	Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	25	-	5	5	-	10	45
	Tecnologias digitais e produção de materiais	25	-	5	5	-	10	45
	LIBRAS	60	-	-	0	-	-	60
	Transmissão da vida, ética e manipulação genética	25	5	-	5	10	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	30			60			90
	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	-	-	15	30	-	75
Carga Horária Semestre	360 h/a							

Eixo Temático	Componente Curricular	Carga Horária TU (h/a)			Carga Horária TC (h/a)			CH Total (h/a)
		Teórica	Prática	PCC	Teórica	Prática	PCC	
Oitavo Semestre								
Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde	Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	25	5	-	5	10	-	45
	Educação em Direitos Humanos	25	-	5	5	-	10	45
	Antropologia da alimentação do campo	25	5	-	5	10	-	45
	Corpo e Saúde	25	5	-	5	10	-	45
	Ciência das Sensações	25	5	-	5	10	-	45
	Gênero, sexualidade e educação	25	-	5	5	-	10	45
	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	-	-	-	45	-	75
Carga Horária Semestre	345 h/a							

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

* Tempos pedagógicos do Regime de Alternância: TU: Tempo Universidade; TC: Tempo Comunidade

Legenda de Cores Tabela 6 – Composição Carga Horária no Regime de Alternância

Cor	Eixo Temático
	Identidades e Processos Identitários
	Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional
	Território e Territorialidades
	O Trabalho como Princípio Educativo
	A Escola como Espaço Emancipatório
	Gestão de Práticas Sustentáveis no/do Campo
	Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias
	Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde

Ainda em relação ao Plano de integralização da carga horária, é necessário considerar:

- Em relação aos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (constam em matriz curricular exclusiva) é necessário que cada estudante obtenha aprovação em ao menos 180 (cento e oitenta) horas/aula entre os componentes ofertados ao longo do curso.

Eles objetivam oferecer, de maneira flexível e diversificada, possibilidades de aprofundamento de estudos em Educação do Campo aos acadêmicos em processo de formação docente. Para desenvolvimento destes componentes curriculares, os docentes do curso serão convidados a elaborar componentes distintos daqueles que constam na matriz obrigatória, mas com afinidades ao eixo do semestre em questão. Outras propostas de CCCGs deverão ser aprovadas pela Comissão de Curso, antes da abertura do período de matrículas e registro de oferta de componentes dentro da UNIPAMPA.

- Para efeitos de matrícula no semestre, observar-se-á, como requisitos mínimos, a matrícula em componentes cuja soma de carga horária seja de pelo menos 180 horas/aula, sendo que 60 horas/aula desta carga mínima deve corresponder, obrigatoriamente, ao componente curricular Prática Pedagógica em Educação do Campo, quando houver (1º ao 6º semestre).

É importante que o(a) estudante leve em consideração que o prazo máximo de integralização para o curso Educação do Campo – Licenciatura é de 12 semestres ou 6 anos.

- Em relação à carga horária máxima no semestre, observa-se o direito de inscrição, em componentes não concomitantes, desde que a carga horária total não ultrapasse 540 (quinhentas e quarenta) horas semestral.

2.3.3 Metodologias de Ensino e Avaliação do Conhecimento

A organização em Regime de Alternância visa possibilitar que aqueles, os quais vivem e trabalham no campo ou que aspirem a esta condição, possam vivenciar o Ensino Superior e experienciar, a partir da realidade da comunidade, tanto os conteúdos universitários, a que estão tendo acesso; quanto retornar, à própria Universidade, os saberes, dilemas, problemas, tensões e contradições da vida cotidiana. Conforme o Edital 02/2012¹⁵, que selecionou e apoiou a implantação de cursos de Educação do Campo nas IFES, as licenciaturas em Educação do Campo devem apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre TU e TC, e que ensina:

Entende-se por Tempo-Escola [Tempo-Universidade]¹⁶ os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo-Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de práticas pedagógicas orientadas (Edital 02/2012, de 31/08/2012).

Deste modo, o TU se constitui como espaço de ensino e aprendizagem de conteúdos acadêmicos, viabilizados pelos diferentes componentes da matriz curricular do curso, por meio de atividades pedagógicas na UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito; já, o TC é desenvolvido nas comunidades de origem dos alunos, por meio de atividades sociais, culturais e projetos de estudos de caráter interdisciplinar, os quais privilegiarão propostas de pesquisas que, articuladas com o ensino e a extensão, interligam os diferentes saberes cotidianos com os conteúdos dos componentes curriculares do semestre. Assim, os projetos do TC contemplarão

15 Edital de seleção n.º 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, ao qual o curso da LECampo - UNIPAMPA/Campus Dom Pedrito obteve aprovação.

16 A fim de padronização no presente documento, adotou-se o termo “Tempo-Universidade” ao invés de “Tempo-Escola”, por considerar-se mais adequado ao contexto local.

estudos e práticas orientadas interdisciplinares¹⁷, organizados a partir de um eixo temático do semestre letivo.

Os conteúdos desenvolvidos, durante o TU, em cada componente curricular e, durante o TC, no âmbito do projeto, constarão no Plano de Ensino de cada docente, tendo como base o disposto no ementário deste PPC. Perpassando ambos os períodos de alternância (TU e TC), os estudantes organizarão relatos sistemáticos e reflexivos sobre o processo de ensino e aprendizagem em um instrumento denominado de Caderno de Alternância. O objetivo deste caderno é registrar leituras, atividades de campo e demais estudos em desenvolvimento pelos acadêmicos, bem como avaliação do curso, auto avaliação e as dúvidas que lhes foram surgindo ao longo dessa trajetória. Assim, o Caderno de Alternância foi proposto no sentido de se constituir como registro singular do processo de formação docente pelo escrever de experiências, observações, angústias, desejos, inquietações e emoções do licenciando. Esse registro sistemático possibilita fortalecer o vínculo com o processo de formação agregando vivências significativas, que poderiam se perder no espaço e tempo de diferença entre o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade. Registrar as vivências é um processo de significação, quando nos propomos a escrever sobre algo, nos propomos em dar sentido para aquela experiência.

2.3.3.1 Ensino-Aprendizagem e avaliação do conhecimento

O processo de ensino aprendizagem do curso de Educação do Campo - Licenciatura se organiza metodologicamente a partir da proposta sugerida por Delizoicov e Angotti (1990), apresentado em 03 (três) momentos que envolvem a problematização, a organização e a sistematização:

No primeiro momento, a **problematização do conhecimento**, serão apresentadas, aos alunos, questões ou situações-problema, pertinentes ou que sugestionem aos conceitos e conteúdos sistematizados, a serem desenvolvidas no

17 Entende-se como práticas interdisciplinares o enfrentamento coletivo de problemas provindos da realidade local, aos quais apenas uma área de conhecimento não dá conta de sua totalidade. Frente a isso, as ações interdisciplinares previstas no curso compreendem este conceito para além da integração ou superposição de componentes curriculares, mas em um processo essencialmente coletivo frente à complexidade do objeto de conhecimento.

componente curricular ou temática a ser explorada, com o objetivo de motivar para a aprendizagem, explorar os conceitos pré-existentes dos alunos, estabelecer a contextualização do conhecimento e introduzir novos conceitos. Tal momento, se caracteriza pela compreensão e apreensão da posição dos alunos frente ao assunto, estabelecendo-se um ambiente favorável ao desenvolvimento de conhecimentos significativos e também provocativo ao processo investigativo de novos saberes.

No segundo momento, a **organização do conhecimento**, propõem-se atividades para que o aluno apreenda o novo e produza saberes, a partir das discussões e problematizações. Tais atividades, conforme plano de aula e objetivos para objeto de aprendizagem, poderão ser de leitura, apresentação e discussão de tópicos conceituais, eslaides, práticas em laboratório, observação, interpretação e discussão de materiais ilustrativos, seminários de textos técnicos pertinentes aos conteúdos desenvolvidos, estudos de caso, projetos especiais investigativos e entre outras estratégias de ensino-aprendizagem.

O terceiro momento, a **sistematização do conhecimento** e a elucidação de novos saberes, destina-se à abordagem sistemática do conhecimento, isto é, o que o aluno pôde observar, interpretar, incorporar e concluir sobre objeto de aprendizagem. Como instrumentos de sistematização, poderão ser utilizados os seguintes recursos: relatórios, sínteses orais e escritas, a partir das discussões realizadas em sala de aula e do referencial teórico de apoio; utilizar-se-ão, também, momentos de sistematização e avaliações de aprendizagem, onde poderá ser solicitado ao aluno expressar-se sobre determinadas situações-problema, referentes ao conteúdo desenvolvido.

A elucidação de novos saberes poderá ocorrer com o desenvolvimento do processo investigativo, no qual ocorrerá a coleta, a interpretação e análise de dados e/ou informações, formulando-se assim um conceito, uma informação ou reconstrução de saberes.

Os princípios didático-pedagógicos, de certa forma, são decorrentes dos princípios epistemológicos e éticos. Entendemos que, no ensino e aprendizagem, estabelece-se uma relação entre o sujeito, que conhece, e os objetos, a serem conhecidos, em processos necessariamente mediados pelo outro, criando-se assim, condições para que o sujeito, cognoscente, elabore novas representações do

mundo, mediante processo dialético de ação-reflexão-ação, instituído na problematização crítica da realidade. Caracterizando-se, desta forma, o professor como mediador e problematizador do processo de construção/reconstrução do conhecimento.

O Projeto Pedagógico do curso Educação do Campo - Licenciatura, com base nas discussões da perspectiva e nos pressupostos do trabalho pedagógico nesta Licenciatura, apoia-se em algumas ferramentas centrais:

- A docência, por área do conhecimento, a fim de que se dê conta de pensar os caminhos para a transformação da escola, ao considerar o acúmulo de estudos e reflexões no âmbito da Educação do Campo e dos movimentos sociais camponeses, objetiva a constituição de um plano de estudos. Tal transformação exigirá a desfragmentação do currículo, vinculando o que se faz dentro da escola e no espaço de vida dos sujeitos, bem como na reorganização do trabalho docente para que este seja coletivo (superação da cultura de trabalho individual e isolado), isto requer, por sua vez, uma segunda ferramenta, a Docência Compartilhada;
- A Docência Compartilhada, apesar de há muito discutida, no sentido da implementação, ainda é uma proposta inovadora e vem ao encontro, inclusive, de outros interesses presentes na proposta pedagógica como a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, fomentando um trabalho crítico-colaborativo. É uma experiência pedagógica há muito realizada em escolas, as quais se destinam nossos formandos das Licenciaturas e, em alguns casos, até nas IES. Na ótica de Samuel Fernández (1993, s/p), compartilhar a docência “permite a utilização flexível e eficiente do tempo do professor e se beneficia dos diferentes estilos de ensino, da colaboração entre profissionais e da utilização de alternativas de ensino”. Esta modalidade de ensino, traz melhoramentos ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que há maior troca de informações, conhecimentos e possibilidades metodológicas.

Conforme tem mostrado o debate realizado por diferentes atores do processo (movimentos sociais e outros), o foco no trabalho coletivo, realizado com o modelo

da docência compartilhada, problematiza a expansão da escola na lógica/forma urbana, a qual foi desenvolvida até o momento.

Luís Maruny Curto (2000, p. 94), agregando argumentos à discussão deste tipo de docência ao sugerir que a mesma pode ser extremamente rentável:

Uma pessoa sozinha pode aprender, mas se aprende melhor em grupo, é mais rentável. Um professor isolado pode inovar, mas os limites são mais estreitos e o esforço muito maior para um rendimento menor. Na escola, tudo é grupal: os alunos nas aulas e os professores nos ciclos, departamentos e direção. Trabalhar em grupo é uma condição. Isto não é fácil, mas a aprendizagem compartilhada e o trabalho cooperativo são mais eficientes para assegurar maior qualidade e resultados mais sólidos. A atribuição de melhorar o ensino requer muitos ombros juntos.

Diante disso, entende-se que a docência compartilhada poderá ser adotada neste PPC, pelo menos, nos seguintes componentes: “Atividades Experimentais no Ensino de Ciências”; todos os quatro componentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e todos os seis componentes de Prática Pedagógica em Educação do Campo. Entende-se e justifica-se que estes componentes necessitam da docência compartilhada porque desenvolvem, concomitantemente, conteúdos das Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Educação (ensino aprendizagem), potencializando, assim, a interdisciplinaridade.

Nesta perspectiva a atuação docente e o processo de ensino-aprendizagem implicam a avaliação do conhecimento como parte indissociável da ação educativa, tendo caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo. Segundo Rabelo (1998, p. 11) “a avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão-ação”. Neste projeto, justifica-se a importância da avaliação no processo educativo, com base nos seguintes aspectos:

- Compreensão do processo de ensino-aprendizagem em desenvolvimento;
- Identificação dos saberes construídos ou/e em construção pelos estudantes;
- Revisão das metodologias de ensino adotadas pelo professor;
- Conhecimento da atuação docente e, quando necessário, indicação de uma possível mudança de atitude por parte dos atores envolvidos;
- Reconhecimento da relação de comprometimento com o processo educativo entre professores e estudantes.

Assim, a avaliação deve ser compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento. Conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, todos os estudantes farão parte desse processo, inclusive as pessoas com deficiência, às quais serão assegurados instrumentos avaliativos adaptados às suas possibilidades de expressão (BRASIL, 2008). Percebida como um processo contínuo e democrático, a avaliação não deve apenas visar o resultado final. Deve assegurar a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino, conforme artigo 61 da Resolução 29/2011 da UNIPAMPA (p.11): “Atividades de recuperação serão asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente”.

Desse modo, os instrumentos avaliativos, utilizados para avaliar o processo de ensino-aprendizagem, consideram as especificidades de cada componente curricular, a preocupação com a aprendizagem do estudante, a metodologia empregada pelo professor, bem como a concepção de avaliação adotada. Consideram, ainda, que o Curso de Educação do Campo - Licenciatura requer, de seus discentes, a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas apresentadas e não apenas reproduzir ideias ou informações.

Para tanto, a avaliação formativa agregará diferentes ferramentas utilizadas nos componentes curriculares do curso no TC e no TU tais como: investigação, portfólios, web fólios, Caderno de Alternância, pareceres descritivos, relatório de observações e de pesquisa de campo, seminários integradores, produção textual, desenvolvimento de ações nas comunidades, resolução de situações problemas, experimentos, participação no ambiente virtual de aprendizagem – plataforma Moodle institucional (participação de fórum, blog, glossário), entre outros que serão eleitos para compor o processo avaliativo.

2.3.3.2 Papel do Docente e Estratégias Didático-Pedagógicas

Formar o egresso com o perfil definido pela UNIPAMPA é uma tarefa complexa, na medida em que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos:

- Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;
- Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;
- Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;
- Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

A atuação docente estará pautada na definição dos diferentes componentes curriculares de cada área, bem como seus conteúdos e metas de aprendizado específicas e a relação destes com o eixo temático. Será uma construção processual do curso, integrando o trabalho pedagógico dos educadores e buscando envolver, progressivamente, os estudantes (como parte da sua formação profissional). Devem ser consideradas as ementas indicadas na proposta de curso apresentada e a visão de totalidade do eixo orientador que deverá ser objeto de discussão entre os educadores durante todas as etapas do curso.

Haverá uma intencionalidade na articulação entre a organização de estudos e as demais dimensões e práticas formativas oportunizadas pelo curso (gestão coletiva do processo pedagógico, participação em atividades de trabalho no local de realização do curso, convivência na turma e entre diferentes turmas). Entende-se, que articular e integrar o TC com o TU pode ser estabelecido com a participação ativa dos acadêmicos para tornar o processo de ensino e aprendizagem na alternância integrativo. Para tanto, poderá haver, como proposta de acolhimento dos estudantes no TU, um seminário integrador; do ponto de vista pedagógico, haverá discussão e reflexão dos eixos temáticos de cada semestre problematizando a construção coletiva e participativa dos envolvidos.

Serão realizadas reuniões periódicas de formação e planejamento das atividades relacionadas à oferta dos componentes curriculares, seguindo a organização do desenho curricular e participação, diretamente dessas, os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso, bem como coordenadores dos assentamentos que contribuirão para dar organicidade à proposta do curso de fora contextualizada com a realidade dos assentamentos.

As reuniões terão como objetivo agregar interdisciplinarmente aos conteúdos dos componentes curriculares que serão ofertados, primando por um diálogo colaborativo entre os mesmos para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

Para garantir um trabalho coletivo e colaborativo, o grupo trabalhará temas pertinentes às práticas dos assentamentos e das comunidades rurais por focos temáticos a cada semestre. Assim, os focos temáticos buscarão garantir a unidade

curricular do coletivo que poderá abordar, a partir de diferentes componentes curriculares, conhecimentos pertinentes.

As Reuniões semanais estarão organizadas no sentido de:

- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular de cada eixo temático;
- Planejamento coletivo dos conteúdos de cada eixo temático;
- Articulação das propostas que serão realizadas nas componentes curriculares;
- Definição de atividades colaborativas entre os componentes curriculares que serão ofertadas no TU e no TC;
- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- Avaliação da condução metodológica das etapas, a partir do acompanhamento periódico do aproveitamento dos acadêmicos nas atividades realizadas no TU e no TC.

2.3.3.3 Uso Pedagógico de Recursos de Tecnologia de Comunicação e Informação

Os avanços das tecnologias da informação e comunicação e, principalmente, o advento da cibercultura contribuem para potencializar a aprendizagem. Para Lévy (1999), cibercultura é o conjunto de técnicas, materiais intelectuais, de práticas e atitudes, do pensar não linear e hipertextual, de valores de cooperação, os quais se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço, que, para o autor, é a própria rede colaborativa de comunicação e interação digital.

Sendo assim, o Curso de Educação do Campo – Licenciatura utilizará as tecnologias de comunicação e informação como ferramenta para melhorar e aprofundar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Após o reconhecimento do curso, a caracterização destas ferramentas como Ensino à Distância (EaD), podem ocupar até 20% (vinte por cento) da carga horária de cada componente curricular, conforme Portaria 1.134 do Ministério da Educação de Outubro de 2016.

n.º 4059, de 13 de dezembro de 2004.

Durante o curso, será possível utilizar o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), disponibilizado na Plataforma Moodle, como forma de disseminação de

conhecimento, interação e comunicação entre os sujeitos do curso, bem como destes com a comunidade.

A escolha da plataforma Moodle deve-se a suas características, entre as quais se destaca um software livre, com interfaces amigáveis e de fácil uso para educandos e educadores, o que facilita o acesso, pois, em muitos casos, este configura-se como o primeiro acesso à tecnologia. O Moodle também fornece mecanismos de comunicação assíncrona, permitindo assim que o educando trabalhe dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem e em seu tempo disponível, além da comunicação síncrona.

Acreditamos que a inserção do licenciando no mundo digital e seu acesso às tecnologias de informação e comunicação possam se revelar de maneira significativa, no momento que possibilita a integração dos sujeitos e a reflexão acerca de seus desdobramentos éticos, didáticos e socioeducativos. Todos os envolvidos devem se tornar capazes de perceber a importância da tecnologia como suporte à educação e ao ensino, percebendo também a necessidade de se apropriar dos novos recursos tecnológicos sob a perspectiva pedagógica, isto é, para poder usá-los de forma a estabelecer as pontes necessárias para o alcance de seus objetivos educativos.

O uso da tecnologia, por si só, não promove a melhoria do ensino e da aprendizagem, é necessário que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem se percebam como usuários críticos e criativos dos recursos tecnológicos, bem como dos meios de comunicação e midiáticos que, por tratarem-se de artefatos culturais, históricos e não neutros, podem servir tanto a uma perspectiva de mudança quanto de alienação.

2.3.3.4 Vinculação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ações de pesquisa e extensão são estruturantes na formação do aluno. Também, a prática extensionista e investigativa do discente poderá integralizar a carga horária do curso como parte das Atividades Complementares de Graduação (ACG) e será, integralmente, registrada em seu Histórico Escolar. O curso assegura o mínimo de 10% (dez por cento) de sua carga horária em programas e projetos de

extensão, os quais poderão estar vinculados aos componentes curriculares, incluindo-se, neste percentual, as Atividades Complementares de Graduação (ACG) na modalidade “extensão”, em consonância com a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, o Plano de Desenvolvimento Institucional adota como princípios: o impacto e a transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa, contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação, incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, apoio a programas de extensão interinstitucionais (UNIPAMPA, 2014-2018).

Com relação ao impacto e a transformação, salientamos que a UNIPAMPA nasce compromissada com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul, de modo que cada ação da extensão da universidade se propõe a observar a complexidade e a diversidade da realidade da Campanha e da Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

Para efetividade deste compromisso, a Universidade se coloca em postura de interação dialógica com os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de partilha de saberes. Isto significa que as ações de extensão na UNIPAMPA buscam promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas.

Ainda, ao assumirmos a complexidade da realidade onde a Universidade está localizada, buscamos que as ações de extensão procurem a interação entre componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos, numa perspectiva também interdisciplinar.

2.4 Matriz Curricular

Tabela 7 – Créditos e Composição de Carga Horária Componentes Curriculares Obrigatórios

Cód.	Componente Curricular	Pré-Requisito	Créd.	Carga Horária			
				Teórica	Prática	PCC*	Total
DP0401	Letramento Digital	-	3	30	-	15	45
DP0403	Letramento Matemático	-	3	30	15	-	45
DP0400	Leitura e Escrita Científica	-	3	30	15	-	45
DP0402	Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	-	3	30	15	-	45
DP0404	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	-	3	30	15	-	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	-	4	15	-	45	60
	Economia Política, Sociedade e Educação	-	3	30	15	-	45

DP0424	Políticas públicas e gestão educacional	-	3	30	-	15	45
DP0416	Movimentos Sociais e o Campo	-	3	30	15	-	45
	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	-	3	30	15	-	45
DP0427	Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	-	3	30	15	-	45
DP0412	Construindo conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	-	3	30	15	-	45
DP0440	Educação ambiental e cidadania para o campo	-	3	30	-	15	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	4	15	-	45	60
DP0425	Atividades experimentais no ensino de Ciências	-	3	30	15	-	45
DP0417	Antropologia das populações do campo	-	3	30	15	-	45
DP0418	Leis Físicas do movimento	-	3	30	15	-	45

DP0419	Diversidade da vida	-	3	30	15	-	45
DP0436	Química e hidrosfera	-	3	30	15	-	45
DP0409	História e Filosofia da Educação	-	3	30	-	15	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	4	15	-	45	60
DP0426	Calor, ambiente e uso de energia	-	3	30	15	-	45
DP0411	Origem e evolução da vida	-	3	30	15	-	45
DP0460	Ciência moderna e contemporânea	-	2	15	-	15	30
	Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	-	3	30	-	15	45
	Química, energia e suas transformações	-	3	30	15	-	45
DP0428	Química dos alimentos	-	3	30	15	-	45

	Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	4	15	-	45	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	Construindo conhecimentos de Física/Biologia/Química para o Ensino Fundamental; Prática Pedagógica em Educação do Campo III	9	-	-	-	135
	Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	-	3	30	15	-	45
	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	-	3	30	15	-	45
	Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	-	3	30	15	-	45
	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores.	-	3	30	-	15	45
	Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a educação do campo.	-	3	30	-	15	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	4	15	-	45	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	Estágio - Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental; Prática Pedagógica em Educação do Campo IV	6	-	-	-	90

	Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na educação do campo	-	4	30	-	30	60
DP0432	Metodologia da Pesquisa Científica	-	3	30	15	-	45
DP0441	Desenvolvimento rural	-	3	30	15	-	45
DP0442	Ecologia e agroecologia	-	3	30	15	-	45
DP0433	Interações entre os seres vivos	-	3	30	15	-	45
	Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	4	15	-	45	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	Estágio - Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental; Prática Pedagógica em Educação do Campo V	6	-	-	-	90
	Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	-	3	30	-	15	45
	Tecnologias digitais e produção de materiais	-	3	30	-	15	45

DP0451	LIBRAS	-	4	60	-	-	60
DP0452	Transmissão da vida, ética e manipulação genética	-	3	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	Estágio - Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental; Prática Pedagógica em Educação do Campo VI	6	-	-	-	90
DP0455	Trabalho de Conclusão de Curso I	Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	5	45	30	-	75
	Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	-	3	30	15	-	45
	Educação em Direitos Humanos	-	3	30	-	15	45
DP0457	Antropologia da alimentação do campo	-	3	30	15	-	45
DP0458	Corpo e Saúde	-	3	30	15	-	45
DP0459	Ciência das Sensações	-	3	30	15	-	45
	Gênero, sexualidade e educação	-	3	30	-	15	45

DP0463	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	30	45	-	75
--------	-----------------------------------	----------------------------------	---	----	----	---	----

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

* Prática como Componente Curricular – para fins de registro no Sistema Acadêmico sua carga horária será registrada como prática.

Legenda de Cores Tabela 7 – Créditos e Composição de Carga Horária Componentes Curriculares Obrigatórios

Cor	Eixo Temático
	Identities e Processos Identitários
	Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional
	Território e Territorialidades
	O Trabalho como Princípio Educativo
	A Escola como Espaço Emancipatório
	Gestão de Práticas Sustentáveis no/do Campo
	Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias
	Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde

2.4.1 Ementário

2.4.1.1 Primeiro Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Letramento Digital	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Estudo e discussão das práticas letradas no meio digital e suas implicações sociais, cognitivas e epistemológicas nos processos identitários. Ferramentas de comunicação e interação síncronas e assíncronas. Plataformas de pesquisa. Ética na Internet, na pesquisa e nas relações pedagógicas. Uso do editor de texto. Editor de apresentação de slides.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Experimentar e compreender práticas de letramento digital e suas implicações sociais, cognitivas e epistemológicas nos processos identitários. - Proporcionar o contato e manuseio com as tecnologias digitais interativas. - Refletir sobre as possibilidades de comunicação, interação e aprendizagem por meio das tecnologias digitais. - Conhecer e experimentar plataformas de pesquisa. - Propiciar a construção de uma postura ética no meio digital. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papyrus, 2011.</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MORAN, J. M. MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ALONSO, K. et al. Aprender e ensinar em tempos de Cultura Digital. Revista Em Rede, 2014, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/16/28>. Acesso em: 31 mar 2016.</p> <p>FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/033/33pc_freire.htm. Acessado em: 15 mar</p>	

2016.

SCHLEMMER, E. A aprendizagem com o uso das tecnologias digitais: viver e conviver na virtualidade. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n. 19, p. 103-126, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/451/340>>.

Acesso em: 13 jan 2014.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 38 maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>. Acesso em: 17 fev 2010.

SOARES, E. M. do S.; VALENTINI, C. B. Tecnologias digitais: práticas e reflexões no contexto do ensino fundamental. **Revista Linhas** (Florianópolis. Online), v. 13, p. 74-88, 2012.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Letramento Matemático	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Concepções e tendências. Conceitos fundamentais da matemática: contagem e medida. Os conteúdos básicos de matemática: Aritmética, Medidas, Frações e Geometria. Metodologias e estratégias de ação para desenvolver o pensamento lógico-matemático.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar e utilizar a linguagem matemática para fazer análises qualitativas e quantitativas a fim de reconhecer que escritas algébricas que permitam expressar generalizações sobre as propriedades das operações aritméticas e utilizar a matemática para a solução de problemas. - Estabelecer relações de medidas no contexto do campo utilizando a notação científica como uma linguagem matemática usada para grandes e pequenas medições; - Interpretar e Analisar a relação da Matemática com as outras áreas do conhecimento – abordando o conteúdo “grandezas e medidas”- na perspectiva da transversalidade; - Compreender razões, proporções e escala aplicada no cotidiano do campo; - Aplicar os conhecimentos de grandezas diretamente e inversamente proporcionais na resolução da regra de três simples e composta; - Reconhecer e resolver equações algébricas de 1º e 2º grau; - Resolver problemas com sistemas de equações que recaem em equações de 2º grau contextualizadas com as Ciências da Natureza; 	

- Representar algumas funções do cotidiano do campo, através de gráficos no plano cartesiano;
- Introduzir a teoria dos conjuntos e seus fundamentos;
- Compreender a relação fundamental do Teorema de Pitágoras;
- Compreender as relações trigonométricas e suas aplicações na Educação do Campo e Ciências da Natureza;
- Compreender e utilizar as figuras planas para medições de perímetro e área contextualizadas no cotidiano do campo;
- Desenvolver o senso crítico e a criatividade na resolução de problemas voltados para as Ciências da Natureza.

Referências Bibliográficas Básicas

DANTE, L. R. **Matemática: contexto e aplicações**. Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2012.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR., J. R. **Matemática Fundamental: uma nova abordagem**. Volume único. São Paulo: FTD, 2011.

IEZZI, Gelson & MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 3 Ed. Atual. São Paulo.

IEZZI, Gelson & MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 4 Ed. Atual. São Paulo.

Referências Bibliográficas Complementares

ÁVILA, G. Análise Matemática para licenciatura. São Paulo: Blucher. 2006.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 2004.

RIBEIRO, J. Matemática ciência e linguagem. São Paulo: Scipione. 2007. L

LIMA, E. A Matemática do Ensino Médio, vol. 2. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática 2000.

DOLCE, O.; POMPEO, J.. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 9 e 10. São Paulo: Atual Editora, 2000.

Periódicos:

Bolema - Boletim de Educação Matemática. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema>. Acesso em 12/04/2015.

Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat>. Acesso em 12/04/2015.

Identificação do Componente

Componente Curricular:

Carga horária total: 45 h/a

Leitura e escrita científica	(TU: 30h/a; TC: 15h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Análise e interpretação dos mecanismos intervenientes na leitura e produção do texto oral e escrito, do linguístico e do não linguístico, articulados com o ensino de Ciências e as problemáticas do campo. Análise dos diferentes aspectos da linguagem, refletindo criticamente sobre suas possibilidades e necessidades para a prática docente do educador do campo. Enfoca a formação inicial e continuada de professores para um novo papel: o mediador nos diferentes ambientes e espaços em que ocorre a educação. Análise da leitura e a escrita como práticas de participação social, realizadas na interlocução entre diferentes sujeitos na sociedade (cidadania).	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a necessidade da leitura e da escrita como prática de participação social. - Conhecer as possibilidades de intervenção social por meio das diferentes linguagens. - Analisar e interpretar os mecanismos intervenientes na leitura e produção de textos em suas diferentes caracterizações. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARENDET, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 2010</p> <p>CHIAPPINI, L. Outras linguagens na escola. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: ARTMED, 2002</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CITELLI, A.O. Comunicação e Educação: a linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2000.</p> <p>CAGLIARI, L. C. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2003.</p> <p>MARCONDES, B. Como usar outras linguagens em sala de aula. São Paulo: Contexto.</p> <p>Cadernos de Educomunicação. Ismar de Oliveira Soares (coord). São Paulo: Editora Salesiana, 2001.</p> <p>ELIAS, M. Del C. De Emílio a Emilia: a trajetória da alfabetização. São Paulo, Scipione, 2000.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo das teorias da aprendizagem e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem. Principais contribuições teóricas da Psicologia da Educação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana. Teoria da Carência Cultural: Refletindo as teorias da Aprendizagem e as populações do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar e discutir as teorias psicológicas da aprendizagem tomando como base o desenvolvimento humano. - Apresentar as contribuições da Psicologia da Educação. - Discutir as teorias da aprendizagem e suas implicações no processo ensino/aprendizagem. - Analisar as bases epistemológicas das teorias da aprendizagem e a relação com a Teoria da Carência Cultural. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CAMPOS, Dinah M. Psicologia da Aprendizagem. Petrópolis, Vozes. 2011.</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. Casa do Psicólogo, 2008.</p> <p>VIGOTSKY, Lev Semenorich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7.ed. Editora Ícone, 2001.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo. Casa do Psicólogo, 128 p. 2003.</p> <p>DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”. Crítica às apropriações neoliberais e pósmodernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.</p> <p>PAPALIA, e OLDS. Desenvolvimento Humano. Editora Artmed, 2000.</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Casa do Psicólogo, 2010.</p> <p>PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. LTC. 2010.</p> <p>VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</p> <p>_____. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>	

TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; Rocha, M. (Orgs.). **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2000.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Ciências da Natureza: diferentes abordagens	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Ciência aspectos teóricos e conceituais. Ensino de Ciências aspectos teóricos, metodológicos na Educação Básica e sua contextualização na Educação do Campo. Políticas Públicas para a Educação Básica e suas relações com a educação do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Construir conhecimentos que produzam interações e transformações no processo de ensinar e aprender na área do Ensino de Ciências da Natureza a partir das sinalizações das Políticas Públicas e de metodologias diversificadas. - Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente; - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade; - Compreender aspectos teóricos e epistemológicos das Ciências; - Compreender a importância do Ensino de Ciências na Educação Básica - Conhecer as Políticas Públicas Educacionais para a Educação Básica e as articulações com a Educação do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental . Brasília, 1998.	
CARVALHO, A.M.P. Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Cengage Learning, 2004	
FONSECA, S.G. Ensino fundamental: conteúdos, metodologias e práticas . Campinas-SP: Alinea, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais	

para a Educação Básica. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio**. Brasília 1998

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2006.

SEVERINO, A.J.; PIMENTA, S.G. **Aulas de ciências**: projeto LEC-PEC de ensino de ciências: projeto do Laboratório de Ciências da Faculdade de filosofia, Ciências e letras da USP de Ribeirão Preto e o Programa de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação - 1999.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Economia Política, Sociedade e Educação.	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estado e Economia. Globalização e crises econômicas. Economia de mercado, crescimento econômico e justiça social. Relações entre emprego, renda e consumo. Economia solidária e projetos de desenvolvimento sustentáveis.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o pensamento político através do conhecimento dos autores clássicos e análises contemporâneas sobre Estado, economia, sociedade e educação. - Compreender as concepções ideológicas que nortearam os sistemas políticos no século XX e XXI. - Conhecer os modelos de desenvolvimento econômico e social adotados ao longo da história brasileira. - Compreender os sistemas de produção com base nos pressupostos da Agroecologia. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
GIDDENS, Anthony. Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo. In GIDDENS, Anthony. Política, Sociologia e Teoria Social : encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Trad. Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.	
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . 41ª edição, Rio de Janeiro, Record,	

2000.

FURTADO, Celso M. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

ANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ª ed. Ed. 34, 1997.

DELGADO, G. C. . **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012). 1a. ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2012. v. 01. 142p.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin - a História Em Processo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FURTADO, Celso M. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**. In WEFFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política**. V. 1. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. **Política para quê?** Atuação partidária no Brasil contemporâneo de Getúlio a Dilma. São Paulo: Editora Atual, 2011.

SADEK, Maria Tereza. **Nicolau Maquiavel**: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In WEFFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política**. V. 1. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Yes, nós temos democracia**. In SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, Paul. **O processo econômico**. In REIS, Daniel Aarão (coord). **Modernização, Ditadura e democracia – 1964-2010**. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Editora Objetiva, 2014.

WEFFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política**. V. 2. São Paulo: Editora Ática, 2006.

_____. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Prática Pedagógica em Educação do	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
-------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Campo I: Identidade/Processos Identitários	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
<p>Identities and processes of identity in the constitution of the professor in the field. Construction of references and strategies for elaboration of projects. Presentation and analysis of different projects developed in educational institutions of teaching in the region of Campanha.</p>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir a pesquisa em educação discutindo-a como princípio educativo na formação do professor do/no campo. - Discutir a estrutura de projetos (pesquisa e extensão). - Desenvolver competências e habilidades para pesquisa em educação, conhecendo as metodologias dos estudos educacionais: abordagens qualitativas e quantitativas. Teorias e métodos (pesquisa teórica, pesquisa etnográfica, estudo de caso, pesquisa participativa, pesquisa-ação etc.). - Discutir a história de vida dos discentes e o desenvolvimento de um memorial de formação buscando resgatar elementos sócio-históricos que explicitem a vinculação dos (as) estudantes com o campo, levando em conta as manifestações culturais, sociais e ambientais com a intenção de resgatar os elementos que materializam a relação dos seres sociais com os agroecossistemas. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.</p> <p>FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ALVES & MAZOTTI, O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.</p> <p>CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 2.ed. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2001. 438</p> <p>CUNHA, Elara Pereira; SCHENEIDER, Eliane Cristina Araujo. História de vida e de aprendizagem: revistando o percurso através da escrita do memorial/narrativa histórica. Facos/CNEC-Osório. Disponível em: http://www.facos.edu.br/old/galeria/105092011085229.pdf. Acessado em: fevereiro de 2015.</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio. ANGOTTI, Jose, A. P. O ensino de Ciências no Brasil. In:</p>	

_____ Metodologia do ensino de ciências. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
 SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, Ba: UNEB, 2006.

2.4.1.2 Segundo Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Políticas públicas e gestão educacional	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Escola e Sistemas de Ensino. Processos de planejamento e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Cultura escolar e processos de gestão educacional na Educação do Campo. Fundamentos da gestão escolar participativa e democrática.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conjunto de políticas públicas e ações que organizam a educação brasileira, impactando na organização da Educação do Campo. - Conhecer processos de reformas educacionais e políticas de descentralização de gestão no âmbito da educação brasileira; - Conhecer o conjunto das políticas públicas educacionais que orientam a Educação do Campo. - Refletir sobre os princípios da gestão educacional democrática. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidente da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constitui%c3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.</p> <p>BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Brasília, DP&A, 2001.</p> <p>CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.</p>	

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

ROSÁRIO, M. J. A. do; ARAÚJO, R. M. de L. (org.). **Políticas Públicas Educacionais**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2003.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 3. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.

MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula**: que espaço é esse?. 9º ed. Campinas: Papyrus, p. 1115, 1995.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Movimentos Sociais e o Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Movimentos sociais do campo: identidade, cidadania e democratização. A Cultura política, cotidiano e ação política nos movimentos sociais. O debate teórico-metodológico sobre movimentos sociais. As contribuições dos movimentos sociais para as relações socioambientais, culturais e de gênero.

Objetivos

- Conhecer a história dos principais movimentos sociais do campo ocorridos no Brasil, suas formas peculiares de organização e manifestação e as condições estruturais às quais se ligam o surgimento e a ocorrência desses movimentos.
- Conhecer a História: movimento sindical; movimentos camponeses; movimentos étnicos; movimentos culturais.
- Analisar as diferentes formas de organização e funcionamento;
- Analisar as intervenções e proposições dos movimentos sociais destacando modelos de produção, bases científicas para a atividade do campo e a

Agroecologia.
Referências Bibliográficas Básicas
FRANK, G.; FUENTES, M. Nove teses sobre os movimentos sociais . Lua Nova, n.17, São Paulo: CEDEC, 1987.
GOHN, M. G. (org.) Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais . 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
GRACIA, R. L. (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
Referências Bibliográficas Complementares
GOHN, M. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros . São Paulo: Loyola, 1995.
MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo . Rio de Janeiro: FASE, 1989.
MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas . Petrópolis, Vozes, 2001.
_____. Um objetivo para os Movimentos Sociais? Lua Nova, CEDEC, p.49-66, 1989.
PICOLOTTO, E. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política . Tese de doutorado. CPDA/UFRRJ, 2011.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Física: campo de estudo enquanto ciência e componente escolar. A Física no Currículo do Ensino Fundamental: aspectos teóricos, conceituais e práticos. Conceitos estruturantes de Física para o Ensino Fundamental e sua contextualização com o Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar entendimentos sobre o campo de estudo da ciência Física e do componente escolar e sua inserção no contexto da Educação do Campo - Identificar e discutir os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos conceitos de física; - Analisar as propostas curriculares de Física no ensino Fundamental e sua inserção no contexto da Educação do Campo; - Conhecer e problematizar conceitos estruturantes de Física para o Ensino 	

Fundamental;

- Desenvolver conhecimentos de forma contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;

- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.; PERNAMBUCO, M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos / 4. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011. 364 p.

GRECA, I. M.; BRANDÃO, A. G.; CARVALHO, V.; SOUTO DIAS, A. Currículo inovador para a formação de professores em Ciências da Natureza do Ensino Fundamental. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 30, p. 538-53, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5165540.pdf>

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C.; BARRETO, A. L. V.; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: Álvaro Santo Alves; José Carlos Oliveira de Jesus; Gustavo Rodrigues Rocha. (Org.). **Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas**. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012, v. 1, p. 169-198. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Escrita e Desenho: análise de registros elaborados por alunos do Ensino Fundamental em aulas de Ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 10, p. 1-19, 2010. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/346.pdf>

Referências Bibliográficas Complementares

GASPAR, A. **Experiências de ciências para o Ensino Fundamental**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. v. 1. 328p.

GURGEL, I.; PIETROCOLA, M. O Papel Do Pensamento Narrativo Na Elaboração Da Ciência: Uma Proposta A Partir Da Obra De Galileu Galilei. In: CASTELAR, S. M. V.; SEMEGHINI-SIQUEIRA, I. (Org.). **Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa**. 1ed.Sao

Paulo: Cengage, 2016.

[PIETROCOLA, M.](#) Curiosidade e Imaginação - os caminhos do conhecimento nas Ciências, nas Artes e no Ensino. In: Anna Maria Pessoa de Carvalho. (Org.).

Inovação no Ensino de Ciências. São Paulo: Thomsom, 2003.

[PIETROCOLA, M.](#); [MAGALHÃES JUNIOR, C. A.](#) A formação dos professores de ciências para o Ensino Fundamental. In: XVI Simpósio Nacional de Ensino de Física, 2005, Rio de Janeiro. **Ata do XVI Simpósio Nacional de Ensino de Física.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Física, 2005.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; RODRIGUES, A. G.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. **Física conceitos e contextos:** pessoal, social histórico vol1. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013. v. 1. 288p.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. **Física conceitos e contextos:** pessoal, social histórico vol2. 1. ed. São Paulo: FTD, 2013. v. 1. 288p.

PIETROCOLA, M.; POGGIBEND, A.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROMERO, T. R. **Física conceitos e contextos:** pessoal, social histórico vol3. 1. ed. Sao Paulo: FTD, 2013. v. 1. 304p.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	Carga horária total: 45 h/a(TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Biologia: campo de estudo enquanto ciência e componente escolar. Níveis de organização dos seres vivos: Célula-Tecido-Órgão-Sistemas-Organismos. A Biologia no currículo do Ensino Fundamental: aspectos teóricos, conceituais e práticos e sua contextualização com o campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a Biologia no campo das Ciências da Natureza e de seu ensino na Educação Básica, especialmente nos aspectos ligados à Educação do Campo; - Conhecer os níveis de organização biológica dos seres vivos, contextualizando-os às especificidades ligadas à realidade e problemáticas do campo; - Reconhecer os conceitos biológicos estruturantes ao ensino de Biologia no EF, 	

articulando os aspectos teóricos, históricos, práticos e sociais que influenciam na docência desta área de conhecimento no contexto da Educação do Campo.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. DANGELO, J. G., FATINI, C. A. **Anatomia Humana Básica**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 8ed., 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

ABRASCO- Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

JUNQUEIRA, L.C. **Histologia básica** / 11.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2011.

MARANDINO, M. SELLES, S.E. SERRA, M. S. **Ensino de Biologia - Histórias e Práticas em Diferentes Espaços Educativos**. 1ª edição. 215 p. São Paulo: Cortez, 2009.

MAYR, E. **Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUYTON, A. C. **Fisiologia humana**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1998.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Construindo conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Química: campo de estudo enquanto ciência e componente escolar. A Química no Currículo do Ensino Fundamental: aspectos teóricos, conceituais e práticos e sua contextualização com o Campo.

Objetivos

- Proporcionar entendimentos sobre o campo de estudo da ciência química e do componente escolar e sua inserção no campo da Educação do Campo.
- Analisar as propostas curriculares de Química no ensino Fundamental e sua inserção no campo da Educação do Campo

- Introduzir conceitos estruturantes de Química para o Ensino Fundamental
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

Referências Bibliográficas Básicas

- ATKINS, P. W. JONES, L. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p
- LOPES, A. C. **O Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Unijui. 2007.
- ROSA, M.I.P. ROSSI, A.V. (orgs.) **Educação Química no Brasil: memórias políticas e tendências**. Campinas-SP: Editora Átomo, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

- CHAGAS, A.P. **Como se faz Química: uma reflexão sobre a química e a atividade do químico**. 3ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.
- FONSECA, M. R. M, **Projeto Múltiplo: Química**. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.
- INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.
- MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, **Projeto Voaz: Química**. São Paulo: Editora Scipione, 2014.
- REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Educação ambiental e cidadania para o campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a

Ementa

Princípios da educação ambiental. Discussão das questões ambientais e dos conceitos de Educação Ambiental, meio ambiente, cidadania, sustentabilidade e a relação dos seres sociais com os agroecossistemas. Consequência do modelo de produção do Agronegócio para a sustentação da vida no campo. Bases legais e elaboração de Projetos de Educação Ambiental.. Bases legais e elaboração de Projetos de Educação Ambiental.

Objetivos

- Compreender fundamentos e relações da Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade no campo.
- Construir e fundamentar os conceitos de Educação Ambiental, meio ambiente, cidadania e sustentabilidade.
- Problematizar e conhecer as diferentes correntes e práticas em Educação Ambiental.
- Estudar bases legais da Educação Ambiental.
- Conhecer processos de elaboração de Projetos de Educação Ambiental.

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

RUSHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental, Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. **Lei n.º 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, v.138, n. 79. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. ed - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CARVALHO, I. C. de M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/qual_educacao_ambiental_20.pdf. Acesso em: 29 abr 2016.

CRIVELLARO, C. V.; NETO, M. R.; RACHE, R. P. **Ondas que te quero mar: educação ambiental para comunidades costeiras - Mentalidade marítima: relato de uma experiência**. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001. Disponível em: <http://www.nema-rs.org.br/files/publicacoes/livro.pdf>. Acesso em: 29 abr 2016.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafio**. Porto Alegre: Artmed, 2005a, p.17-44.

Identificação do Componente

Componente Curricular:	Carga horária total: 60 h/a
Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional.	(TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:

	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
Educação, Política e Sociedade. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e políticas públicas para a Educação do Campo. Políticas educacionais e pesquisa no ambiente escolar. Pesquisa como princípio educativo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais que impactam a organização da escola do campo. - Conhecer as formas de organização dos sistemas de ensino e da Educação do Campo, enquanto modalidade da educação básica; - Analisar os efeitos das políticas públicas educacionais no espaço escolar. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidente da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constitui%c3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.</p> <p>BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Brasília, DP&A, 2001.</p> <p>TAFAREL, C. Z.; MOLINA, M. C. Política Educacional e a Educação do Campo. In CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p.3-11, 2000.</p> <p>GALIAZZI, M. C. Educar Pela Pesquisa - Ambiente de Formação de Professores de Ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.</p> <p>MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.</p> <p>YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p>	

2.4.1.3 Terceiro Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Atividades experimentais no ensino de Ciências	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Experimentação no Ensino de Ciências: conceitos gerais. A realidade do campo e a experimentação: contribuições à prática docente na Educação do Campo. O professor de ciências e sua relação com a resolução de problemas no campo. O campo como espaço complexo e inerentemente interdisciplinar. O agroecossistema como unidade básica de análise para as ciências da natureza.</p>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância da análise dos agroecossistemas para as atividades experimentais de Ensino de Ciências no contexto da Educação do Campo; - Abordar as ciências da natureza de acordo com as características inerentes à vida no campo; - Buscar nos agroecossistemas e na vida no campo os elementos que integrem conhecimentos da Física, da Química, da Biologia, bem como de outras áreas do conhecimento que colaborem para sua análise. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Naturais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>GIORDAN, Marcelo. O papel da experimentação no Ensino de Ciências. Química Nova na escola- Experimentação e Ensino de Ciências. n° 10, novembro de 1999.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>GALIAZZI, M. C. et al. Objetivos das atividades experimentais no Ensino Médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de Ciências. Ciência & Educação, v.7, n.2, p.249-263, 2001.</p> <p>GONÇALVES, F. P. A problematização das atividades experimentais no desenvolvimento profissional e na docência dos formadores de professores de Química. Tese de Doutorado - Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.</p> <p>KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Editora USP,</p>	

2008.

MARANDINO, M. SELLES, S. E. FERREIRA, M. S. Experimentação Científica e o Ensino Experimental em Ciências e Biologia. In: **Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Jane R. S. Contribuições e abordagens das atividades experimentais no ensino de ciências: reunindo elementos para a prática docente. **Acta Scientiae**, v.12, n.1, jan./jun. 2010.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Antropologia das populações do campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
A antropologia como componentes curricular. Conceito antropológico de Cultura. Antropologia e campesinato. Ruralidades, política e desenvolvimento. Educação e territorialidade. A pesquisa antropológica junto às populações do campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as reflexões antropológicas acerca das populações do campo no contexto brasileiro. - Conhecer a constituição da antropologia enquanto componente curricular e as contribuições para os estudos sobre campesinato; - Explorar investigações etnográficas acerca das relações entre ruralidades, território e educação. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais . Bauru, SP: EDUSP, 2002.	
SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. Mana , Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, Ago. 2011 .	
TCHAYANOV, A. V. Teoria dos Sistemas Económicos Não-Capitalistas. In Análise Social , ano XII, n. 46, Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1976. Disponível em < http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf >.	
WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.	
WULF, Christoph. Antropologia da educação . Trad. Sidney Reinaldo da Silva. Campinas, SP: Alínea, 2005.	

Referências Bibliográficas Complementares

- CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis Vozes, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.
- WOORTMANN, Klass. “Com Parente não se Neguceia”. O Campesinato como Ordem Moral. In **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf>
- WOLF, Eric W. **Tipos de Campesinato Latino-Americano: Uma Discussão Disciplinar**. In Antropologia e Poder, Brasília/Campinas: EdUnB/Editora Unicamp, 2003.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Leis Físicas do movimento	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos das Leis Físicas do Movimento (movimento em uma dimensão, movimento em um plano, dinâmica da partícula).

Objetivos

- Contextualizar o Ensino de Física para atividades didático-pedagógicas voltadas para atender as demandas da Educação do campo.
- Desenvolver conhecimentos de forma histórica e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- Abordar os conceitos das Leis Físicas do movimento relacionando aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares para o ensino médio**. Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Brasília, 1998a. DOU de 26 de jun. 1998.

_____. Ministério da Educação. **PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEMT, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>.

DELIZOICOV D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências - Fundamentos e Métodos**. 3a. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. v. 1. 366p.

Referências Bibliográficas Complementares

CARRON, W.; GUIMARÃES, O. **As faces da Física**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

REF. **Leituras De Física**. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. **Física**. v. 1, Rio de Janeiro: LTC, 1992.

HEWITT, P.G. **Física Conceitual**. Bookman Companhia Ed, 2011.

SIQUEIRA, A.C.; SCHEID, N. A abordagem dos temas controversos em livros didáticos e sua contribuição para a promoção da cidadania na educação básica. In: *Revista da SBEnBIO*, nº 7, 2014.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Diversidade da vida	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Biodiversidade e Agroecologia: Conceito, aplicações, contextualização Bioma Pampa e as questões do Campo; Classificação dos seres vivos: noções de taxonomia; Cinco reinos: características, exemplares, relações sociais e econômicas com o Bioma Pampa. Biogeografia, regiões biogeográficas e correlações com diversidade da vida.

Objetivos

- Reconhecer o Bioma Pampa enquanto seus aspectos biológicos, bem como, território social de vida, de história e de contradições;
- Compreender noções básicas de taxonomia e classificação biológica, no intuito de compreender a rede de relações envolvidas na diversidade biológica local/global;
- Identificar espécies locais e importância ecológica, social e econômica no contexto

do campo;

- Reconhecer as principais zonas biogeográficas e suas relações com a evolução dos ecossistemas e com a dinâmica socioambiental;

- Valorizar os conhecimentos populares e tradicionais, estabelecendo relações com os conhecimentos científicos historicamente sistematizados.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : Ciências Naturais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC /SEF, 1998.

CURTIS, H. **Biologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PILLAR, Valério De Patta. Lange, Omara (Org). **Os Campos do Sul**. Porto Alegre : Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, E.; CARVALHO, C. **Biogeografia da América do Sul**, 1a. ed. Roca. 2011.

BARNES, R.; FOX, R.; RUPPERT, E. **Zoologia dos Invertebrados**. 7ª. ed. Roca , 2007.

PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biomas/category/64-pampa?download=1060:campos-sulinos-conservacao-e-uso-sustentavel-da-biodiversidade>, acesso em 29 abr 2016.

POUGH, H. **A vida dos Vertebrados**. 3ª ed. Atheneu, 2002.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. EICHRORN, S. **Biologia Vegetal**. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SADAVA, D. et al. **Vida: a ciência da biologia** - 8.ed.Volume II: Evolução, diversidade e ecologia Porto Alegre: Artmed, 2009.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Química e hidrosfera	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa
A Química dos sistemas naturais: qualidade de vida e meio ambiente; Aspectos teóricos e metodológicos para desenvolver os conceitos de soluções, propriedades coligativas.
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Aproximar das discussões e debates sobre o uso e manejo dos recursos hídricos, sua distribuição, formas de utilização, degradação e a propriedade e gestão dos mesmos, fundamentado no conhecimento da dinâmica do ciclo hidrológico e suas alterações promovidas pela ação direta e indireta da sociedade do Campo. - Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente; - Conhecer os fundamentos da ciência que estuda a dinâmica da água e suas interações com os demais elementos que compõem o ambiente. - Compreender que a dinâmica da água e os problemas relativos à mesma estão, em boa medida, relacionadas às atividades humanas e a gestão da mesma, e que o seu conhecimento técnico deve servir de base para a solução destes problemas. - Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente; - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade; - Identificar e problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos conceitos desenvolvidos.
Referências Bibliográficas Básicas
<p>ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p</p> <p>BRANCO, S. M. Água: Origem, uso e preservação. (Col. Polêmica). São Paulo: Moderna, 1993.</p> <p>FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A.A. Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil. 2ed, RIMA, 2004.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.</p> <p>FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.</p> <p>MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química. São Paulo: Editora Scipione, 2014.</p> <p>REVISTA</p>

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: Compromisso com a cidadania.** Rio Grande do Sul: Inijuí, 2000.

TUCCI, C.E.M. **Hidrologia: ciência e aplicação.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade: ABRH, 1997.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História e Filosofia da Educação	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Composição e temáticas centrais da filosofia da educação, da ciência e do campo. Discute as diferentes concepções de homem e realidade constituídas ao longo do processo histórico-social da Filosofia. Reflete sobre as contribuições da Filosofia, entendida como ciência, para construção do perfil ético e reflexivo do educador, bem como de suas implicações para o entendimento da Educação e da Educação do Campo como processo individual e coletivamente construído. Discute as manifestações da consciência valorativa na práxis educacional, sob as dimensões técnica, política, ética e estética da educação. Trabalho como conceito filosófico e como práxis. Modalidades e manifestações do conhecimento.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Definir as diferentes concepções de homem; - Apresentar as variadas concepções do conhecimento na relação com a Educação do Campo. - Caracterizar a ciência nos séculos XVIII e XIX e o modo científico de pensar; - Discutir sobre o estatuto epistemológico das ciências naturais e do campo; - Discutir sobre as concepções epistemológicas essencialista, naturalista e dialética. - Discutir as contribuições da Filosofia da Educação para o entendimento das questões da educação contemporânea do campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FULLAT, Octavi. Filosofias da Educação. Petropolis: Vozes, 1995.</p> <p>SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as correntes filosóficas. Lisboa: Horizonte, 2000.</p> <p>SEVERINO, A.J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.	

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia das Letras, 1995

KHUN, T.A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. 8 ed. São Paulo.: Perspectiva, 2003.

POPPER. K. **Conjecturas e Refutações**. 5.ed. Brasília: UnB, 2008.

LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S.. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Tendências e correntes da educação brasileira**. In MENDES, Durmeval Trigueiro. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

SEVERINO, A.J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa: Moraes, 1981.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
Processos de configuração do território agrário, as relações estabelecidas entre os sujeitos e o campo, expectativas e perspectivas. Pesquisa e coleta de dados sobre a realidade da comunidade e sobre as diferentes práticas agrícolas desenvolvidas, verificando possibilidades de implantação de práticas sustentáveis e da promoção da Agroecologia.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a configuração organizativa do território e das comunidades rurais com vistas a caracterizar os processos de desenvolvimento em curso e a influência deste cenário na organização da Educação do Campo e das escolas do campo. - Analisar e compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e os territórios agrários. - Entender as transformações históricas do território, sobre os aspectos da organização social, econômica, cultural e ambiental; - Compreender as relações entre a produção do conhecimento, a evolução tecnológica e a garantia da sustentabilidade dos agroecossistemas e da promoção da Agroecologia. - Analisar a composição dos territórios, de modo a elucidar alternativas ao processo de desenvolvimento histórico, bem como colaborar para a compreensão das transformações territoriais que influenciam a permanência dos sujeitos e das 	

escolas do campo.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPF / Governo do Ceará, 1998. 18p.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. (2010). Disponível em:

<http://biblioteca.planejamento.gov.br/bibliotecatematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideiade-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>.

CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual** (mimeo).

CUNHA, L. A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. R. RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. MOLINA, Mônica Castagna JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 81-112.

Referências Bibliográficas Complementares

CHASSOT, A. **Educação Consciência**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003.

MORAES, E. C. **A Construção do Conhecimento Integrado diante do Desafio Ambiental: Uma Estratégia Educacional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.

TRIVELATO, S. L. F. **Ciência/Tecnologia/Sociedade: Mudanças Curriculares e Formação de Professores**. Tese. São Paulo: FEUSP, 1993.

2.4.1.4 Quarto Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Calor, ambiente e uso de energia	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos da Física relacionados à abordagem do conceito Energia. Energia enquanto trabalho; conservação de energia; termodinâmica (sistema terra, ambiente). Educação do campo e o papel da Física nesse contexto.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Contextualizar o Ensino de Calor, Ambiente e Energia através de atividades didático-pedagógicas voltadas as demandas do campo. - Desenvolver conhecimentos de forma contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente; - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade; - Abordar os conceitos de Calor e Energia relacionando-os aos aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANGOTTI, J.P. Conceitos unificadores e ensino de física. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 15, n^{os} (1 a 4), p. 191 - 198, 1993. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/vol15a20.pdf.</p> <p>CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As faces da Física. São Paulo: Editora Moderna, 2006.</p> <p>REF. Leituras De Física. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.</p> <p>LANDULFO, E. Meio Ambiente e Física. São Paulo: Editora Senac, 2005.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998.</p> <p>_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília, 1998.</p>	

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio**. Brasília 1998

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2006.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. **Física**. v. 2, Rio de Janeiro: LTC, 1992.

HEWITT, P.G. **Física Conceitual**. Bookman Companhia Ed, 2011.

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C.; BARRETO, A. L. V.; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: Álvaro Santo Alves; José Carlos Oliveira de Jesus; Gustavo Rodrigues Rocha. (Org.). **Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas**. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012, v. 1, p. 169-198. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Origem e evolução da vida	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
História evolutiva da diversidade biológica: origem da vida e formação dos grandes grupos. Evidências evolutivas: órgãos homólogos, análogos e vestigiais. Teorias, aspectos éticos e filosóficos da Origem e Evolução dos Seres Vivos: discussões atuais e implicações na prática docente.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as questões evolutivas envolvidas no estudo da diversidade biológica; - Problematicar os aspectos éticos, biológicos e filosóficos concernentes à Origem e Evolução da vida, relacionando com temas atuais; - Reconhecer a importância da Evolução Biológica na estruturação do conhecimento biológico e suas implicações na docência. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 631 p.</p> <p>MEYER, D.; EL-HANI, C. N. Evolução: o sentido da biologia. 1ª edição São Paulo: Unesp, 2005. 136 p.</p> <p>RAZERA, J. C. C. Ética em assuntos controvertidos no ensino de ciências: atitudes que configuram as controvérsias entre evolucionismo e criacionismo. 2000. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru. Disponível em:</p>	

http://www2.fc.unesp.br/gpec/documentospdf/Teses/DIS_MEST_RAZERA%20JULIO%20CESAR%20CASTILHO.pdf, acesso em 24 abr 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: 1999.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Brasil, [1997]

LICATTI, F. **O ensino de evolução biológica no nível médio: investigando concepções de professores de biologia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, 2005. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90884/licatti_f_me_bauru.pdf?sequence=1, acesso em 29 abr 2016.

MAYR, Ernst. **O que é evolução**. 1ª edição Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 342 p.

SADAVA, David et al. **Vida: a ciência da biologia** - 8.ed. Volume II: Evolução, diversidade e ecologia Porto Alegre: Artmed, 2009.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Ciência moderna e contemporânea	Carga horária total: 30 h/a (TU: 15 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a

Ementa

Aspectos epistemológicos da Ciência Moderna e Contemporânea. A evolução da ciência no Campo. Efeitos da transformação da Ciência no desenvolvimento do campo e da Educação do Campo. Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos estruturantes da Ciência Moderna e suas relações com a Educação do Campo, a partir do olhar da Química, Física e Biologia e Ciências Agrárias.

Objetivos

- Contextualizar a Ciência Moderna e Contemporânea numa perspectiva interdisciplinar para atender as demandas da Educação do campo
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade;
- Abordar os conceitos da Ciência Moderna, num viés interdisciplinar, relacionando aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas Básicas
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física . v. 1, Rio de Janeiro: LTC, 1992.
ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p
DELIZOICOV, D.; PERNANBUCO, M.; ANGOTI, J. A. Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos . São Paulo: Cortez, 2011.
Referências Bibliográficas Complementares
FONSECA, M. R. M, Projeto Múltiplo: Química . vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.
INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.
MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, Projeto Voaz: Química . São Paulo: Editora Scipione, 2014.
REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.
SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em Química: Compromisso com a cidadania . Rio Grande do Sul: Inijuí, 2000.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Estuda o conceito ontológico do trabalho. As relações de trabalho na história da humanidade. O trabalho como princípio educativo. Mudanças no mundo do trabalho no modo de produção capitalista e os impactos na educação. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. Mediações entre as relações de produção no capitalismo e a prática social educacional. A educação omnilateral e o foco, no trabalho enquanto princípio educativo da formação humana na perspectiva da politecnia. Trabalho socialmente útil, Trabalho, educação e mudança social.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir a relação entre trabalho, enquanto conceito ontológico, e educação na perspectiva do trabalho como princípio educativo, na perspectiva da Organização do Trabalho Pedagógico para a Educação do Campo omnilateral e politécnica. - Estudar o conceito ontológico do trabalho. - Compreender as diferentes formas de trabalho ao longo da história e os diferentes 	

modelos econômicos e suas as relações sociais.

- Compreender as concepções de trabalho na contemporaneidade (globalização, reestruturação produtiva).
- Conhecer alternativas que se contraponham as experiências do modo de produção capitalista (Cooperativismo Popular, Trabalho Associado, Economia Popular Solidária, Economia Social).
- Discutir e analisar as implicações entre educação e o mundo do trabalho.
- Compreender a contribuição da Pedagogia social para a educação contemporânea.

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES. R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

ANTUNES. R. **Os sentidos do trabalho**, São Paulo, Boitempo, 2000.

ARROYO, M. G. **A Educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores**. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez Editora, 2012, 6 ed.

KUENZER, A. Z. **O trabalho com princípio educativo**. Cadernos de Pesquisa, 68: 21-28, 1989

_____. **Ensino Médio: uma concepção unificadora de ciência, técnica e ensino**. In: GARCIA, W. & CUNHA, C. (Coords) Politecnia no Ensino Médio. São Paulo/Brasília: Cortez/Seneb 1991 (Cadernos Seneb 5)

_____. **A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural**. In: MACHADO et. Al. (orgs) Trabalho e Educação Campinas/Brasília: Cortez/Cedes?Ande/Anped 1992 (Coletânea CBE)

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

NOSELLA, P. **A educação e o mundo do trabalho: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. In. Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: Século XX. Maria Stephanou, Maria Helena Câmara Bastos (Org). 4 ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUARESMA, A. G.; MENEZES NETO, A. J. de. **O Caráter Ontológico do Trabalho: Implicações para a relação trabalho-Educação** in: Trabalho &

Educação, Belo Horizonte, v.20, n.2, 63-75, mai./ago.2011.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2005

Referências Bibliográficas Complementares

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. A experiência do trabalho e a educação básica. 2. ed. DP&A e SEPE: Rio de Janeiro, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SHULGIN, V. N. **Rumo ao Politecnismo** (artigos e conferencias). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TUMOLO, P. S. **O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo**: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005 disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo**, Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>

Identificação do Componente

Componente Curricular: Química, energia e suas transformações	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos de: Ligações Químicas, Funções Químicas, Estequiometria, Energia nas transformações químicas (produção, armazenamento e transporte de energia).

Objetivos

- Contextualizar o Ensino de Química para atividades didático-pedagógicas voltadas para atender as demandas do campo.
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente;
- Identificar e problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos conceitos de química desenvolvidos;
- Abordar os conceitos Químicos relacionando aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo.
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que

envolvem o eixo do componente;

- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

Referências Bibliográficas Básicas

ATKINS, P. W. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p

DELIZOICOV, D.; PERNANBUCO, M.; ANGOTI, J. A. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEE, J. DE **Química Inorgânica não tão Consisa**. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher LTDA.

Referências Bibliográficas Complementares

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: Compromisso com a cidadania**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

FONSECA, M. R. M, **Projeto Múltiplo: Química**. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, **Projeto Voaz: Química**. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Química dos Alimentos	Carga horária total: 45 h/a
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Alimentos: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Política Nacional de Alimentação Escolar (PENAE); Política de Aquisição de Alimentos (PAA). Química Orgânica e os Alimentos: conceitos importantes e as funções dos alimentos no organismo. Composição Química dos alimentos (água, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, sais minerais) Energia dos Alimentos.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar entendimentos sobre a temática "Alimentos" a partir de um viés da química e suas relações com campo da Educação do Campo. - Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente; - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade; - Construir conhecimentos das particularidades da área da Química Orgânica; Fazer relações com entre os conceitos químicos e a temática "Alimentos"; 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARAUJO, J. M. A. Química de Alimentos: Teoria e Prática. 5 ed. Viçosa: Editora da UFV, 2011.</p> <p>ATKINS, P. W. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.</p> <p>BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F.O. Química do processamento de Alimentos. 2. Ed. São Paulo: Varela, 1992.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	

FONSECA, M. R. M, **Projeto Múltiplo: Química**. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

MACEDO, G. A.; PASTORE, G. M.; SATO, H. H.; PARK, Y.G. K. **Bioquímica Experimental de Alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 2005.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: Compromisso com a cidadania**. Rio Grande do Sul: Inijuí, 2000.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
Trabalho, ocupação e profissão. Educação e formação profissional. Produção de saberes através do trabalho. Cultura, educação, trabalho e Agricultura Camponesa.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a relação entre trabalho e educação no âmbito da Educação do Campo e da Agricultura Camponesa. - Refletir sobre trabalho e produção de conhecimentos no contexto do campo; - Conhecer metodologias educacionais centradas no trabalho; - Investigar as interfaces entre educação e trabalho em comunidades escolares do campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.	
MARX, K. O capital : crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.	
WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo . Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.	
CARMO, Paulo. A ideologia do trabalho . São Paulo: Moderna, 1992.	
CERTEAU, Michel de: A invenção do cotidiano I: Artes de fazer . Petrópolis: Vozes, 2008.	

DAMASCENO, M.N. **Pedagogia do engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Ed. UFC/Stylus Comunicações, 1990.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 135 h/a
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório –	(TU: 30 h/a; TC: 105 h/a)
Observação e Regência nos anos finais do Ensino	Teórica:
Fundamental	Prática:
	Estágio: 135 h/a
Ementa	
Atividade orientada de caráter teórico-prático sobre aspectos da docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental. Pesquisa nos espaços educativos do estágio de docência e interação com as respectivas comunidades. Elaboração de Plano de Estudos e Plano de Trabalho do discente e execução de propostas de Projeto Coletivo de ensino para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Aprofundamento das reflexões sobre a experiência docente.	
Objetivos	

- Vivenciar o trabalho coletivo e a organização dos conhecimentos curriculares por complexo temático.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Apropriar-se da realidade na qual a escola está inserida.
- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico (PPP, avaliação, metodologias, recursos disponíveis etc) e o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental.
- Identificar possibilidade de ação escolar, visando a execução de trabalho socialmente útil, que possa mobilizar os conteúdos da Ciências da Natureza.
- Elaborar projeto coletivo de ensino, articulando os conteúdos de Ciências da Natureza na perspectiva da Educação do Campo.
- Executar o projeto de ensino mobilizando os conteúdos e objetivos do componente curricular Ciências da Natureza os anos finais da Ensino Fundamental.
- Vivenciar docência individual nos anos finais da Ensino Fundamental em escola do campo.
- Avaliar as vivências do estágio.
- Sistematizar as vivências do estágio.
- Apresentar o relato das vivências.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., **Caminhos para Transformação da Escola - Vol.3 - organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo**, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

HOLLIDAY, Oscar Jara, **Como conhecer a realidade para transformá-la?** In: Texto de Apoio. Vol.10, São Paulo, CEPIS, 1986.

_____. **Para sistematizar experiências**, tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf

PISTRAK, **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular.2000.

Referências Bibliográficas Complementares

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência & educação**, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. **Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-lt_Teoria_e_Pratica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; O Estágio Intervisado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo. In: **V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares**, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>.

Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

2.4.1.5 Quinto Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Anatomia e fisiologia comparada dos grupos animais. Anatomia e fisiologia comparada dos grupos vegetais. A Biologia no currículo do Ensino Médio: aspectos teóricos, conceituais e práticos e sua contextualização com o campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as principais características e diferenças anatômicas e fisiológicas dos grupos animais e vegetais, especialmente aqueles pertencentes ao Bioma Pampa. - Reconhecer os conceitos estruturantes do Ensino de Biologia no Ensino Médio, contextualizando às problemáticas da Educação do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BARNES, R.; FOX, R.; RUPPERT, E. Zoologia dos Invertebrados. 7ª. ed. Roca, 2007.</p> <p>POUGH, H. A vida dos Vertebrados. 3ª ed. Atheneu, 2002.</p> <p>RAVEN, P. H.; EVERT, R. EICHRORN, S. Biologia Vegetal. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: conhecimentos de Biologia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. PCN Ensino Médio +: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 2002.</p> <p>LICATTI, F. O ensino de evolução biológica no nível médio: investigando concepções de professores de biologia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, 2005. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90884/licatti_f_me_bauru.pdf?sequence=1, acesso em 29 abr 2016.</p> <p>ROCHA, A. L. A possibilidade de uma abordagem crítica no ensino de Zoologia: das situações-limite à práxis pedagógica. Dissertação de Mestrado em Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina.</p>	

Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107394/321223.pdf?sequence=1 , acesso em 29 abr 2016.
SILVA, G. Problematizando o ensino de Zoologia na educação básica a partir de sequências didáticas produzidas por licenciandos. Atas do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.xenpec.com.br/anais2015/resumos/R2172-1.PDF acesso em 24 abr 2016.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos estruturantes de Física para o Ensino Médio; Abordagem por temas a partir das demandas do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Contextualizar e problematizar o Ensino de Física enquanto um componente curricular, tendo em vista as demandas da Educação do campo. - Identificar e problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos conceitos de física desenvolvidos. - Desenvolver conhecimentos físicos de forma contextualizada, tendo como base abordagens temáticas. - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade. <p>Abordar os conceitos de Física estruturantes para o Ensino Médio relacionando aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf	
BRICK, E. M. ; PERNAMBUCO, M. M. C. A. ; SILVA, A. F. G. ; DELIZOICOV, D. . Paulo Freire: interfaces entre o Ensino de Ciências Naturais e Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. 1ed.Brasilia: MDA, 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_248/Livro%20LEDOC%20CIEMA%20WEB.pdf	

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Paz e Terra, 1967. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf

REF. **Leituras De Física**. Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ. D.; CARVALHO, A. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. (orgs.). **A necessária renovação do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2011.

CALDART, R. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.C.A. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

HEWITT, P.G. **Física Conceitual**. Bookman Companhia Ed, 2011.

MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C ; BARRETO, A. L. V. ; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada.

In: ALVES, A.; JESUS, J, C.; ROCHA, G, R. (Org.). **Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas**. 1ed.São Paulo: Livraria da Física, 2012. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/miltaoribeiro/livro-ensino-de-fisica-ed-livraria-da-fisica-capitulo-11-ensino-de-fisica-e-ed-campo-miltaocarlaanakelly>

Artigos e relatos do Caderno Brasileiro de Ensino de Física e Revista Brasileira de Ensino de Física.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Aspectos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos de Termoquímica, Cinética, Equilíbrio Químico e Eletroquímica.

Objetivos

- Contextualizar o Ensino de Química para atividades didático-pedagógicas voltadas para atender as demandas do campo.
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente.
- Identificar e problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos conceitos de química desenvolvidos no Ensino Médio.
- Abordar os conceitos Químicos relacionando aspectos teóricos e práticos para a

Educação do Campo.

- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente.

- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.

Referências Bibliográficas Básicas

ATKINS, P. W. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965 p.

HARRIS, D. C. **Análise Química Quantitativa**. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: Compromisso com a cidadania**. Rio Grande do Sul: Injuí, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

DELIZOICOV, D; ANGOTI, J.A.; PERNAMBUCO, M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez. 2011.

INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – IENCI – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.

FONSECA, M. R. M, **Projeto Múltiplo: Química**. vol. 1,2,3. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MACHADO, A.; MORTIMER, E.F, **Projeto Voaz: Química**. São Paulo: Editora Scipione, 2014.

REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a

Ementa

Didática, docência e relações pedagógicas. Ensinar e aprender em diferentes contextos. Educar pela pesquisa. Avaliação da aprendizagem. Planejamento. Interdisciplinaridade.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes conhecimentos e fundamentos teóricos e práticos que possibilitem a aprendizagem de uma ação pedagógica consciente, criativa, democrática, valorizadora do ser humano.

- Compreender as relações pedagógicas: professor, aluno, conhecimento e os diferentes aspectos do ensinar e aprender.

- Conhecer os processos ensino-aprendizagem em contextos escolares e outros espaços

educativos.

- Estabelecer as relações entre o ensino e pesquisa no cotidiano da sala de aula.
- Compreender o planejamento e a avaliação da aprendizagem: conceitos e instrumentos.
- Dialogar sobre aspectos teóricos e práticos da interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas Básicas

- BOAS, B. M. de F. V. (org.). **Avaliação Formativa: Práticas Inovadoras**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 9.ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- GALIAZZI, M. do C. **Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2011.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.
- VEIGA, I. P. A (org.). **Didática: O Ensino e suas Relações**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

- ENRICONE, D. (Org.). **Ser Professor**. 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- MATURANA, H., DÁVILA, X. P. Educação a Partir da Matriz Biológica da Existência Humana. **Revista PRELAC** (Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe), Santiago – Chile, nº 02, p. 30-39, fev. 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001455/145502por.pdf>. Acesso em: 28 mar 2016.
- POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Ideação Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** – Campus Foz do Iguaçu v. 10 nº 1 p. 1º semestre de 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em 04 abr 2016.
- POMBO, O. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Disponível em: http://profjayrfigueiredo.com.br/EDU_AC_15.pdf. Acesso em 04 abr 2016.
- SILVA, A. H. da; ARAÚJO, M. N. R. de; ALVES, M. S.; ALMEIDA, R. S. Organização do Trabalho Pedagógico. In: UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo**/ Salvador: EDITORA, 2010. p. 151-180. Disponível em: www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1248. Acesso em 04 abr 2016.

<p>Componente Curricular: Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a Educação do Campo</p>	<p>Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)</p> <p>Teórica: 30 h/a</p> <p>Prática:</p> <p>Prática como Componente Curricular: 15 h/a</p>
Ementa	
<p>Relação entre conhecimento e poder. Concepções e histórico do currículo e sua relação com a Educação do Campo. Caracterização e fundamentos do currículo. Processo metodológico da organização curricular. A relação entre Currículo e Cultura Escolar. Currículo e a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo. O Currículo como construção do conhecimento. Planejamento e avaliação do currículo.</p>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a real dimensão do Currículo na Educação do Campo e no processo educacional, subsidiando os discentes com fundamentação teórica e prática para atuação docente na Educação do Campo. - Compreender a dimensão ideológica de currículo. - Analisar criticamente a teoria e a história de Currículos e suas relações com a Educação do Campo em diferentes épocas e diferente contextos. - Conhecer as diferentes concepções de currículo. - Discutir e analisar o currículo interdisciplinar no contexto da Educação do Campo. - Conhecer a proposta de organização curricular por Complexos Pedagógicos. - Descrever os processos metodológicos da organização curricular na Educação do Campo. - Discutir a relação entre Currículo e cultura escolar/ não escolar na Educação do Campo. - Explicar a relação do Currículo com a construção do conhecimento. - Explicitar conhecimentos sobre o planejamento e a avaliação do Currículo e a Organização do trabalho Pedagógico. - Articular o conteúdo com a temática dos ciclos do desenvolvimento humano e o ensino multisseriado na Educação do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CORAZZA, S. M. O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>FREITAS; L. C. Crítica da organização do trabalho Pedagógico e da didática. Campinas/ SP. Papyrus, 1995.</p> <p>GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. Currículo na contemporaneidade: Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>MACEDO, E. (Org.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MOREIRA, A. F. (Org.) Currículo: questões atuais. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. (Org.). Currículo: pensar,</p>	

- sentir e diferir.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.
- OLIVEIRA, B. **A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa.** In: OLIVEIRA, B.; DUARTE, N. A socialização do saber escolar. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p. 91-104, 1987.
- POPKEWITZ, T. **História do currículo, regulação social e poder.** In: SILVA, T.T. da (Org.) O sujeito da educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- RAMOS, M. **Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado.** In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001.
- _____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações.** 7.ed. Campinas, Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.** Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo** - São Paulo: Libertad, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

- ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan. /mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/39832/24739>. Acesso em: 29 abr 2016.
- ARROYO, M. G. **Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo.** In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Básica.** 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CANÁRIO, R. A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. **Educação, Sociedade & Cultura**, Porto, n. 14, p. 121-139, 2000.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 abr

2016.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
Problematizações sobre a escola, o currículo e o Projeto Político Pedagógico. Relações das concepções de escola, currículo e Projeto Político Pedagógico na Educação do Campo. Práticas Educativas de Ciências da Natureza.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar reflexões acerca da escola como instituição pública; das relações do currículo, conhecimento e cultura; e da importância do projeto político pedagógico no desenvolvimento de práticas educativas que valorizem o conhecimento local o projeto pedagógico. - Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente. - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade. - Compreender como são trabalhados os conceitos das Ciências da Natureza na Escola do Campo; - Proporcionar reflexões sobre o professor da escola do campo, diferenciando suas formas de atuação, prática realizada, projetos desenvolvidos e formação profissional. - Compreender a escola como instituição pública e social. - Analisar as políticas de currículo em desenvolvimento na escola. - Conhecer e entender as implicações teórico-práticas do Projeto Político Pedagógico. - Conhecer as políticas escolares de Educação do Campo - diretrizes curriculares municipais, estaduais e nacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) de campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.</p>	

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

CHARLOT, B. **Pressupostos e Exigências para uma Prática Pedagógica Emancipatória na Contemporaneidade**. Conferência realizada em 9 de março de 2012. Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

CALDART, R. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/por-uma-educacao-do-campo-contribuicoes-para-construcao-de-um-projeto-de-educacao-do-campo-vol.-5/view>. Acesso em: 04 abr 2016.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p.17-46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Enfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 mar 2016.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, E. R.; CALDART, R. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/por-uma-educacao-do-campo-educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas-vol.-iv/view>. Acesso em: 04 abr 2016.

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O.; PERIN, T. de F. Currículo. In: UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo**/ Salvador: EDITORA, 2010. p. 181-2015. Disponível em: www.bvseps.iciet.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1248. Acesso em 04 abr 2016.

Identificação do Componente

Componente Curricular:

Carga horária total: 90 h/a

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	(TU: 30 h/a; TC: 60 h/a)
	Teórica:
	Prática:
	Estágio: 90 h/a
Ementa	
Observação e docência interdisciplinar de física com articulação com química e biologia em escola do campo no Ensino Médio. Cotidiano e funcionamento da escola, relação com a comunidade, perfil dos discentes e docentes, organização do trabalho pedagógico, conteúdos de física e sua relação com o campo. Planejamento e docência interdisciplinar de física com articulação com química e biologia.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de física e sua relação com o campo no Ensino Médio. - Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes). - Elaborar planejamento interdisciplinar de física com articulação com química e biologia para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo. - Vivenciar a docência interdisciplinar de física com articulação com química e biologia em escola do campo no Ensino Médio. - Vivenciar e analisar situações da prática docente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.</p> <p>FAZENDA, I. (org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998.</p> <p>LANDULFO, E. Meio Ambiente e Física. São Paulo: Editora Senac, 2005.</p> <p>MILTÃO, M. S. R.; SANTANA, C. S. C.; BARRETO, A. L. V.; CARDOSO, G. K. R. O Ensino de Física e a Educação do Campo: uma relação que precisa ser efetivada. In: ALVES, A.; JESUS, J. C.; ROCHA, G. R. (Org.). Ensino de Física: reflexões, abordagens e práticas. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2012, v. 1, p. 169-198.</p> <p>PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. Olhar de professor, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396. Acesso em 24 abr 2016.</p> <p>GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e</p>	

espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência & educação**, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. **Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-It_Teoria_e_Pratica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; O Estágio Intervisado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo. In: **V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares**, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>.

Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

2.4.1.6 Sexto Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na Educação do Campo	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 30 h/a
Ementa	
<p>Estuda as práticas cotidianas da sala de aula na Educação do Campo, Metodologias e Técnicas do Trabalho Pedagógico: planejamento, avaliação, mediação pedagógica voltadas para Educação do Campo. Aprofunda, na prática, os temas abordados no estudo da didática. Introduce os fundamentos metodológicos do ensino de ciências e suas relações com a Educação do Campo. Analisa livros didáticos voltados ao conhecimento das ciências e a relação com a Educação do Campo. Problematisa o ensino de Ciências na Educação do Campo.</p>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar conhecimentos de técnicas e práticas metodológicas de docência para atuação na Educação do Campo, de maneira que possibilite, aos docentes-discentes um olhar crítico e reflexivo sobre o trabalho na área do ensino de Ciências da Natureza. - Proporcionar reflexões sobre a função docente nos cenários da Educação do Campo, (re)criando as bases didático-pedagógicas para planejar, intervir e avaliar o processo de ensino-aprendizagem. - Analisar a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem a partir da relação pedagógica como prática socioeducativa na Educação do Campo. - Refletir os referenciais didático-pedagógicos do fazer docente, a partir da consciência e compromisso com a mudança humanizadora da prática educativa em saúde. - Discutir as principais questões envolvidas no fazer pedagógico da Educação do Campo. - Aprender as bases didático-pedagógicas que fundamentam a prática educativa que tem como princípio o trabalho e a cooperação. - Apropriar-se de elementos da prática docente no esforço de formar os sujeitos sociais comprometidos com a cooperação e com a produção de alimentos saudáveis. - Formular situações de ensino-aprendizagem para as Ciências da Natureza na Educação do Campo. - Compreender metodologias de ensino de física, química e biologia comprometidos com o desenvolvimento sustentável do campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. Educação do Campo: desafios para	

- formação dos professores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CALDART, Roseli. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área?** In: MOLINA, Mônica C.; SÁ, Laís M. (Orgs.). *Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CHASSOT, A. **Educação ConSciência.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2007.
- FREITAS; L. C. **Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas.** São Paulo: Moderna, 2003.
- GALIAZZI, M. do C. **Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências.** Ijuí: Ed. Ijuí, 2011.
- HAGE, Salomão Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo.** In: MUNARIM, Antônio. *Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas.* Florianópolis: Insular, 2011.
- KRASILICHIK, M. & MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania.** São Paulo, SP: Moderna, 2004.
- LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko: vida e obra – a Pedagogia na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2002. 432p.
- NARDI, R. (org.). **Questões atuais no ensino de ciências.** São Paulo: Escrituras, 2005.
- SELLES, S. E. & FERREIRA, M. S. Influências histórico-culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. In: **Ciência & Educação**, v. 10, n. 1. Bauru, SP, 2004.
- SEVERINO, A. J. **O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática.** In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Didática e interdisciplinaridade.* Campinas, SP: Papius, 1998.
- WORTMANN, M. L. C. e outros (Org.) **Ensaio em Estudos Culturais Educação e Ciência: A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia, instâncias e práticas contemporâneas.** Porto Alegre: UFRGS. 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

- FRESCHI, M.; RAMOS, M. G. **Unidade de Aprendizagem: um processo em construção que possibilita o trânsito entre senso comum e conhecimento científico.** Disponível em: http://www.docenciauniversitaria.org/volumenes/volumen8/ART9_Vol8_N1.pdf
Acesso em: 20 abr 2016.
- LIMA, M. E. C. C.; MAUÉS, E. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. **Ensaio**, V 8, n. 2, p.161-175, dez. 2006.
- LORENZETTI, L. DELIZOICOV, D. Alfabetização Científica no contexto das séries iniciais. **Ensaio: pesquisa em educação em ciências** – v. 3, n 1. Jun. 2001.
- PISTRAK M. M. **A Escola-Comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa Científica	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Abordagens teóricas da pesquisa, metodologia e métodos. Elaboração de propostas de investigação e proposição de projetos. Análise quantitativa e qualitativa de dados. Metodologias participativas, Pesquisa Ação e/ou Pesquisa Participante e a relação com o conhecimento empírico e tradicional.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar a análise de questões fundamentais da metodologia científica pela aplicação de técnicas de estudo e pesquisa, objetivando a elaboração de trabalhos científicos e a compreensão das diferentes dimensões metodológicas do processo de pesquisa. - Propiciar noções fundamentais sobre a produção do conhecimento, ressaltando o uso de técnicas de pesquisa e as dimensões metodológicas do processo. - Proporcionar a sistematização do conhecimento empírico e tradicional com base em métodos apropriados para essa finalidade. - Estimular o processo de pesquisa na busca, produção e expressão do conhecimento, despertando no(a) estudante interesse e valorização desta em sua vida pessoal e profissional. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986, 99 p.</p> <p>DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.</p> <p>_____. Ciências sociais e qualidade. São Paulo: Artmed, 1985.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ACKOFF, R. L., Planejamento de pesquisa social. São Paulo: EPU, 556 p. 1975.</p> <p>ALMEIDA, M. L. P. Como elaborar monografias. 4 ed. Belém: Cejup, 224 p. 1996.</p> <p>DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1970, 117 p.</p> <p>MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2001. 220p.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Desenvolvimento rural	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento Rural como campo de estudo multidisciplinar. Origens, metamorfoses e o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento. O desenvolvimento e a globalização. A questão agrária brasileira. As transformações do rural brasileiro e a relação com o debate mais geral sobre o desenvolvimento. Contribuições clássicas ao estudo da questão agrária. Formas, processos e contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo (ou das sociedades agrárias). Questão agrária no Brasil: evolução histórica e transformações das relações sociais a partir das contribuições da Agroecologia.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar e discutir o Desenvolvimento Rural a partir de abordagens multidisciplinares e à luz de diferentes perspectivas teóricas. - Discutir analiticamente os principais processos que relacionam o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Rural às dinâmicas do rural, a partir do histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil. - Analisar o Estado e as políticas para a agricultura. - Possibilitar aos acadêmicos analisar criticamente a realidade brasileira, mais especificamente a agricultura familiar e camponesa, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora. Hucitec, 1992.</p> <p>GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.</p> <p>PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e Impérios Agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.</p> <p>FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento Rural. Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2009.</p> <p>NEUMANN, P.; BERGAMASCO, S. M. P. P, (org.). Cadernos do desenvolvimento territorial. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 208 p.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.</p> <p>GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira</p>	

agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
 KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008 229 p.
 MICHELOTTI, F.; ZARREF, L. **Cadernos de agroecologia**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 90 p
 SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Análise e Recomendações de Políticas. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Ecologia e agroecologia	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Conceitos fundamentais em Ecologia. Ciclos biogeoquímicos e suas implicações no ecossistema do campo. Agroecologia: conceitos fundamentais e discussões contemporâneas. Fontes de energias renováveis. Evolução e coevolução: a agricultura como atividade transformadora do ambiente. Epistemologia da Agroecologia e evolução do pensamento agroecológico. Formação e manejo de agroecossistemas. Práticas alternativas de produção agropecuária. Princípios de manejo ecológico de pragas. Metodologias de análise e avaliação de agroecossistemas.</p>	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer fundamentos de ecologia agrícola para a construção de sistemas agroecológicos de produção, tornando-se capaz de realizar a leitura da realidade ecológica dos agroecossistemas, a fim de propor sistemas sustentáveis. - Construir conhecimento sobre os fundamentos da agroecologia como ciência e das relações entre as Ciências da Natureza e da sociedade, bem como conhecer as principais práticas agroecológicas de manejo dos agroecossistemas. - Compreender os fundamentos básicos da ecologia para embasar as atividades de produção, conservação e restauração da natureza. - Reconhecer o funcionamento do meio ambiente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>GLIESSSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p. TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed editora, 2003.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	

ALTIERI, M. **Biotecnologia Agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 4º Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 271 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba: Kairós, 2013.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Interações entre os seres vivos	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
As interações entre os organismos vivos e suas implicações na dinâmica sócio histórica e cultural: espécies endêmicas, exóticas, nativas e extintas. Cadeias, teias alimentares e dinâmicas tróficas. Relações ecológicas e seus impactos nos contextos do campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer as interações ecológicas entre diferentes seres vivos. - Compreender as implicações sociais, culturais e ecológicas da introdução de espécies exóticas, do uso de agrotóxicos e do manejo dos agroecossistemas. - Integrar os conhecimentos biológicos às questões concernentes de agroecologia, transição agroecológica e desenvolvimento rural sustentável. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BEGON, M.; C.R. TOWNSEND, E; HARPER, J. L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Artmed. Porto Alegre. 2007.</p> <p>BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra / 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 207p.</p> <p>RICKLEFS, R. A Economia da Natureza. 6a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998.</p> <p>_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília, 1998.</p> <p>_____. Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio. Brasília 1998.</p>	

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2006.

LOUREIRO, C.; TORRES, J. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. Cortez Editora. 2014.

NIERDELE, P. et al. **Agroecologia: praticas, mercados e políticas para uma nova agricultura** / Curitiba: Kairos, 2013. 393 p.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. **O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores**. Porto Alegre: Amigos da Terra Brasil. 2007.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	Carga horária total: 60 h/a (TU: 30 h/a; TC: 30 h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45 h/a
Ementa	
Contexto sócio histórico das transformações agroecológicas; meio ambiente e sustentabilidade; repercussões socioeconômicas da escassez dos recursos naturais; revolução industrial e seus efeitos; contribuições da ciência na contemporaneidade; papel das escolas do campo na discussão sobre os modelos de produção agropecuária.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Investigar e analisar o contexto do desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural do campo de modo a colaborar para o estudo das práticas que colaboram para a gestão sustentável do campo. - Analisar as transformações da agricultura ocasionadas pelo processo de agricultura como atividade transformadora do ambiente. - Analisar o desenvolvimento da agricultura e as implicações socioambientais. - Investigar os problemas da agricultura moderna e a sustentabilidade. - Compreender a epistemologia da Agroecologia e evolução do pensamento agroecológico. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ABRAMOVAY, R. (2003 a) – “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo” in O Futuro das Regiões Rurais pp. 17-56 – Ed. UFRGS, Porto Alegre.</p> <p>ANDRIOLI, I.A.; FUCHS R. Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solões e alimentos. E ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.</p> <p>CARSON, Rachel. <i>Primavera silenciosa</i>. São Paulo: Melhoramentos, 1969.</p> <p>GLIESSSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.</p> <p>MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico</p>	

à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. [coord.] **O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores**. Porto Alegre: Amigos da Terra Brasil. 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social**. Editora vozes.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**, 3. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.

NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1ed. Curitiba: Kairós, 2013.

PRADO JR., Caio. **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica**, 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUADRADO, R. P. et al. **Ecos do Sul: Conhecer os ecossistemas costeiros é tri legal!** Rio Grande: FURG, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	Carga horária total: 90 h/a (TU: 30 h/a; TC: 60 h/a)
	Teórica:
	Prática:
	Estágio: 90 h/a

Ementa

Observação e docência interdisciplinar de química com articulação com física e biologia em escola do campo no Ensino Médio. Cotidiano e funcionamento da escola, relação com a comunidade, perfil dos discentes e docentes, organização do trabalho pedagógico, conteúdos de química e sua relação com o campo. Planejamento e docência interdisciplinar de química com articulação com física e biologia.

Objetivos

- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de química e sua relação com o campo no Ensino Médio.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Elaborar planejamento interdisciplinar de química com articulação com física e biologia para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.
- Vivenciar a docência interdisciplinar de química com articulação com física e biologia em escola do campo no Ensino Médio.
- Vivenciar a analisar situações da prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

ATKINS, P. W. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio**

ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

FAZENDA, I. (org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência & educação**, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. **Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-It_Teoria_e_Pratica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; **O Estágio Intervisado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo**. In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB, 2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

2.4.1.7 Sétimo Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Educação de pessoas com deficiência. Legislação e políticas públicas de Educação Especial. Interfaces entre as modalidades de Educação do campo e Educação Especial. Necessidades Educacionais Específicas e a Educação do Campo. Atendimento Educacional Especializado na Educação do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a constituição do campo da Educação Especial e sua organização como modalidade transversal no âmbito da Educação do Campo. - Conhecer o histórico dos processos de educação de pessoas com deficiência. - Conhecer as políticas públicas de educação inclusiva. - Refletir sobre as especificidades relativas às necessidades educacionais específicas no campo da aprendizagem escolar. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Educação especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Rev. bras. educ. especial, 2011, vol.17, n.spe1, pp. 93-104.</p> <p>DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.</p> <p>DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado – pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.</p> <p>MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial do Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para Ensinar Português para Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.</p> <p>RIVIÉRE, Angel. O Desenvolvimento da Criança Autista. In COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI Álvaro (org); trad. Marcos ^a G. Domingues. Desenvolvimento Psicológico e Educação _ Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. V.3.</p> <p>SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Miriam Beatriz Campolina. Atendimento Educacional Especializado – pessoa com deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.</p> <p>SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia; BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. Atendimento Educacional Especializado – pessoa com deficiência física. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos</p>	

significados da normalidade. In Revista **Educação & Realidade** – v.24, n.2 (fev. 1976). Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Tradutor e Intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Ensaio Pedagógico**: construindo escolas inclusivas. 1ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Soroban**: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Elaboração: MOTA, Maria da Glória Batista da [et. al]. 1ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento orientador do programa de implantação de salas de recursos multifuncionais**. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

_____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Grafia Química Braille para uso no Brasil**. Elaboração: RAPOSO, Patrícia Neves. 2ª Ed. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

FLEITH, Denise de Souza (org). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**. Volume 2 – Atividades de estimulação de alunos. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GOMES, Adriana L. L.; FERNANDES, Anna Costa; BATISTA, Cristina A. M.; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Atendimento Educacional Especializado** – pessoa com deficiência mental. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. SEESP/MEC, 2008.

MACHADO, Edilene Vieira. **Orientação e Mobilidade**: conhecimentos básicos para inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos para comunicação alternativa. 2ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Tecnologias digitais e produção de materiais	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como

	Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
Produção de material digital e pesquisa de objetos virtuais de aprendizagem das Ciências da Natureza. Análise e problematização dos objetos virtuais de aprendizagem: possibilidades de utilização e integração no processo educativo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Experienciar a utilização de objetos virtuais de aprendizagem e tecnologias digitais na produção de materiais educacionais das Ciências da Natureza. - Conhecer e pesquisar em repositórios de objetos virtuais de aprendizagem. - Produzir materiais educativos digitais com ferramentas disponíveis na web 2.0. - Problematizar as formas de integração de materiais e objetos digitais no processo educativo. - Planejar a utilização de objetos virtuais de aprendizagem e dos materiais produzidos de maneira a relacioná-los com temáticas das Ciências da Natureza. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papyrus, 2011.</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MORAN, J. M. MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</p> <p>SANCHO, J. M. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BELONI, M. L. O que é mídia educação. Campinas: Autores associados, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC, SEED, 2007. Disponível em: http://rived.mec.gov.br/artigos/livro.pdf. Acesso em: 29 abr 2016.</p> <p>FLÔRES, M. L. P.; TAROUCO, L. M. R. Diferentes tipos de objetos para dar suporte a aprendizagem. Renote, V. 6 N° 1, Julho, 2008. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14513. Acesso em: 29 abr 2016.</p> <p>PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. E- Compós, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf. Acesso em: 29 abr 2016.</p> <p>ROMERO, T. R. L.; ANDRADE, R. PIETROCOLA; M. Parâmetros para análise de roteiros de objetos de aprendizagem. Disponível em: http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xviii/sys/resumos/T0238-1.pdf. Acesso em: 29 abr 2016.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Libras	Carga horária total: 60 h/a (TU: 60 h/a; TC: 0 h/a)

	Teórica: 60 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; - Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística; - Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais. - Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar; - Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos; - Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural; - Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem; - Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais; - Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS - Que língua é essa? 1. ed. Parabola. 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. 1. ed. Artmed, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.</p> <p>FLAVIA, Brandão. Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. 1. ed. Global Editora, 2011.</p>	

Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008

_____. **História da Educação dos Surdos**. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008.

MATERIAIS DE APOIO:

BARRETO, Madson, Raquel Barreto. Livro Escrita de Sinais sem mistérios – Belo Horizonte: Ed.do autor, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 1 (iniciante).Rio de Janeiro: LSB Vídeo,2007

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 2 (Básico). Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_Atualizado_CAS_FADE_RS.pdf

<http://WWW.feneis.org.br>

<http://www.lsbvideo.com.br>

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Transmissão da vida, ética e manipulação genética	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Conceitos básicos de genética geral. Embriologia comparada dos vertebrados: conceitos gerais. Embriologia e reprodução humana: divisão celular, períodos e fases de desenvolvimento e malformações congênitas. Temas controversos no ensino de biologia: aspectos éticos da transmissão da vida e manipulação genética. Manipulação genética versus Melhoramento genético.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos básicos de genética geral, a fim de que se estabeleçam relações com temas/problemas cotidianos. - Apropriar-se os aspectos gerais da embriologia comparada dos vertebrados e, mais aprofundadamente, a embriologia humana. 	

- Discutir e analisar situações cotidianas que envolvam temas controversos relativos aos aspectos éticos envolvidos na manipulação genética e transmissão da vida.
- Discutir a diferença epistemológica entre manipulação genética e melhoramento genético.

Referências Bibliográficas Básicas

- GRIFFITHS, A. J. et al. **Introdução a genética** / 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 712 p.
- LEWIS, R. **Genética humana: conceitos e aplicações** / 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 453 p.
- VEIGA, L. P. **Sequenciaram o genoma humano... E agora?.** 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, SP, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, 1998.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais.** Brasília, 1998.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio.** Brasília 1998.
- _____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, 2006.
- DINIZ, D. **O que é bioética** / São Paulo: Brasiliense, 2008. 122 p.
- SILVA, P. F. **Educação em bioética: desafios na formação de professores.** Rev. bioét (Impr.) 2011. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/617/634, acesso em 29 abr 2016.
- ZUIN, V.; FREITAS, D. A utilização de temas controversos: Estudo de caso na formação de Licenciandos numa abordagem CTSA. **Ciência & Ensino**, vol. 1, n. 2, junho de 2007. Disponível em: <http://prc.ifsp.edu.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/download/136/129>, acesso em 29 abr 2016.
- Periódico Bioética. Disponível em http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica

Identificação do Componente

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	Carga horária total: 90 h/a (TU: 30 h/a; TC: 60 h/a)
	Teórica:
	Prática:
	Estágio: 90 h/a

Ementa

Observação e docência interdisciplinar de biologia com articulação com física e química em escola do campo no Ensino Médio. Cotidiano e funcionamento da escola, relação com a comunidade, perfil dos discentes e docentes, organização do trabalho pedagógico, conteúdos de biologia e sua relação com o campo.

Planejamento e docência interdisciplinar de biologia com articulação com física e química.

Objetivos

- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de biologia e sua relação com o campo no Ensino Médio.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Elaborar planejamento interdisciplinar de biologia com articulação com física e química para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.
- Vivenciar a docência interdisciplinar de biologia com articulação com física e química em escola do campo no Ensino Médio.
- Vivenciar a analisar situações da prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 abr 2016.

CURTIS, H. **Biologia.** R.J. Guanabara Koogan, 1997.

FAZENDA, I. (org.). **Didática e Interdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 1998.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

GALIAZZI, M. C.; LINDEMANN, R. H. O diário de estágio: da reflexão pela escrita para a aprendizagem sobre ser professor. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 6(1): 135-150, 2003. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/1396>. Acesso em 24 abr 2016.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência & educação**, v.08, nº 02, p. 237-252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n2/08.pdf>. Acesso em 04 abr 2016.

MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S.; PALUDO, C. **Teoria e prática da Educação do Campo: análises de experiências.** Brasília: MDA, 2008. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204236-74145-lt_Teoria_e_Pratica_da_Ed-3102384.pdf. Acesso em: 08 abr 2016.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, A. C. C.; **O Estágio Intervisionado enquanto eixo na formação do professor-pesquisador da Educação do Campo.** In: V Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Práticas Curriculares, 2011, João Pessoa. Anais (Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares. CD-Rom). João Pessoa: UFPB,

2011. - GT 09: Políticas de Currículo e a Educação do Campo. Disponível em: <http://www.geppc.org.br/sites/default/files/uploads/evento/192/anais/gt09.pdf>.

Acesso em: 08 abr 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Trabalho de conclusão de Curso I	Carga horária total: 75 h/a (TU: 30 h/a; TC: 45 h/a)
	Teórica: 45 h/a
	Prática: 30 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Qualificação e conclusão da elaboração do projeto de pesquisa para investigação da educação do/no campo oriundas das experiências vivenciadas ao longo do curso articuladas com a pesquisa, o ensino e a extensão.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e sistematizar uma proposta de pesquisa para investigação da educação do/no campo a partir de experiências articuladas a pesquisa, ao ensino, e a extensão vivenciadas pelos alunos ao longo do curso. - Proporcionar ao acadêmico refletir sobre propostas de pesquisas. - Possibilitar pensar as etapas de um projeto de pesquisa. - Estimular consulta e buscas bibliográficas com o intuito de aprofundar conhecimentos. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: _____, Educação do Campo: identidade e Políticas Públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 2002.</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. São Paulo: Loyola, 2010. 146p.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>MARLI, André. Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade. In: Cadernos de Pesquisa, n. 113, 2001. p. 51-64.</p> <p>MENGA, Ludke. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013. 112p.</p> <p>MOLINA, Monica C. (Org.). Educação do Campo e Pesquisa. Questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.</p>	

SILVA, Circe Mary Silva da [et al]. **Metodologia da pesquisa em Educação do Campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade**. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

2.4.1.8 Oitavo Semestre

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Demandas dos povos do Campo; Fundamentos teóricos, metodológicos e práticos dos conceitos de eletromagnetismo e eletrônica; Interfaces dos conceitos físicos estudados e as tecnologias presentes no Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Problematizar e contextualizar o Ensino de Física a partir de abordagens que envolvem os equipamentos elétricos e tecnológicos a partir das demandas dos povos do Campo; - Desenvolver conhecimentos físicos de forma contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos que envolvam o eletromagnetismo e a eletrônica; - Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade; - Abordar e aprofundar as interfaces dos conceitos Físicos a parti das demandas dos povos do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias . Brasília: MEC, 2006.	
_____. Ministério da Educação. PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias . Brasília: MEC/SEMT, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf .	
CARRON, W.; GUIMARÃES, O. As faces da Física . São Paulo: Editora Moderna, 2006.	
GREF. Leituras De Física . Vol. 1,2,3,4. São Paulo: Instituto de Física da USP, 1998.	
Referências Bibliográficas Complementares	
DIAS, R.A; MATTOS, C.R; Balestieri, J.A: O Uso Racional Da Energia . Ensino E Cidadania. – São Paulo: Editora Unesp, 2006.	
DIAS, P. M. C.; MORAIS, R. F. Os fundamentos mecânicos do eletromagnetismo. Revista Brasileira de Ensino de Física , v. 36, n. 3, 2014.	
HEWITT, P.G. Física Conceitual . Bookman Companhia Ed, 2011.	
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física . v. 3, Rio de Janeiro: LTC, 1992.	

SOUSA, J. M.; MALHEIROS, A. P. dos S.; FIGUEIREDO, N. Desenvolvendo práticas investigativas no Ensino Médio: o uso de um Objeto de Aprendizagem no estudo da Força de Lorentz. In. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 32, n. 3, p. 988-1006, dez. 2015.

LOPES, D. P. M.; C. M. MORENO, S-B. L. X. Construção de um Guindaste Eletromagnético para fins Didáticos. In. **Cad. Bras. Ens. Fís.** v. 26, n. 1: p. 199-207, abr. 2009.

SEARS, F., ZEMANSKY, M.W. e, YOUNG, H.D. - **Física** – Vol. 1 e Vol. 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Educação em Direitos Humanos	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a
Ementa	
A constituição dos direitos universais. A educação como direito. Diversidade e interseccionalidade de classe, gênero, raça e etnia. Legislação e políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais. Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação do Campo. Identidade e alteridade na Educação do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o processo de constituição dos direitos humanos universais e os diálogos com as especificidades sociais, políticas e culturais do campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais. - Refletir sobre a ideia de direitos universais em contextos marcados por diferenças culturais. - Conhecer aspectos políticos, culturais e sociais que impactam a noção de Educação para a Diversidade Étnico-Racial na Educação do Campo. - Conhecer as políticas públicas para a educação das Relações Étnico-Raciais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.</p> <p>_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo</p>	

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DINIZ, Débora. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social** – revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, dez de 2007.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana** 12(1): 207-236, 2006.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; ALMEIDA, José Nilton de; RESENDÍZ, Nicanor Rebolledo (Org.). **Diversidade, Educação e Infância**: reflexões antropológicas. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Antropologia da alimentação do campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Cultura, alimento e a constituição do corpo. Práticas alimentares e sistemas simbólicos. Dimensões políticas e sociais da comensalidade. Produção de alimentos e produção de comida. Alimentação, consumo e sociedade.

Objetivos

- Compreender as relações entre cultura e alimentação no âmbito da Educação do Campo.
- Identificar processos de constituição de corpos por meio da produção de alimentos e de comida.
- Refletir sobre as inter-relações entre práticas alimentares, tradições culturais e consumo, em contextos camponeses.

Referências Bibliográficas Básicas

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade**: Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **A origem dos modos à mesa**: Mitológicas III. São Paulo:

Cosac Naify, 2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. In: **Revista Cadernos de Debate**, vol. VI. Campinas: UNICAMP, 1998. Disponível em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:FJDDLpHUoygJ:scholar.google.com/+o+padr%C3%A3o+alimentar+ocidental&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em 03 de Janeiro de 2011.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981.

DE GARINE, Igor. Alimentação, culturas e sociedades. **Correio da Unesco**, v. 15, n. 7, jul. 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A Fabricação do Corpo na sociedade Xinguana. In PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Marco Zero.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias aumentares em grupos de baixa renda: relatório final de pesquisa**. Brasília. Universidade de Brasília, 1978.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Corpo e Saúde	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)a
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Os conceitos de Saúde e do processo saúde-doença: fatores biológicos, econômicos, culturais e sociais. Noções de parasitologia: patogenia, vetores, profilaxia, contextualizadas aos determinantes locais/econômicos/culturais/ambientais. Doenças emergentes e re-emergentes.

Objetivos

- Compreender os fatores históricos, sociais e biológicos envolvidos no conceito de saúde.
- Contextualizar as noções básicas de parasitologia aos problemas cotidianos dos educandos.
- Identificar as doenças emergentes e re-emergentes no Campo.

Referências Bibliográficas Básicas

MOHR, Adriana, SCHALL, Virgínia T. Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. **Cad. Saúde Pública [online]**, 1992, vol.8, n.2, pp.199-203. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1992000200012> acesso em 29 abr 2016.

REY, L. **Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos Trópicos Ocidentais**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 883 p.

SAMPAIO, A. **A temática educação em saúde na formação de professores de Ciências naturais**. Dissertação de mestrado UNB, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16823/1/2014_AlineFirminioSampaio.pdf acesso em 29 abr 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais +: Ensino Médio**. Brasília 1998

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** / 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011 318 p.

MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A. da. Conceituação da Educação em Saúde e suas implicações nas práticas escolares. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 6, n. 3, p. 21-38, dez. 2013.

MINAYO, M. C. S.; MACHADO, J. M. H.; MATOS, L. B. F.; ODA, L. M.; VIEIRA, V. M.; MONTEIRO, T. C. N. Fiocruz saudável: uma experiência institucional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 151-161, 1998.

SAMPAIO, A. **A temática educação em saúde na formação de professores de Ciências naturais**. Dissertação de mestrado UNB, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16823/1/2014_AlineFirminioSampaio.pdf acesso em 29 abr 2016.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Ciência das Sensações	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Aspectos teóricos, metodológicos e práticos das propriedades organolépticas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que envolve conceitos da Química, Física, Biologia, Filosofia e Psicologia.

Objetivos

- Contextualizar a Ciência das sensações numa perspectiva interdisciplinar para atender as demandas da Educação do campo.
- Desenvolver conhecimentos de forma atualizada e contextualizada, valendo-se de enfoques conceituais e metodológicos explorados nas abordagens temáticas que envolvem o eixo do componente.
- Relacionar os conhecimentos do componente com os aspectos teóricos e práticos, de forma articulada e interdisciplinar nas atividades propostas no Tempo Comunidade.
- Abordar as propriedades organolépticas, numa perspectiva interdisciplinar, a partir dos olhares da Química, Física e Biologia, Filosofia e Psicologia relacionando aspectos teóricos e práticos para a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas Básicas

- DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2001. 825 p
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994
- RETONDO, C. G.; FARIA, P. **Química das Sensações**. São Paulo: Átomo, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva 2009. 312p.
- ENSEÑANZA DE LAS CIÊNCIAS: **Revista de Investigación y Experiencias Didácticas**. Barcelona: Institut de Ciències de l'Educació - Universitat Autònoma de Barcelona.
- INVESTIGAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS – **IENCI** – Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 200-2016.
- REVISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA: **ACTA SCIENTIAE** – Editora da ULBRA, 2007-2016.
- REVISTA QUÍMICA NOVA NA ESCOLA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2000-2016.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Gênero, sexualidade e educação	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15 h/a

Ementa

Gênero e feminismo. Identidades de gênero. Construção social da sexualidade. Gênero, sexualidade, poder e políticas públicas em contextos campestres. Feminilidades, masculinidades e educação. Debates sobre interseccionalidade.

Objetivos

- Compreender as principais abordagens teóricas sobre gênero e sexualidade, bem

como suas implicações no campo do ensino da educação básica.

- Conhecer diferentes vertentes que compõem o campo dos estudos de gênero.
- Refletir sobre a constituição dos feminismos e seus impactos nas políticas públicas.

Referências Bibliográficas Básicas

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Referências Bibliográficas Complementares

LUZ, N.S. et al. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**/Curitiba, PR: Editora UTFPR, 2009. 285 p.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação**. 1ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise. **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. [*Women, Culture and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1974.], 1979.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a Economia Política do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? In **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril, 2008.

SEGATO, Rita Laura. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces**, 18, dezembro de 2012 - Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 106-131.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga horária total: 75 h/a (TU: 30 h/a; TC: 45 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 45 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Execução de projeto de pesquisa para investigação da educação do/no campo oriundas das experiências vivenciadas ao longo do curso articuladas com a pesquisa, o ensino e a extensão.

Objetivos

- Executar proposta de pesquisa para investigação da educação do/no campo a partir de experiências articuladas a pesquisa, ao ensino e a extensão vivenciadas pelos alunos ao longo do curso.
- Viabilizar a sistematização e a organização de dados coletados.

- Refletir sobre as temáticas específicas pesquisadas promovendo discussões dos dados.

Proporcionar ao acadêmico a socialização do conhecimento construído por meio da apresentação pública.

Referências Bibliográficas Básicas

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: identidade e Políticas Públicas**. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, nº 4).

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

Referências Bibliográficas Complementares

DAMASCENO, M.N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 73-89, jan. /abr. 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARLI, André. Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, 2001. p. 51-64.

MENGA, Ludke. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013. 112p.

MOLINA, Monica C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa. Questões para reflexão**. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVA, Circe Mary Silva da [et al]. **Metodologia da pesquisa em Educação do Campo: povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade**. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

2.4.2 Flexibilização Curricular

2.4.2.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de Educação do Campo - Licenciatura, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, campus Dom Pedrito, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto às coordenações do Curso de Educação do Campo – Licenciatura e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso. Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso de Educação do Campo – Licenciatura.

Atualmente, no Curso de Educação do Campo – Licenciatura são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

Tabela 8 – Composição Carga Horária CCCGs no Regime de Alternância

Componente Curricular Complementar	Carga Horária TU		Carga Horária TC		CH Total
	Teórica	Prática	Teórica	Prática	
Filosofia Marxista e Teoria Pedagógica na Educação do Campo	30	-	15	-	45
Fundamentos de Economia Política na Educação do Campo	30	-	15	-	45
Metodologia das Árvores – estudo do meio e projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária	10	20	5	10	45
Complexos Temáticos e o Ensino de Ciências na Educação do Campo	25	5	5	10	45

Psicologia Social: Representações Sociais e Populações do Campo	25	5	5	10	45
Mapas conceituais e modelos de conhecimento no Ensino de Ciências	25	5	5	10	45
Práticas experimentais no Ensino de Química	25	5	5	10	45
Prática Pedagógica em turmas multisseriadas	25	5	5	10	45
Estudos sobre o curso Educação do Campo - UNIPAMPA	25	5	5	10	45
Controvérsias sociocientíficas e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências	25	5	5	10	45
Educação do Campo e o Processo Crioulo de Produção Simbólica	10	20	5	10	45
Dinâmica de Grupo na Prática Pedagógica	10	20	5	10	45
Produção de materiais didáticos pedagógicos para o Ensino de Ciências na Educação do Campo	25	5	5	10	45
Processos de articulação entre teoria e prática para a compreensão do campo da Educação do Campo.	25	5	5	10	45

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

Ementas

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Filosofia Marxista e Teoria Pedagógica na Educação do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 45 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Estudo filosófico da concepção marxista de ser humano e de suas implicações para a Educação do Campo. A dialética entre objetivação e apropriação e entre humanização e alienação. O contraditório processo social de construção da cultura universal. A formação dos indivíduos em relação com a objetivação do gênero humano na esfera da vida cotidiana e nas esferas da ciência, da arte e da filosofia. A educação escolar e a vida cotidiana alienada da sociedade capitalista.</p>	
Objetivos	
<p>Proporcionar ao educando uma visão dos conceitos fundamentais da filosofia e concepção marxista de homem. Estudar a concepção de ser humano em Marx: trabalho, consciência, sociabilidade, universalidade e liberdade. Definir o processo da objetivação da cultura humana e sua apropriação pelos indivíduos, bem como o contraditório processo histórico de construção da universalidade do gênero humano. Oferecer subsídios para compreender a educação escolar entre a vida cotidiana e as esferas superiores de objetivação do gênero humano: ciência, arte e filosofia. Constituir parâmetros para uma pedagogia marxista da Educação do Campo.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CALDART, R.. ARROYO, M. G. MOLINA, M. (org.). Por uma educação no campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.</p> <p>DUARTE, Newton. A Individualidade Para-Si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.</p> <p>HELLER, Agnes. Cotidiano e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CALDART, R (org). Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p>DUATE, Newton (org). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.</p> <p>GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.</p> <p>LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.</p> <p>MARX, Karl e Friedrich Engels. Crítica da Educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.</p> <p>MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2015.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Fundamentos de Economia Política na Educação do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 45 h/a
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Introdução a Economia Política. Constituição do ser social e perspectiva contemporânea do humanismo. Trabalho, sociedade e valor. Categorias da (crítica da) Economia Política. Produção de mercadorias e modo de produção capitalista (a exploração do trabalho). A acumulação capitalista e o movimento do capital. Mais-valia, lucro e queda da taxa de lucro. As crises e contradições do capitalismo. Imperialismo, capitalismo contemporâneo e sistemas agroindustriais. Lucro fictício. Exploração e renda fundiária.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar ao educando uma visão dos conceitos fundamentais da Economia Política e da consolidação do capitalismo. Oferecer subsídios teóricos para compreender as condições de existência de uma sociedade humana e o conjunto de relações sociais de produção e reprodução do desenvolvimento individual e cultural de seus membros, dando ênfase às transformações recentes do ambiente (sociedade), em especial, na perspectiva agrária e do campo. - Compreender e utilizar as figuras planas para medições de perímetro e área contextualizadas no cotidiano do campo; - Desenvolver o senso crítico e a criatividade na resolução de problemas voltados para as Ciências da Natureza. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>HUBERMANN, L. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.</p> <p>MÉSZÁROS, Istivan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez/Unicamp, 2000.</p> <p>CARCANHOLO, R. A; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário versus capital financeiro. Revista Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de Economía), México, D.F., vol 32, n. 124, p. 09-31, janeiro-março de 2001.</p> <p>CHEPTULIN, Alexandre. A dialética Materialista: Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.</p> <p>FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx – Materialismo e Natureza. Rio de</p>	

Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário**, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Metodologia das Árvores – estudo do meio e projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária.	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30h/a; TC: 15h/a)
	Teórica: 15 h/a
	Prática: 30 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo do meio. Identificação de conflitos e potencialidades e construção de soluções. Metodologia das árvores: ação coletiva e construção de projeto coletivo de intervenção escolar e comunitária.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e estudar o meio: diversidade natural e cultural. - Identificar conflitos e potencialidades. - Construir soluções e projetos coletivos de intervenção escolar e comunitária. - Proposição, desenvolvimento e avaliação de projeto e intervenção na escola e na comunidade articuladas ao trabalho docente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CRIVELLARO, C. V.; NETO, M. R.; RACHE, R. P. Ondas que te quero mar: educação ambiental para comunidades costeiras - Mentalidade marítima: relato de uma experiência. Porto Alegre: Gestal/NEMA, 2001. Disponível em: http://remabrasil.org:8080/virtual/r/remaatlantico.org/sul/Members/bosco/artigos/livro-ondas-que-te-quiero-mar-educacao-ambiental-para-comunidades-costeiras/.</p> <p>Acesso em: 0604 abr 2016.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; LAYRARGUES, P. P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FAZENDA, I. (org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998.</p> <p>HERNÁNDEZ, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>	

MOURA, A. C. O. S. de; PIECZARKA, L. da S.; SILVA, R. M. da. **Resgatando valores: uma viagem do eu ao nós**. Rio Grande: Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, 2009. Disponível em: <http://www.nema-rs.org.br/files/publicacoes/valores.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.

SENAC, DN. **Planejamento e Avaliação: subsídios para ação docente**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

SANZ, L. A. **Procedimentos Metodológicos: fazendo caminhos**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Complexos Temáticos e o Ensino de Ciências na Educação do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Características da Abordagem por Temas no Ensino de Ciências; Especificidades dos Complexos Temáticos; Conteúdo e forma.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e discutir sobre a abordagem por temas no Ensino de Ciências. - Discutir e aprofundar sobre os Complexos Temáticos; - Construir uma proposta baseada nos Complexos Temáticos a partir do Ensino de Ciências para as Escolas do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
CALDART, Roseli Salete (org). Caminhos para a transformação da Escola . Vol.2. São Paulo: Expressão Popular, 2015.	
HALMENSCHLAGER, K. Abordagem de temas em Ciências da Natureza no ensino médio: implicações na prática e na formação docente . Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Tese_KarineHalmenschlager.pdf	
PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho . SP: Expressão Popular, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CHEPTULIN, Alexandre. A dialética Materialista: Categorias e leis da dialética . São Paulo: Alfa-Omega, 1982.	
LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo . São Paulo: Centauro, 2004.	
MARX, Karl e Friedrich Engels. Crítica da Educação e do ensino . Introdução e	

notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MÉSZÁROS, Istivan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Franciele Soares dos.; PALUDO, Conceição. **A atualidade das contribuições de Moisey M. Pistrak e Viktor N. Shulgin para a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1163 - 1183, set./dez. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/33573/pdfa>

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Psicologia Social: Representações Sociais e Populações do Campo	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Principais Categorias da Psicologia Social: Papel Social, Identidade, Subjetividade, Linguagem, Ideologia. Representação social e Populações do Campo.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Definir Psicologia Social. - Conhecer algumas categorias da Psicologia Social. - Caracterizar as Populações do Campo. - Relacionar a Psicologia Social com as Populações do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOCK A. M. , GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. (Orgs). Psicologia sócio-histórica. Uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.	
JAQUES, M. G, GUARESCHI, P.A., STREY, M. N. Psicologia Social contemporânea: livro texto. Petrópolis: Vozes, 2001	
LANE, S T.M e CODO, W. (org.) Psicologia Social: O homem em Movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.	
SPINK, M. (org.) Conhecimento no cotidiano: as Representações Sociais na perspectiva da psicologia social / São Paulo, SP : Brasiliense, 1993. 311 p.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CAMPOS, R. H. de F. (org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.	
FARR, R. M. As Raízes da Psicologia Social Moderna. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.	
FURTADO, O. ; GONZÁLEZ REY, F. L. Por uma epistemología da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.	
RIZZON, Luis A. Temas de Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.	
RODRIGUES, A; ASSMAR, E.M.L. Psicologia Social. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	
Identificação do Componente	

Componente Curricular Complementar: Mapas conceituais e modelos de conhecimento no Ensino de Ciências	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Características dos mapas conceituais e modelos de conhecimento, Teoria subjacente aos mapas conceituais; Potencialidades da técnica de mapeamento e modelos de conhecimento na área das Ciências da Natureza; software CmapTools e recursos digitais como hiperlink.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as principais características da técnica de mapeamento conceitual e modelos de conhecimento; - Compreender o aporte teórico que subjaz os mapas conceituais; - Experimentar a construção de mapas conceituais e modelos de conhecimentos digitais; - Planejar a utilização de mapas conceituais e modelos de conhecimento no Ensino de Ciências. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. Práxis Educativa, v.5, n.1, p. 9-29, 2010. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3251296. Acesso em: 3 ago. 2016.</p> <p>MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente. Aprendizagem Significativa em Revista, v.1, n.3, p. 25-46, 2011. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID16/v1_n3_a2011.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.</p> <p>CABRAL, A. R. Y. Como criar mapas conceituais utilizando o CmapTools Versão 3. x. Guaíba (RS): Universidade Luterana do Brasil, 2003. Disponível em: http://cmapps.cmappers.net/rid=1G82J6221-9C6L0J-9Z/Manual_Cmap_Tools.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.</p> <p>TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. Ciências & Cognição, v. 12, 72-85, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300008. Acesso em: 3 ago. 2016.</p> <p>CICUTO, C. A. T.; CORREIA, P. R. M. Estruturas hierárquicas inapropriadas ou limitadas em mapas conceituais: um ponto de partida para promover a aprendizagem significativa. Aprendizagem Significativa em Revista, v.3, n.1, p.1-11, 2013. Disponível em:</p>	

http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID39/v3_n1_a2013.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

MOREIRA, M. A.; BUCHWEITZ, B. **Novas estratégias de ensino e aprendizagem: os mapas conceituais e o Vê epistemológico**. Lisboa: Plátano, 1993.

NOVAK, J.D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. Porto: Plátano, 1995.

Referências Bibliográficas Complementares

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. **Ciências & Cognição**, v. 12, 72-85, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300008. Acesso em: 3 ago. 2016.

CICUTO, C. A. T.; CORREIA, P. R. M. Estruturas hierárquicas inapropriadas ou limitadas em mapas conceituais: um ponto de partida para promover a aprendizagem significativa. **Aprendizagem Significativa em Revista**, v.3, n.1, p.1-11, 2013. Disponível em: http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID39/v3_n1_a2013.pdf. Acesso em: 3 ago. 2016.

MOREIRA, M. A.; BUCHWEITZ, B. **Novas estratégias de ensino e aprendizagem: os mapas conceituais e o Vê epistemológico**. Lisboa: Plátano, 1993.

NOVAK, J.D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. Porto: Plátano, 1995.

Identificação do Componente

Componente Curricular Complementar: Práticas experimentais no Ensino de Química	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Discutir a experimentação como ferramenta pedagógica para o ensino de Química. Discutir a natureza da experimentação e os tipos de experimentação (expositiva, demonstrativa e investigativa). Desenvolver experimentos que podem ser aplicados no ensino de ciências/química, com materiais de fácil acesso/baixo custo. Manipulação de novas tecnologias para o ensino das ciências. Atividades de prática de ensino: planejamento, avaliação e ensaios pedagógicos.

Objetivos

- Apresentar e aprofundar discussões sobre atividades experimentais no Ensino de Química;
- Proporcionar aos acadêmicos a produção de materiais para experimentação de fácil acesso/baixo custo;

Referências Bibliográficas Básicas

CHAGAS, A. P. **Como se faz Química: uma reflexão sobre a química e a atividade do Químico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.

BESSLER, K. E. ; NEDER, A. F. **Química em Tubos de Ensaio: uma abordagem para principiantes**. São Paulo: Blucher, 2011.

SOUZA, M. H. S.; SPINELLI, W. **Guia Prático para Cursos de Laboratório: do material à elaboração de relatórios**. São Paulo: Scipione, 1997.

Referências Bibliográficas Complementares

Revista Química Nova na Escola (QNEsc) – periódico da Sociedade Brasileira de Química

LEITE, F. **Práticas de Química Analítica**. Campinas, SP: Editora Átomo: 2006

SANTOS, W. L. P; SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: compromisso com a cidadania**. 4 ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2010.

ZANON, L. B. MALDANER, O. A. **Fundamentos e Propostas de Ensino de Química para a Educação Básica no Brasil**. Ijuí, RS: Unijuí, 2012.

TRIVELATO, S.F. SILVA, R. L.F. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Identificação do Componente

Componente Curricular Complementar: Prática Pedagógica em turmas multisseriadas	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Analisa o contexto da classe multisseriada: particularidades, desafios, dilemas e sucessos. Formação das escolas multisseriadas do campo. Elaboração de Planos de Estudos na perspectiva multisseriada. Organização do espaço e do trabalho escolar em classes multisseriadas.

Objetivos

- Estudar Concepções e conceitos em Educação do Campo: Escolas Unidocentes, Classes multisseriadas; Organização do Trabalho Pedagógico.
- Conhecer concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a

Educação do Campo (Teoria da Ação Social).

- Investigar a organização curricular por complexos temáticos.
- Refletir sobre as práticas pedagógicas em Educação do Campo.
- Analisar os fundamentos teóricos que embasam as propostas iniciais de redes de ensino organizadas em Ciclos de Aprendizagem.
- Avaliar práticas de avaliação em turmas multisseriadas.

Referências Bibliográficas Básicas

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., **Caminhos para Transformação da Escola - Vol.3 - organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo**, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ática, 1999.

GÓES, M Cecília R. de ; SMOLKA, Ana Luisa B. (orgs.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1993.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1994.

PISTRAK, **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular.2000.

KRUG, Andréa. **Ciclos de formação: uma proposta transformadora**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Referências Bibliográficas Complementares

FETZNER, Andréa. **Aula sobre didática: questões atuais**. Rio de Janeiro: UNIRIO. 2008. Apresentada no concurso público para professor adjunto.

GARCIA, Regina Leite. (Org.). **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novos olhares sobre a alfabetização**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.

EISZ, T. & SANCHEZ, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.

FETZNER, Andréa Rosana. **Falas docentes sobre a não-aprendizagem escolar**

nos ciclos. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WOLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky – aprendizado e desenvolvimento: um processo sóciohistórico.** São Paulo: Scipione, 1995.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Estudos sobre o curso Educação do Campo - UNIPAMPA	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estuda o Curso da Educação do campo, proposta e organização pedagógica, alternância, normas da UNIPAMPA, direitos e responsabilidades do corpo discente, compromissos com o curso.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar o PPC – Educação do Campo - Licenciatura. - Conhecer as normas da UNIPAMPA. - Refletir sobre direitos, responsabilidades e compromissos discentes. - Analisar os fundamentos teóricos que embasam a proposta da alternância. - Refletir sobre a alternância no contexto do Curso da UNIPAMPA. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF.	
BRASIL. CADERNO SECAD 2 - Educação do Campo : diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007.	
UNIPAMPA, RESOLUÇÃO Nº 29 , 28/04/2011 – CONSUNI, UNIPAMPA, Bagé disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-Basicas-de-Graduacao-no-Campo.pdf	
UNIPAMPA, PPC – Educação do Campo – Licenciatura , UNIPAMPA, Dom Pedrito, 2014 Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2014/06/PPC-Educao-no-Campo-maio2014-colorido.pdf	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.	

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. KOLLING, Edgar; NÉRY, Irmão;
 MOLINA, Mônica. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, DF: MST/UnB, 1999b. (**Coleção Por Uma Educação do Campo**, v. 1).
 _____. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Revista Cedes – Dossiê: Educação do Campo. São Paulo, SP: Cortez. v. 27. n. 72. mai/ago. 2007.
 KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli. (orgs.) **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (**Coleção Por Uma Educação do Campo**, v. 4).

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Controvérsias sociocientíficas e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Discussão e o ativismo coletivo sobre as controvérsias sociocientíficas, como transgênicos, agrotóxicos, monocultura, entre outros constituem um elemento importante a ser inserido nos currículos de ciências em resultados de suas potencialidades tanto na aprendizagem dos conteúdos, dos processos e da natureza da ciência e tecnologia nos componentes curriculares das Ciências da Natureza.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Constituir um espaço de reflexão e discussão sobre como organizar, estruturar e implementar atividades centradas em controvérsias sociocientíficas em contexto de sala de aula de escolas do campo. - Desenvolver habilidades que permitam aos sujeitos fazerem escolhas em suas vidas cotidianas, bem como articular em esferas públicas de discussões que envolvam decisões sobre temas polêmicos de ciência e tecnologia. - Discutir as contribuições e as dificuldades desta abordagem à prática do professor, através do desenvolvimento de um projeto de aprendizagem sobre controvérsias sociocientíficas nos componentes curriculares da Ciências da Natureza 	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARLETTO, M. R. Avaliação de Impacto tecnológico : reflexões, fundamentos e práticas. 1.ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.	
DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A. PERNAMBUCO M.M. Ensino de Ciências :	

Fundamentos e Métodos. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, P.; GALVÃO, C. Os professores de Ciências Naturais e a discussão de controvérsias sociocientíficas: dois casos distintos. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciências**, v. 7, n. 3, p. 746-772, 2008.

TRIVELATO, S. F; SILVA, R. L. F. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP/FUNDUNESP, 1995.

FORGIARINI, Marcia Soares; AULER, Décio. A abordagem de temas polêmicos na educação de jovens e adultos: o caso do "florestamento" no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.8, n.2, p.399-421, 2009.

GALVÃO, C.; REIS, P. A promoção do interesse e da relevância do ensino da ciência através da discussão de controvérsias sociocientíficas. In: VIEIRA, R. M. et al. **Ciência-tecnologia-sociedade no ensino das ciências**: Educação científica e desenvolvimento sustentável. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008.

LEVINSON, R. As ciências ou as humanidades: quem deve ensinar as controvérsias em ciência? **Pró-posições**, Campinas, v. 12, n. 1 (34), p. 62-72, 2001.

REIS, P. A discussão de assuntos controversos no ensino das ciências. **Inovação**, Lisboa, n. 12, p. 107-112, 1999.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.

Identificação do Componente

Componente Curricular Complementar: Educação do Campo e o Processo Crioulo de Produção Simbólica	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30; TC: 15)
	Teórica: 15 h/a
	Prática: 30 h/a
	Prática como Componente Curricular:

Ementa
Análise crítica de mídias a partir da relação entre estética e política; Compreensão das formas autóctones (crioula) de produção de linguagem e sentidos; Criação e organização de materiais de apoio e acompanhamento da produção simbólica (texto, imagem e som) realizada pelos (as) estudantes.
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer subsídios para a leitura crítica de materiais midiáticos; - Proporcionar apoio aos estudantes nos diferentes momentos curriculares que envolvam processos de escrita e leitura crítica de mídias (texto, imagem e som); - Auxiliar processo de construção textual dos relatórios semestrais do Tempo Comunidade; - Divulgar trabalhos produzidos utilizando diversas linguagens, a partir da estética do oprimido, para exposição dos resultados obtidos nos processos de ensino-aprendizagem do Tempo Universidade e Tempo Comunidade.
Referências Bibliográficas Básicas
<p>BOAL, Augusto. Teatro do oprimido: e outras poéticas. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2010.</p> <p>BRAIT, Beth, Bakhtin: outros conceitos-chave / Sao Paulo, SP : Contexto, 2006. 263 p.</p> <p>CORRÊA, Ana Laura dos Reis et al. Estética e Educação do Campo: movimentos formativos na área de habilitação em Linguagens da LEdoC In Licenciaturas Em Educação Do Campo. Editora Autêntica, Belo Horizonte. 2011.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.</p> <p>VYGOTSKY, L. S., A construção do pensamento e da linguagem / Sao Paulo SP: WMF Martins Fontes, 2001. 21 cm.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>CABRERA, Julio, Problemas de estetica e linguagem: uma abordagem analitica / Santa Maria, RS : UFSM, 1986. 151 p.;</p> <p>ECO, Umberto, Tratado geral de semiótica / 3. ed. Sao Paulo, SP : Perspectiva, 2000. 282 p.</p> <p>ESPINOSA, Julio García. Por um cinema imperfeito. In: PONTÃO DE CULTURA REDE CULTURAL DA TERRA (Org.). Caderno das artes: estudos sobre audiovisual e a construção da realidade. São Paulo: Cepatec, 2009. p. 90-99.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaca, A inter-ação pela linguagem. 10. ed. São Paulo, SP : Contexto, 2006. 134 p. :</p> <p>MAGALHÃES, Cláudio Márcio; MILL, Daniel. Elementos para reflexões sobre educação, comunicação e tecnologia: nada é tão novo sobre redes, linguagem e aprendizagem. Educação Temática Digital, Campinas, v. 15, n. 2, p.320-336, ago. 2013.</p> <p>VAZ PUPO, Marcelo de Albuquerque. Comunicação, Educação e Produção de Sentidos pela Linguagem Audiovisual: experiências em grupos de Agricultura Camponesa. 2015. 88 f. Monografia (Especialização) - Residência Agrária:</p>

Educação do Campo e Agroecologia, 2015. Cap. 4.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Dinâmica de Grupo na Prática Pedagógica	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30; TC: 15)
	Teórica: 15 h/a
	Prática: 30 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Constituição e dinâmica de pequenos grupos em processos pedagógicos, o corpo como instrumento de linguagem e comunicação.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar breve panorama teórico sobre dinâmica de grupo em espaços escolares; - Apoiar a formação docente a partir das dinâmicas de grupo e de jogos teatrais como elementos apoiadores do processo pedagógico; - Realizar atividades práticas de dinâmica de grupo e jogos teatrais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FRITZEN, Silvino Jose, Exercícios práticos de dinâmica de grupo / Petrópolis Vozes 1982 v.</p> <p>NEVES, Liberia Rodrigues, O uso dos jogos teatrais na educação: possibilidades diante do fracasso escolar / Campinas : Papyrus, 2009. 21cm.</p> <p>ROCHA, Francisco Eduardo de Castro, Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada as organizações de produtores rurais / Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2004. 170 p. :</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BOAL, Augusto. Arco-íris do desejo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.</p> <p>FREIRE, Paulo, Pedagogia do oprimido / São Paulo : Paz e Terra, 2005. 213p.</p> <p>FRIEDMANN, Adriana, Dinâmicas criativas: um caminho para a transformação de grupos / 2. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2004. 191 p. ;</p> <p>KOUDELA, Ingrid Dormien, Jogos teatrais/ 7.ed. São Paulo : Perspectiva, 2009. 155p.</p> <p>SPOLIN, Viola, Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor / São Paulo,SP : Perspectiva, 2010. 321 p. :</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Produção de materiais didáticos	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)

pedagógicos para o Ensino de Ciências na Educação do Campo	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Recursos e materiais didáticos pedagógicos: conceito, classificação e características. Os recursos e materiais didáticos pedagógicos como ferramentas para a mediação no ensino de Ciências na Educação do Campo. Critérios para escolha, utilização e produção de recursos e materiais didáticos pedagógicos na educação básica.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir o uso de recursos e materiais didáticos pedagógicos como ferramentas para a mediação do ensino de Ciências para a Educação do Campo. - Pesquisar metodologias para uso de materiais didáticos pedagógicos no ensino fundamental e médio e a formação docente, propondo estratégias de transposição do conhecimento que aprofundem as discussões e favoreçam a contextualização do conhecimento. - Construir materiais didático-pedagógicos voltados para o ensino de Ciências na Educação do Campo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2013: ciências . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.	
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: sobre os saberes necessários à prática educativa . 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.	
POZO, J. I. A Aprendizagem e o Ensino de Ciências: do Conhecimento Cotidiano ao Conhecimento Científico . Porto Alegre: Artmed, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção . In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salete (Org.). Articulação por uma Educação do Campo . Brasília, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº4).	
CARNEIRO, M. H. S.; SANTOS, W. L. P.; MÓL, G. S. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida . Ensaio – Pesquisa em educação em Ciências, Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 119-130, dez. 2005. Disponível em:	

<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/view/93/142>. Acesso em: 14 jul. 2012.

CHARLOT, B. **Pressupostos e Exigências para uma Prática Pedagógica Emancipatória na Contemporaneidade**. Conferência realizada em 9 de março de 2012. Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

COSTA, M.V. **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação: diálogos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.v. 2.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

Identificação do Componente	
Componente Curricular Complementar: Processos de articulação entre teoria e prática para a compreensão do campo da Educação do Campo.	Carga horária total: 45 h/a (TU: 30 h/a; TC: 15 h/a)
	Teórica: 30 h/a
	Prática: 15 h/a
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Articulação entre a teoria e a prática para na compreensão dos fatores que determinam as condições objetivas para a existência de uma Educação do Campo condizente com a manutenção e valorização da vida no campo.	
Objetivos	
- Compreender e investigar os fatores teóricos e práticos que colaboram para a construção de uma Educação do Campo coerente com a manutenção e valorização da vida no campo.	
Referências Bibliográficas Básicas	
KAGEYAMA, Angela A. Desenvolvimento rural: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro . Porto Alegre: UFRGS, 2008 229 p.	
SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, Marcio. Os atores entram em cena . In: Sérgio Schneider ; Márcio Gazolla. (Org.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais . 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, v. 1, p. 11-17.	
NEUMANN, P.; BERGAMASCO, S. M. P. P, (org.). Cadernos do desenvolvimento territorial . Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 208 p.	
ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural)	

sustentável. (2010). Disponível em:
<http://biblioteca.planejamento.gov.br/bibliotecatematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideiade-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>.

Referências Bibliográficas Complementares

MICHELOTTI, F.; ZARREF, L. **Cadernos de agroecologia**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016. 90 p.

MOREIRA, E. M.; LIMA, M. C. de A. **Caderno de Educação do Campo**. Santa Maria, RS: Caxias, 2016. 312 p.

GHEDIN, E. **Educação do campo: epistemologia e praticas**. São Paulo, SP : Cortez, 2012 448 p.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A.; MICHELOTTI, F.; SOUSA, R. da P. **Praticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrarias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA**. Brasília: MDA, 2002. 292 p.

PRIMAVESI, Ana. **A convenção dos ventos: agroecologia em contos**. São Paulo, SP: Expressão popular, 2016. 168 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. MOLINA, Mônica Castagna JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

2.4.2.2 Equivalência Componentes

PPC 2014			PPC 2016		
COMPONENTE	SEM	CH	COMPONENTE	SEM	CH
Docência nos espaços rurais: Constituição do sujeito do campo	1	30	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135
			Economia Política, Sociedade e Educação	1	45
Círculo de Articulação/Integração do Conhecimento I *	1	30			
Letramento Matemático	1	45	Letramento Matemático	1	45
Teoria da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	1	45	Teoria da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	1	45
Letramento Digital	1	45	Letramento Digital	1	45
Ciências da Natureza: diferentes abordagens	1	45	Ciências da Natureza: diferentes abordagens	1	45
Prática Pedagógica: Pesquisa no Ensino de Ciências	1	60	Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários	1	60

Letramento Científico e Cidadania	1	45	Leitura e Escrita científica	1	45
História e Filosofia da Educação	2	45	História e Filosofia da Educação	3	45
Círculo de Articulação/Integração do Conhecimento II *	2	30			
Prática Pedagógica: Investigação no ensino de Ciências da Natureza	2	60	Prática Pedagógica em Educação do Campo II: Contexto socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional	2	60
Construindo Conhecimentos de Química no Ensino Fundamental	2	45	Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Fundamental	2	45
Didática e formação de professores	2	45	Organização do Trabalho Pedagógico: didática e formação de professores	5	45
Origem e evolução da vida	2	45	Origem e evolução da vida	4	45
Física no Cotidiano	2	45	Construindo conhecimentos de Física para o Ensino Fundamental	2	45
Docência nos espaços rurais: ação do educador	2	30	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135
Docência nos espaços rurais – reconhecer a comunidade	3	45	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135

Química e Energia	3	45	Química, energia e suas transformações	4	45
Antropologia das populações do Campo	3	45	Antropologia das populações do Campo	3	45
Leis Físicas do movimento	3	45	Leis Físicas do movimento	3	45
Diversidade da Vida	3	45	Diversidade da Vida	3	45
Círculo de Articulação/Integração do Conhecimento III *	3	30			
Prática Pedagógica: Investigação-ação no Ensino de Ciências – Comunidade do Campo	3	60	Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade	3	60
Movimentos Sociais e o Campo	3	45	Movimentos Sociais e o Campo	2	45
Políticas públicas e gestão educacional	4	45	Políticas públicas e gestão educacional	2	45
Círculo de Articulação/Integração do Conhecimento IV *	4	30			
Prática Pedagógica: Investigação-ação no ensino de Ciências – contexto da escola	4	60	Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo	4	60

Química dos Alimentos	4	45	Química dos Alimentos	4	45
Calor e Ambiente	4	45	Calor, ambiente e uso de energia.	4	45
Atividades experimentais no Ensino de Ciências	4	45	Atividades experimentais no Ensino de Ciências	3	45
Construindo Conhecimentos de Biologia no Ensino Fundamental	4	45	Construindo Conhecimentos de Biologia para o Ensino Fundamental	2	45
Docência nos espaços rurais – compreender a escola como instituição pública	4	60	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135
O trabalho e a educação	5	45	Organização do Trabalho Pedagógico: trabalho e a educação	4	45
Círculo de Articulação/Integração do Conhecimento V **	5	30	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	5	90
Prática Pedagógica: Investigação-ação no ensino de Ciências e mídia	5	75	Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório	5	60
Interações entre os Seres Vivos	5	45	Interações entre os Seres Vivos	6	45
Fluidos	5	45	Construindo Conhecimentos de Física para o Ensino Médio	5	45

Metodologia da Pesquisa Científica	5	45	Metodologia da Pesquisa Científica	6	45
Química e Hidrosfera	5	45	Química e Hidrosfera	3	45
Docência nos espaços rurais: Trabalho	5	60	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135
Prática Pedagógica: Investigação-ação no Ensino de Ciências – contexto e meio ambiente	6	90	Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo	6	60
Teorias do Currículo	6	45	Organização do trabalho pedagógico: teorias do currículo e a educação do campo.	5	45
Educação Ambiental e cidadania para o campo	6	45	Educação Ambiental e cidadania para o campo	2	45
Desenvolvimento Rural	6	45	Desenvolvimento Rural	6	45
Ecologia e Agroecologia	6	45	Ecologia e Agroecologia	6	45
Construindo conhecimentos de Biologia no Ensino Médio	6	45	Construindo conhecimentos de Biologia para o Ensino Médio	5	45
			Construindo Conhecimentos de Química para o Ensino Médio	5	45

			Organização do trabalho pedagógico: metodologia do ensino de ciências na educação do campo	6	60
			Fundamentos da Educação Especial para a educação do Campo	7	45
Docência nos espaços rurais: políticas públicas	6	60	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135
Educomunicação	7	45			
			Gênero, Sexualidade e educação	8	45
Tecnologia de informação e produção de materiais	7	45	Tecnologias digitais e produção de materiais	7	45
Libras	7	45	Libras	7	60
Transmissão da vida e ética e manipulação genética	7	45	Transmissão da vida, ética e manipulação genética	7	45
Equipamentos elétricos, telecomunicações e informação	7	45	Equipamentos elétricos e tecnológicos no contexto dos povos do Campo	8	45
Docência nos espaços rurais: vivência e análise da prática pedagógica no Ensino Fundamental	7	60	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência nos anos finais do ensino fundamental	4	135

Trabalho de Conclusão de Curso I	7	60	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	75
Docência nos espaços rurais: vivência e análise da prática pedagógica no Ensino Médio	8	60	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	5	90
			Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	6	90
			Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	7	90
Ciência Moderna e Contemporânea	8	45	Ciência Moderna e Contemporânea	4	30
Antropologia da alimentação do campo	8	45	Antropologia da alimentação do campo	8	45
Corpo e Saúde	8	45	Corpo e Saúde	8	45
Ciências das Sensações	8	45	Ciências das Sensações	8	45
Direitos Humanos e Diversidade étnico racial	8	45	Educação em Direitos Humanos	8	45
Trabalho de Conclusão de Curso II	8	60	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	75

* Os componentes de Circulo I, II e III e IV serão considerados CCCG (120h)

** O componente de Circulo V corresponde a 30h do Estágio de Observação no Ensino Médio I, para a turma Paulo Freire e Vigotski.

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

2.4.2.3 Inclusão Curricular dos Temas Integradores ou Transversais

A questão dos temas transversais para a Educação do Campo é central. A Educação do Campo faz parte do esforço coletivo da sociedade para incluir amplos setores da população historicamente excluída, no direito para acesso ao conhecimento escolar, respeitando a diversidade bio-etno-cultural dos povos do campo.

Os povos que resistem no campo são em sua maioria descendentes de escravos, indígenas e outros que vem sendo socialmente subalternizados pelo sistema econômico e social hegemônico. Portanto, ao tratarmos de assuntos como Educação em Direitos Humanos, Questões étnico-raciais e de gênero, Educação Ambiental, Educação Inclusiva, entre outros estamos tratando de questões centrais para entendermos a educação do campo.

Ao proferir parecer (CNE/CEB Nº: 14/2015) sobre o tema do estudo da questão indígena, a relatora Rita Gomes do Nascimento escreveu: Desde a aprovação da Lei nº 11.645/2008, os sistemas de ensino e suas instituições educacionais têm sido desafiados a trazer a temática da história e da cultura dos povos indígenas para dentro dos estabelecimentos de ensino, o que não tem ocorrido sem tensões e contradições entre os povos indígenas e os sistemas de ensino e suas instituições formadoras. Isto se dá, principalmente, pelos modos equivocados de implementação dos dispositivos dessa Lei, incorporados na redação da Lei nº 9.394/96 (LDB) mas, em muitos casos, não sendo cumpridos da maneira estabelecida pelo referido diploma legal. Desse modo, a Lei nº 11.645/2008 tem provocado inúmeros debates sobre a necessidade de se repensar os processos relativos à formação de estudantes e de professores dessa temática diante de uma concepção mais alargada de cidadania, dada pelo reconhecimento da participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como de suas culturas e patrimônios.

Estendemos este entendimento para a lei 10.639/03, que inclui o estudo História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, ressaltando o Parecer CNE/CP 003/2004 e as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana, como preocupação da formação de licenciandos (as) que possam problematizar relações sociais marcadas pelo preconceito, exclusão, discriminação entre outras formas de subalternização e opressão. É papel da escola contribuir para a convivência na e da diversidade.

Por isso, entendemos que o Curso de Educação do Campo – Licenciatura, deve somar-se ao esforço para outras leituras da história das ocupações dos nossos territórios. É preciso contribuir para que os (as) licenciandos (as) valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade, como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais.

Portanto, a questão indígena, dos povos afrodescendentes, quilombolas e outros aparecem de forma transversal em vários componentes:

- no eixo temático - Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional: Movimentos Sociais e o Campo;
- no eixo temático - Território e territorialidade: Antropologia dos Povos do Campo;
- no eixo temático - Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde: Educação em Direitos Humanos.

Além destes componentes, também são estimuladas Atividades Complementares de Graduação, e místicas que celebram as diversidades culturais, étnicas, biológicas, linguísticas presentes na sociedade em geral e no campo especificamente.

Esta preocupação precisa ser ainda mais presente na região da campanha do Estado do RS, posto a diversidade cultural da população camponesa, estando presente: Sem Terra, Quilombola, Indígenas, Assalariados Rurais, Agricultores Familiares, Peões de Estâncias e outros. Mas também, pela marcante presença da fronteira, que ocasiona a convivência com a diversidade cultural e linguística, como por exemplo a presença de indígenas guaranis de origem paraguaia em escolas do

campo aonde atuam licenciandos (as) do Curso de Educação do Campo – Licenciatura da UNIPAMPA.

Estes povos precisam ser compreendidos como culturas presentes, por isso recusamo-nos neste PPC tratar apenas das histórias já vividas, mas também das histórias vividas e do futuro, das questões atuais que projetam lutas, demandas e esperanças para que os egressos e seus futuros estudantes possam entender nossa sociedade como intercultural, pluriétnica e multilíngue. Rompendo com a formação eurocêntrica e reconhecendo contribuições dos diferentes povos (especialmente indígenas, quilombolas) para a agroecologia, para a diversidade alimentar, para diferentes conhecimentos e práticas que colaboram no desenvolvimento sustentável do campo.

Historicamente articulada, em suas propostas epistemológicas, por organizações camponesas e universidades, compreendemos que a Agroecologia cumpre um papel fundamental na efetivação do currículo proposto. Ao transitar entre área do conhecimento científico, prática de produção alimentar e ação social coletiva para o desenvolvimento rural sustentável, a Agroecologia gradualmente amplia sua legitimação como elemento estratégico para a implementação dos territórios camponeses. Disso concluímos que a Educação do Campo não se dissocia da Agroecologia, ambas trabalhando pela transformação social que prevê a permanência da população do campo no campo, através da reprodução social do campesinato brasileiro e dos conhecimentos a ele associados.

No percurso dos eixos temáticos, podemos reconhecer, mais diretamente, a transversalidade da Agroecologia nos seguintes componentes curriculares: Economia Política, Sociedade e Educação; Prática Pedagógica em Educação do Campo I: Identidade/Processos Identitários; Movimentos Sociais e o Campo; Educação Ambiental e Cidadania para o Campo; Atividades Experimentais no Ensino de Ciências; Diversidade da Vida; Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade; Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o Trabalho como Princípio Educativo; Metodologia da Pesquisa Científica; Desenvolvimento Rural e Transmissão da Vida, Ética e Manipulação Genética.

Desta mesma forma entendemos que o estudo da Educação em Direitos Humanos, como proposto na RESOLUÇÃO CNE Nº 1, DE 30/05/2012, deve ser

entendido “como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos” com ênfase em “fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos” com atenção especial para a ressocialização de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, não apenas nas ações de ensino, como também de pesquisa e extensão. Desta forma, o tema dos Direitos Humanos, como conteúdo aparece em vários componentes e de forma específica no Eixo temático - Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde , no componente: **Educação em direitos humanos**. Da mesma forma, os temas sobre a diversidade de gêneros é abordada em componente específico no mesmo eixo temático: Gênero, sexualidade e educação.

A Educação Ambiental é outro tema recorrente no curso, estando presente em vários componentes. É impossível pensar e fazer a Educação do Campo, sem a preocupação com as questões sócio-ambientais e sem que essas estejam em todos os componentes. Portanto, no estudo sobre os efeitos dos agrotóxicos, na necessidade de preservar as fontes de água, do uso racional do solo, da preservação e recuperação de biomas, seja no estudo teórico e prático da agroecologia o tema da educação ambiental está presente em todos os componentes. Entretanto, dada a importância para o (a) egresso (a), o tema é estudado com mais especificidade nos seguintes componentes:

no eixo temático - Contexto Socioeconômico, Sociopolítico e Socioeducacional: Educação ambiental e cidadania para o **Campo**;

no eixo temático - Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo: Ecologia e agroecologia e Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo; e

no eixo temático - Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias: Transmissão da vida, ética e manipulação genética.

As questões sobre a “Educação inclusiva”, além de temas transversais, é objeto de estudo específico no componente: Fundamentos da Educação Especial

para a Educação do Campo no eixo temático Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde.

Há ainda, a orientação de formar educadores (as) com formação na Língua Brasileira de Sinais, sendo ofertado no eixo temático - Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias o componente curricular Libras.

3 Recursos

3.1 Corpo Docente

O (A) professor (a) universitário deve possuir habilidade pedagógica que, aliada ao domínio do conhecimento específico, irá proporcionar condições para o desempenho satisfatório de atividades nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Para isso, encontra suporte pedagógico junto à Divisão de Formação e Qualificação da Unipampa e do Núcleo de Desenvolvimento Educacional do Campus (NuDE), o que sustenta um desenvolvimento progressivo na formação do mesmo, com assessoramento da coordenação de curso e da coordenação acadêmica. O corpo docente do Curso de Educação do Campo - Licenciatura Campus Dom Pedrito é composto atualmente por 14 professores, sendo que 10 (dez) possuem título de Doutor e 04 (quatro) com titulação de Mestre.

Tabela 9: Tempo de Docência

Docentes	Titulação	Graduação	Pós graduação	Tempo de docência (Anos)	
				Educação Básica	Magistério Superior
Algacir José Rigon	Doutor	Licenciatura em Filosofia (UPF)	Mestrado em Educação (UPF); Doutorado Educação (FE-USP)	7,5	8,0
Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura	Doutora	Oceanologia (FURG) Licenciatura em Pedagogia (UNOPAR)	Mestrado em Educação Ambiental(FURG); Doutorado em Educação em Ciências (FURG)	-	8,0
Annie Mehes Maldonado Brito	Doutora	Bacharelado em Psicologia (UNIGRAN)	Mestrado em Psicologia (UFSC); Doutorado Em Psicologia (UFSC)	-	6,0

Aniara Ribeiro Machado	Mestre	Licenciatura em Física (UNIJUÍ)	Mestrado em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)	2,0	0,7
Camila Aparecida Tolentino Cicuto	Doutora	Licenciatura em Química (UFSCAR)	Mestrado em Ensino de Química (USP); Doutorado em Ensino de Química (USP)	5,0	0,3
Denise da Silva	Doutora	Licenciatura em Química (UFSM)	Mestrado em Educação em Ciências (UFSM); Doutorado em Educação em Ciências (UFSM)	2,0	3,0
José Guilherme Franco Gonzaga	Doutor	Licenciatura em Pedagogia (UFF)	Especialização em Alfabetização de alunos das classes populares. (UFF); Mestrado em Educação (UFF); Doutorado em Educação (UFF)	5,0	7,0
Leandro Duso	Doutor	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (UCS)	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (PUCRS) Doutor em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)	12,0	1,0

Lisete Funari Dias	Mestre	Licenciatura em Física (UFPel)	Mestrado em Ensino de Física (FURG)	0,3	9,0
Marcelo Vaz Pupo	Mestre	Licenciatura em Ciências Biológicas (UNICAMP)	Especialização em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar Camponesa (UNICAMP); Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (UNICAMP)	3,0	0,3
Marilisa Bialvo Hoffmann	Mestre	Licenciatura em Ciências Biológicas (URI)	Mestrado em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)	10,0	3,0
Maritza Costa Moraes	Doutora	Licenciatura Curta em Ciências (FURG); Licenciatura em Matemática (FURG)	Especialização em Matemática(FURG); Especialização em Tecnologias da Informação em Comunicação na Educação (FURG); Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG); Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida	35,0	6,5

			e Saúde (FURG)		
Vinicius Piccin Dalbianco	Doutor	Bacharelado em Agronomia (UFSM)	Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFSM); Mestrado em Extensão Rural (UFSM); Doutorado em Extensão Rural (UFSM)	-	3,0
Suzana Cavalheiro de Jesus	Doutora	Licenciatura em Educação Especial (UFSM); e, Sociologia (UFSM)	Especialização em Gestão Educacional (UFSM); Mestrado em Ciências Sociais (UFSM); Doutora em Antropologia Social (UFSC)	-	3,5

Fonte: Educação do Campo – Licenciatura UNIPAMPA

3.2 Corpo Discente

O corpo discente também conta com programas institucionais desenvolvidos na Instituição, como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), LIFE (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores), PET (Programa de Educação Tutorial), Programa Novos Talentos e OBEDUC (Programa Observatório da Educação). A UNIPAMPA apresenta formas de propiciar ao estudante uma inserção nesses programas e projetos de extensão.

Uma delas, ocorre através do atendimento pedagógico ao discente que acontece a partir do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) elaborado em conjunto com a Divisão de Qualificação e Formação (PROGRAD), NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Dentro deste cenário destacam-se os seguintes programas: O Programa de Desenvolvimento Acadêmico – PDA, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA constituído de atividades eminentemente de formação acadêmica, compreendendo as modalidades de Ensino, Pesquisa, Extensão, e Trabalho Técnico Profissional de Gestão Acadêmica, sendo desprovidas de qualquer vínculo empregatício; Plano Permanência – PP que consiste na concessão de bolsas aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica para melhorar o desenvolvimento acadêmico e prevenir a evasão. Está distribuído nas modalidades: Programa de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte, com as opções de Auxílio Transporte ou de Auxílio Transporte Rural; e Programa de Apoio à Instalação Estudantil.

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, considerando o regime de alternância e a característica regional, para o atendimento das comunidades do campo e os grandes deslocamentos, poderá ser previsto o pagamento, aos discentes, de auxílio formação, em conformidade com previsto no edital de ingresso.

3.3 Infraestrutura

O Curso de Educação do Campo – Licenciatura, está sediado na UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito que conta com um prédio próprio, inaugurado no dia 03 de setembro de 2010. Sua infraestrutura é composta por diversas salas de aula, de administração, de professores, de reuniões, biblioteca, laboratórios, banheiros, refeitório e pavilhão de máquinas agrícolas.

Além dessas instalações, já existe um projeto de expansão do campus aprovado, com construção de novos laboratórios, incubadora tecnológica, fábrica de rações, cantina e novas salas de professores para atender a presente demanda e futuros cursos.

O curso é composto por 15 professores (as) e também com 03 Técnicos Administrativos em Educação (TAE), que dão suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como prestam apoio às atividades da coordenação do curso.

Salas de Aula: Existem no prédio central 08 salas de aula amplas, sendo 6 (seis) com capacidade para 60 (sessenta) alunos e 2 (duas) com capacidade para 20 (vinte) alunos, todas climatizadas, equipadas com recursos audiovisuais, cadeiras confortáveis, e excelentes condições de ventilação e iluminação. Encontra-se em construção o Complexo Enológico, onde estão mais duas salas de aula e um auditório com capacidade mínima de 150 pessoas, além de outro prédio que disponibilizará 24 salas de aula.

Biblioteca: O acervo bibliográfico dos componentes curriculares básicos e complementares do curso está sendo permanentemente atualizado, em processos contínuos de aquisição, de acordo com as indicações emitidas pelo corpo docente nas respectivas ementas dos componentes curriculares. A Biblioteca conta atualmente com 9.000 exemplares, compreendido em aproximadamente 900 títulos e funciona em três turnos. Todos os usuários têm acesso livre ao acervo e também podem acessar a biblioteca via WEB.

LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores e Laboratório de Práticas Pedagógicas: Espaço organizado no Campus Dom Pedrito por meio do Projeto LIFE/Capes que tem por objetivo apoiar a criação e estruturação de

ambientes plurais e interdisciplinares. Tal laboratório visa proporcionar aos estudantes dos cursos de licenciatura, formação baseada na articulação entre conhecimentos, práticas e no uso das novas linguagens e tecnologias educacionais.

Laboratório de Informática: O Laboratório de Informática funciona nos três turnos. Possui 30 computadores, todos conectados à Internet, além de acesso a Internet wireless para tablets e laptops pessoais, 36 cadeiras, 6 bancadas, uma mesa para professor, um projetor multimídia e uma tela de projeção.

É importante salientar que todas as dependências do prédio sede contam com sinal wireless, sendo que todos os docentes, discentes e técnicos possuem acesso irrestrito em suas atividades acadêmicas, e como todas as salas de aulas possuem computadores instalados permanentemente, o acesso à web é fortemente utilizado nestas salas, otimizando a qualidade e atualização dos temas durante as aulas. O atendimento aos usuários é realizado por um Analista de Tecnologia de informação, um técnico em informática e graduandos monitores.

Outros Laboratórios: o Campus possui ainda outros laboratórios fortemente equipados e disponíveis, entre os quais destacamos os seguintes equipamentos que podem ser utilizados nas distintas atividades acadêmicas do curso:

- Laboratório de Anatomia;
- Laboratório de Bromatologia;
- Laboratório de Higiene, Histologia, Microbiologia, Imunologia e Parasitologia;
- Laboratório de Microscopia e Análise de Imagens;
- Laboratório de Produção Vegetal;
- Laboratório de Produção e Reprodução Animal;
- Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal;
- Laboratório de Enoquímica;
- Laboratório de Piscicultura;
- Laboratório de Microbiologia, Histologia e Parasitologia Animal;

Estrutura de apoio para viagens e deslocamentos: Visando oportunizar o deslocamento de docentes e discentes para aulas práticas, como visitas técnicas, participação de eventos, execução de atividades de pesquisa e extensão, a UNIPAMPA possui veículos adequados, como micro-ônibus para 28 passageiros, ônibus para 45 passageiros, veículos como camionetes e automóveis, bem como a permanente política de aluguel de ônibus da iniciativa privada, sempre que necessário.

Banheiros: No edifício central do Campus e em todas as outras instalações físicas permanentes, como galpões e a sede de campo existem banheiros masculinos e femininos, todos com instalações adequadas para permitir o uso por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Elevador: Entre os dois andares do edifício central existe um elevador que permite o acesso a todas as dependências do prédio, independentemente das escadarias.

Refeitório: Há um amplo refeitório destinado a dar suporte de alimentação e local de estar para docentes, discentes e técnicos do Campus, com espaço para servir 800 refeições diárias.

4 Avaliação Institucional

A avaliação institucional da UNIPAMPA é realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. É um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. A CPA – UNIPAMPA é formada pela Comissão Central de Avaliação e pelo Comitê Local de Avaliação.

- A Comissão Central de Avaliação é composta por cinco (5) servidores docentes, cinco (5) servidores técnico-administrativos em educação, cinco (5) discentes, três (3) representantes da sociedade civil, 1 (um) representante da Comissão Superior de Ensino, 1 (um) representante da Comissão Superior de Pesquisa, 1 (um) representante da Comissão Superior de Extensão, o(a) Coordenador(a) de Avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação; tendo como atribuições:

I. elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional em articulação com a comunidade acadêmica, com a Administração e com os conselhos superiores;

II. promover a cultura avaliativa no âmbito institucional, de acordo com o Projeto Institucional, o Estatuto, o Regimento Geral e os demais documentos oficiais da Instituição;

III. coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação;

IV. acompanhar e orientar o processo de avaliação nas unidades acadêmicas e administrativas;

V. desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o Projeto de Avaliação Institucional, apresentando-as à Administração e ao Conselho Universitário;

- VI. elaborar e apresentar, de forma sistemática, relatórios sobre os resultados da avaliação;
- VII. prestar as informações solicitadas pelo Ministério da Educação;
- VIII. prestar as informações solicitadas pela Administração e os conselhos superiores com a finalidade de colaborar com o Planejamento Institucional, bem como com a comunidade em geral;
- IX. Propor ao CONSUNI as alterações neste Regimento que vierem a ser deliberadas pela maioria absoluta de seus membros.

- Os Comitês Locais de Avaliação são compostos, em cada Campus, por 1 (um) representante do corpo docente, 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo em educação, 1 (um) representante discente, 1 (um) representante da sociedade civil; são atribuições dos Comitês Locais de Avaliação:

- I. sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional;
- II. desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação;
- III. organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.

A Avaliação Institucional da UNIPAMPA, consequente com a lei 10.861/2004,

tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

É neste contexto que foram estabelecidas as metas e estratégias que orientam a ação do curso, articulada ao PDI - UNIPAMPA e às demandas sociais,

apresentadas pelas escolas, movimentos e comunidades do campo. Como metas a serem alcançadas estão previstas:

- Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão como bases da formação acadêmica;
- Ampliar o acesso e a permanência com garantia de continuidade nos estudos;
- Desenvolver ações interdisciplinares entre os eixos;
- Apoiar a integração do curso com a comunidade local;
- Consolidar o ensino voltado para as questões do campo na UNIPAMPA;
- Ampliar as metodologias de ensino que utilizam as tecnologias de informação e comunicação;

As estratégias previstas para alcançar a meta:

- Estímulo à adoção de metodologias de ensino com caráter interdisciplinar;
- Estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino articulando as atividades de pesquisa e extensão;
- Inserção dos projetos de pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos, como elementos articuladores da relação teoria-prática;
- Implementação de atividades práticas e estágios no contexto dos componentes curriculares;
- Ampliação e aperfeiçoamento dos programas de iniciação a docência, programas de bolsas de iniciação científica e de extensão adotados na Universidade, de modo a envolver um maior número de educandos (as);
- Definição de uma política de valorização e reconhecimento das boas práticas acadêmicas, visando à partilha para a construção de uma comunidade aprendente;
- Instituição de estágios não obrigatório de ensino, pesquisa e extensão, como parte integrante do currículo do curso;
- Implantação anual e aumento gradual do número de alunos atendidos pelo PDI – UNIPAMPA;
- Criação de mecanismos de apoio para recuperação das dificuldades educacionais consequentes da educação básica, bem como das dificuldades relativas aos estudos de conteúdos referentes aos componentes curriculares do Curso, a fim de impedir a evasão e a retenção;

- Implantação de políticas de formação continuada que tenham como foco o aperfeiçoamento docente;
- Oferta de componentes curriculares proporcionando o contato com diferentes áreas do conhecimento;
- Estímulo ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem entre as diferentes áreas do conhecimento, utilizando tecnologias digitais disponíveis nos campi;
- Definição de estratégias de integração com as Redes de Educação Básica estabelecendo parcerias com vistas à qualidade a formação dos estudantes;
- Incentivo à integração e diálogo entre os cursos e destes com os diferentes segmentos da comunidade local e regional.

4.1 Autoavaliação do curso

Coerente com o pressuposto de movimento, que é a base da ação educativa, o Curso de Educação do Campo – Licenciatura, mantém-se em permanente processo de qualificação de suas ações, adotando diversas práticas de autoavaliação, as quais são brevemente descritas abaixo.

Para avaliar o curso, prevê-se três instâncias:

I – O Conselho Comunitário, explicitado no item 2.2.1.3 cuja avaliação objetivará a análise não apenas de como se realiza o envolvimento do aluno, como também o surgimento de outras formas de conhecimentos, obtidas em sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos e produtos construídos com o curso: os resultados das aprendizagens proporcionadas pelo curso para as escolas e comunidades do campo; bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas relações com os objetivos do curso. O Conselho Comunitário, por meio de um planejamento coletivo, buscará identificar as fragilidades, pontos positivos e desafios das ações realizadas a partir dos objetivos dos componentes curriculares ofertados no semestre;

II – A Comissão de Curso se reúne periodicamente para tratar de assuntos relevantes ao curso. Nestas reuniões, além de pontos específicos, são trabalhados coletivamente desde problemas do dia a dia do curso (incluindo diagnósticos a partir de avaliações realizadas pelos docentes, Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), e discentes) até posicionamentos desta perante os demais órgãos colegiados do Campus e da instituição;

III - Também, de forma periódica, se reúnem os membros do NDE para atuar no desenvolvimento, autoavaliação e na concepção do curso, bem como no acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.

Estas avaliações têm por objetivo principal ampliar as bases de conhecimentos acerca da estrutura, da organização e do funcionamento, bem como avaliar as metas estabelecidas no plano de ação do Curso, pretende-se que seja um processo

de conhecimento e de reconhecimento, atuando como um mecanismo capaz de orientar a formulação ou a reformulação de decisões satisfatórias para a manutenção e desenvolvimento do curso.

Ainda como instrumento auto-avaliativo, prevê-se de acordo com a RESOLUÇÃO 80/14 CONSUNI – UNIPAMPA, que a cada semestre será realizada avaliação docente pelo discente, como forma de explicitar ao conjunto do curso e da universidade a avaliação da prática de cada docente, possibilitando sua permanente readequação. Este instrumento objetiva avaliar:

- Apresentação/discussão e implementação do plano de ensino;
- Articulação teoria e prática;
- Articulação ensino, pesquisa e extensão (o componente curricular não necessariamente precisa estar vinculado a projetos, mas as metodologias de ensino devem promover a utilização das ferramentas afetas as atividades finalísticas);
- Oferta de atendimento individualizado extracomponente curricular;
- Atividades/avaliações de recuperação de estudos;
- Metodologias de ensino aprendizagem adequadas às necessidades de todos os alunos;
- Realização de avaliações compatíveis aos conteúdos desenvolvidos ao longo do componente curricular;
- Pontualidade
- Assiduidade;
- Tratamento respeitoso e ético;
- Devolução dos resultados das avaliações;
- Utilização de linguagem clara e compreensível na condução do processo de ensino aprendizagem.

4.2 Ações para o Acompanhamento de Egressos

De acordo com o perfil profissional pretendido para os (as) docentes/egressos do Curso de Educação do Campo - Licenciatura, haverá possibilidade de atuação nas mais diversas áreas, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade na qual estiver inserido.

Espera-se do (a) egresso (a) compromisso com a escola pública de qualidade, que será constituído como elemento socializador dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, articulando-os com os conhecimentos da cultura do campo. Também deverá atuar nos processos educativos, especificamente o trabalho formativo, organizando coletivamente com as famílias e ou com grupos sociais de origem, para a implantação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, que incluam a participação da escola.

Deste modo, no ano de 2015 foi iniciada na UNIPAMPA – Dom Pedrito uma turma de Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza. O curso de especialização estrutura-se a partir do desenho contemporâneo da Educação do Campo, no contexto brasileiro, a qual se configura em uma categoria relativamente recente. A proposta do Curso de Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza visa construir espaços e tempos de ensino e aprendizagem voltados para o ensino de Ciências no âmbito do fortalecimento da categoria “Educação do Campo”, na região da Campanha gaúcha. Outra iniciativa no mesmo ano, 2015, foi a articulação interinstitucional para a criação de um curso de mestrado em Educação do Campo. Ambas iniciativas possibilitam que os egressos do curso de Educação do Campo - Licenciatura possam ampliar sua formação.

Por fim, o egresso da UNIPAMPA deverá assumir sua responsabilidade para com a universidade pública e a sociedade, trabalhando com valores de comprometimento, responsabilidade social e cidadania. Para isto é necessário o acompanhamento dos egressos nas fases iniciais de sua atividade profissional, permanecendo ativo o interesse e a ligação com a Universidade. Portanto, a comissão de Curso manterá contato com os alunos egressos para averiguar sua situação profissional, mantendo cadastro atualizado dos mesmos. A partir das informações obtidas poderá ser elaborado um documento que possibilite a

verificação da estrutura curricular proposta, assim como dos métodos de ensino empregados, na busca constante de aperfeiçoamento. Outra estratégia utilizada será a promoção de eventos tanto de formação continuada quanto eventos científicos-culturais que possibilitem a unificação desses egressos.

Baseados nestes princípios, o Acompanhamento do Egresso do Curso da Educação do Campo, sem prejuízo para outras iniciativas institucionais de Acompanhamento de Egressos da UNIPAMPA, terá como objetivos:

- Manter registros atualizados dos/as egressos/as;
- Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada.
- Promover a formação continuada através de encontros, cursos de extensão, especialização;
- Divulgar cursos e eventos no âmbito do campo de formação e atuação;
- Divulgar concursos e oportunidades de inserção profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

BATISTA, M. do S. X. **Educação popular em movimentos sociais**: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. 28ª Reunião Anual da ANPED. 16 a 19 de Outubro de 2005. Caxambu. Disponível em: www.anped.org.br/28/textos/gt06/gt061233int.rtf Acesso em: 25 abril 2016.

BEZZI, M. L ; ALVES, Ana Luísa Pinto . **A organização espacial da Microrregião Geográfica da Campanha Meridional/RS**: Novas cadeias produtivas na dinamização do espaço rural.. Caminhos de Geografia (UFU) , v. 14, p. 14-26, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em março de 2013.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm >. Acesso em setembro de 2013.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

_____. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a **Política Nacional de Educação Ambiental**, e dá outras providências. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/decreto4281.pdf> >. Acesso em setembro de 2016.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 3.284. de 2003. Dispõe sobre **requisitos de Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência**, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2016

_____. Ministério da Educação. Portaria n.1374 de 3 de junho de 2003.

_____. Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004. Institui o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES** e dá outras providências. Disponível . Acesso: abril 2013.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as **diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. Decreto n.5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n.10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece **normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.134 de outubro de 2016. Revoga a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em:
<http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF n. 3, de 2004 (Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436 , de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais -**

Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: setembro de 2016.

_____. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Belém/PA, 11 – 13 de junho de 2013 – UNIREDE 14 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre os **estágios de estudantes** (e outras disposições). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: setembro de 2016.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em agosto de 2016.

_____. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 – Promulga a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Acesso em: Setembro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº: 8/2012, de 06 de março de 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em outubro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Parecer 01/2006. **Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância**. Diário Oficial 15/03/2006. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de Subsídios. Brasília: Inep/MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>, acesso em 24/08/2016.

_____. Parecer CNE/CEB 1- **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, de 3 de abril de 2002.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. Institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf

_____. Parecer CEB nº 4, de 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf

_____. **Resolução CNE/CP 1**. Brasília, 18 de fevereiro de 2002.

_____. Decreto nº 7.611/2011. Dispõe sobre a **educação especial e o atendimento educacional especializado**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm.

_____. **Edital de seleção nº 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC**. Brasília, 31 de agosto de 2012.

_____. **Parecer CNE/CP 02/2015**. Brasília, 09 de junho de 2015.

_____. Resolução CNE/CP 02/2015 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília, 1º de julho de 2015.

CONAES. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 01/2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Disponível em: http://www.pucsp.br/cpa/downloads/21_03_11_nucleo_docente_estruturante_resolucao_conaes_1__17_junho_2010.pdf.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1. p.73-89, jan./abr. 2004.

DELIZOICOV;D & ANGOTTI, T. A. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez. 1990.

ESTEBAN, M.T.; ZACCUR, E. (Orgs.). Professora-pesquisadora – uma práxis em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. **Coleção Por Uma Educação Básica do Campo**, nº 1. Brasília: UnB, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430660&idtema=158&search=rio-grande-do-sul|dom-pedrito|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2015>. 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, José Antônio Vargas Dias. **A cidade de Dom Pedrito**. Livraria da Globo. Porto Alegre, 1972.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M. e ANDREATTA, T. **Perspectivas de Sucessão em Propriedades de Pecuária Familiar no Município de Dom Pedrito**– RS, Revista Eletrônica, Holos, ano 31, Vol 1, IFRN, Natal RN. 2015. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964/pdf_157

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna (org) **Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do Trabalho Docente interdisciplinar** Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar/. – Brasília: MDA, 2014. 268 p. (Série NEAD Debate; 23)

RELATÓRIO 2012 - **DATALUTA RS**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_rs_2012.pdf. Acesso em: out. 2016.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas**. Caderno Secad. Brasília, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educacaocampo.pdf.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC. PARECER CNE/CEB N°. 1/2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf. Acesso em 18 de ag de 2016.

UNIPAMPA. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em . http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf, acesso em 25 abril 2016.

UNIPAMPA. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011**. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o2.pdf, acesso em 25 abril 2016.

APÊNDICES

I Aproveitamento Atividades Complementares de Graduação (ACGs)

Art. 1º – As Atividades Complementares de Graduação, com a sigla ACGs compreendem as práticas não previstas na matriz curricular do Curso, cujo objetivo é o de proporcionar aos discentes uma participação mais ampla em atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, culturais e sociais, que contribuam para a complementação da sua formação acadêmica.

Parágrafo Único - As ACGs respondem ao princípio da flexibilidade na formação acadêmica e seguem normatização previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996 – Art. 3º) e na resolução 29/2011, artigo nº 51 e artigos nº 103-115 (Título IX) (UNIPAMPA, 2011). Art. 2º – As ACGs se caracterizam como uma forma de oportunizar e incentivar os (as) estudantes a complementar sua formação acadêmica com atividades de aprendizagem de seu interesse ao longo do Curso, devendo no Curso de Educação do Campo - Licenciatura ser cumprida o equivalente a, no mínimo, 200 horas como ACGs.

Art 3º – Serão consideradas como Atividades Acadêmicas de Graduação, as previstas nas modalidades :

Modalidade I: Atividades de Ensino;

Modalidade II: Atividades de Pesquisa;

Modalidade III: Atividades de Extensão;

Modalidade IV: Atividades Culturais e artísticas, Sociais e de Gestão.

Parágrafo Único: as atividades que compõem as modalidades, a carga horária, as formas de registro, bem como os critérios de validação de cada uma, estão previstas na tabela 1, em apêndice nesta resolução.

Art. 4º – Para que as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos (as) sejam consideradas ACGs, devem ser submetidas à apreciação da comissão do curso, que decidirá pela sua pertinência e atribuirá o equivalente de horas em ACGs para as

atividades apresentadas pelos acadêmicos (as) e enviará para o registro na secretaria acadêmica.

Art 5º – O acadêmico encaminhará, ao final de cada semestre letivo, a solicitação de avaliação e registro de ACGs para a Coordenação do Curso de Educação do Campo - Licenciatura contendo documentação original e cópias comprobatórias de sua execução, com registro de carga horária da atividade. Nos casos de publicações e resumos deverá entregar cópia dos artigos e da página que identifica o meio de publicação.

Art. 6º – As ACGs realizadas podem ser vinculadas ou não à UNIPAMPA e devem se caracterizar como atividade de formação de nível superior em área relacionada ao Curso de Educação do Campo - Licenciatura ou áreas afins.

§1º – Nos casos em que a ACGs corresponderem a estágios, devem seguir a normatização dos Estágios Curriculares Supervisionados não Obrigatórios.

§ 2º – A realização dos ACGs é de responsabilidade integral do acadêmico, incluindo os custos para sua realização.

Art. 7º - As ACGs somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA.

Art. 8º Os casos omissos são apreciados e deliberados pela Comissão de Curso.

Dom Pedrito, 28 de Setembro de 2016.

TABELA 1 - Quadro geral das atividades complementares do curso por modalidades

MODALIDADE I: ATIVIDADES DE ENSINO			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes curriculares do ensino superior	Áreas afins aos cursos	Carga horária do componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Componentes curriculares do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitoria	Monitoria	Máximo de 120h	Declaração do Orientador

Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projetos de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou equivalentes	Máximo de 120h	
Participação em eventos (apresentação de trabalho)	Áreas afins ao curso	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado
Outras atividades de ensino		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante / Certificado

MODALIDADE II: ATIVIDADES DE PESQUISA			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa e/ou iniciação científica	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação ou coautoria de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico com comissão editorial	Publicação Nacional e Internacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Apresentação/publicação de trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	20h	Anais de publicação do trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional e Internacional	10h	Anais de publicação do trabalho

Publicação de artigo de opinião, assinado, em periódico de divulgação popular, jornal ou revista não-científica	Áreas afins ao curso	5h	Cópia do artigo publicado
Publicação/organização de livro	Áreas afins ao curso	50h	Cópia da capa do livro ou da folha de rosto que conste os nomes dos autores
Publicação de capítulo de livro com autoria ou coautoria	Áreas afins ao curso	40h	Cópia da ficha catalográfica, do sumário e da página inicial do capítulo
Participação em evento (congressos, simpósios, palestra, dias de campo, seminário, semana acadêmica, ciclos de palestras e outros)	Áreas afins ao curso	Metade do tempo efetivamente comprovado de frequência	Certificado de participação do evento, com comprovação das horas.
Participação em comissão organizadora de eventos			
Outras atividades de pesquisa		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Cópia do trabalho publicado ou Comprovante ou Atestado

MODALIDADE III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Projeto de extensão institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Estágios extracurriculares	Estágio não obrigatório	Máximo de 120h	Contrato e certificado com descrição das atividades desenvolvidas
Ministração de cursos e minicursos	Curso ministrado	Máximo de 80h	Comprovante ou certificado
Participação em eventos (apresentação de trabalho)	Áreas afins ao curso	Máximo de 120h	Comprovante ou certificado
Apresentação de trabalhos em eventos (pôster ou comunicação)	Áreas afins ao curso	10h por apresentação (máximo de 60h)	Comprovante ou certificado
Organização de eventos ou monitorias em eventos	Eventos da UNIPAMPA	20h (máximo de 60h)	Comprovante e descrição das atividades
Organização de eventos ou monitorias em eventos	Eventos externos	10h (máximo de 30h)	Comprovantes e descrição das atividades

Participação como palestrante	Áreas afins ao curso	10h por palestra (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado
Representação em órgãos colegiados	Representação em órgãos colegiados	2h por reunião (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado
Outras atividades de extensão		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante ou certificado

MODALIDADE IV: ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO			
Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Atuação em atividades culturais como místicas, exposições, declamações, apresentações artísticas, encenações etc.	Eventos da UNIPAMPA	Até 2h por apresentação (máximo de 30h)	Comprovante ou certificado
Atuação em atividades culturais como místicas, exposições, declamações, apresentações artísticas, encenações etc.	Eventos externos	1h por apresentação (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado

Organização de atividades culturais	Eventos da UNIPAMPA	Até 10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado
Organização de atividades culturais	Eventos externos	Até 5h por atividade (máximo de 20h)	Comprovante ou certificado
Organização de atividades de caráter social	Organização de atividades de caráter social	10h por atividade (máximo de 40h)	Comprovante ou certificado
Outras atividades culturais		Conforme avaliação da Comissão de Curso	Comprovante ou certificado

II Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso de Educação do Campo – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus Dom Pedrito, será regido por este Regulamento.

CAPÍTULO II DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º – O Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso compreende 10 créditos, com carga horária correspondente 150 horas, distribuídos nos seguintes componentes curriculares:

I –TCC I, com 5 créditos, correspondendo a 75 horas, no Eixo Temático: Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias;

II – TCC II com 5 créditos, correspondendo a 75 horas, no Eixo Temático: Diversidade de Saberes e Cuidado com a Saúde.

Parágrafo Único - Será pré-requisito para matrícula nos componentes:

I - Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso I – Aprovação no componente “Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo”.

II - Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II - Aprovação no componente “Trabalho de Conclusão de Curso I”.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º – O Trabalho de Conclusão de Curso como componente curricular obrigatório obedece os seguintes princípios:

- I. A investigação como método de conhecimento e de ensino-aprendizagem.
- II. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando.
- III. A integração entre teoria e prática na produção do conhecimento
- IV. A produção do conhecimento como prática social historicamente situada.

Art.4º – O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- I – Desenvolver a capacidade de aplicação, de forma integrada, dos conhecimentos científicos, técnicos, educacionais, filosóficos e artísticos produzidos durante o curso por meio da execução de um trabalho final;
- II – Proporcionar ao acadêmico refletir sobre proposta de pesquisa;
- III – Estimular consultas e buscas bibliográficas com o intuito de aprofundar conhecimentos em área de interesse;
- IV – Desenvolver a capacidade de planejar e implementar ações de pesquisa, ensino e/ou extensão características das áreas de sua formação específica dentro do Curso de Educação do Campo – Licenciatura;
- V – Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- VI – Desenvolver a habilidade de redação e apresentação de trabalhos acadêmicos e de artigos científicos;
- VII – Desenvolver nos(as) estudantes a habilidade de expressar-se oralmente em público;
- VIII – Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para realimentação dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares integrantes do currículo;
- IX – Possibilitar aprofundamento da reflexão-ação docente comprometido com o desenvolvimento rural sustentável e com o vínculo entre escola do campo e comunidade.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º – A realização do TCC, obrigatória a todos os (as) estudantes do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, seguirá, basicamente, as etapas:

I – Ao longo do curso: Os componentes de prática pedagógica objetivam estimular a ação investigativa em educação, propiciando o amadurecimento de reflexões teóricas e metodológicas que organizam a atuação do (a) professor (a) pesquisador (a). Com isso pretende-se ainda que os (as) acadêmicos (as) possam vislumbrar temas de pesquisa, a serem desenvolvidos também nos espaços de Estágios Curriculares Supervisionados e no Trabalho de Conclusão de Curso, com vistas a desenvolver uma trajetória acadêmica melhor articulada ao processo de ensino, da pesquisa e da extensão, que sustentam a educação superior. Para dar consequência a este processo o caderno de alternância e os projetos interdisciplinares, que articulam os eixos temáticos, constituirão as principais fontes de pesquisa.

II – O Plano de Ensino do Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso I deverá:

- a) Definir o/a professor/a orientador/a, que deve ser professor/a do quadro docente da UNIPAMPA aprovados na Comissão de Curso.
- b) Definir o tema do TCC, que será proposto pelo (a) estudante e definido de comum acordo com o (a) professor (a) orientador (a), em data estipulada no plano de ensino do componente curricular.
- c) Elaborar o projeto de TCC, que deverá ter cunho acadêmico-profissional. O formato definido entre o/a discente e o/a orientador/a, respeitada as normas da UNIPAMPA.
- d) Definir os critérios de avaliação do Projeto de TCC, considerando Interesse e predisposição para o trabalho, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, cumprimento das atividades programadas e qualidade do Projeto.

III. O Plano de Ensino do Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II deve considerar:

- a) Execução do projeto de TCC definido no componente curricular;
- b) Elaboração e entrega da versão final do TCC;
- c) Defesa do projeto executado:

Paragrafo Único – O TCC será avaliado conforme previsto na seção IV deste Regimento.

Art. 6º – O acadêmico deverá comunicar ao (à) professor (a) do componente curricular TCC I o tema de seu trabalho e o nome do (a) professor (a) orientador (a) através de formulário próprio, disponibilizado pelo (a) professor (a) do componente curricular e assinado pelo (a) estudante e seu orientador (a), em três vias, dentro do prazo estipulado no cronograma do componente curricular.

Art. 7º – O acompanhamento do processo de elaboração de projeto e execução do TCC será realizado pelos (as) professores (as) dos respectivos componentes curriculares TTC I e TCC II, bem como pelo (a) professor (a) orientador (a) do TCC, que deverá ser Professor (a) do Magistério Superior da UNIPAMPA.

Art. 8º – São atribuições dos (as) professores (as) responsáveis pelos componentes curriculares de TCC I e TCC II:

- I – Realizar encontros com os (as) acadêmicos (as) a fim de esclarecer os procedimentos e normas dos TCC;
- II – Orientar os (as) acadêmicos (as) quanto à escolha de temas para a realização do TCC e adequá-las ao quadro de orientadores do curso de Educação do Campo – Licenciatura – UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito;
- III – Estabelecer e divulgar o cronograma do componente curricular;
- IV – Administrar os trâmites burocráticos relacionados ao TCC, tais como: enviar e receber documentos, definir bancas avaliadoras, organizar cronogramas de defesas, supervisionar o trabalho desenvolvido pela banca examinadora e coletar os respectivos pareceres e notas, gerenciar o fechamento de presenças e notas finais, dentre outras atividades;
- V – Solicitar aos (às) estudantes a entrega dos materiais nas datas estabelecidas;

- VI – Organizar, junto com o (a) professor (a) orientador (a) e o estudante, a banca avaliadora do TCC;
- VII – Receber as cópias do TCC desenvolvido e encaminhar aos respectivos membros das bancas avaliadoras;
- VIII – Recolher e encaminhar cópias impressa dos TCCs aprovados à biblioteca da UNIPAMPA.
- IX – Participar e presidir as bancas de avaliação dos TCCs.

Art. 9º São atribuições do (da) professor (a) orientador (a) de TCC:

- I – Auxiliar o (a) orientando (a) na construção do projeto de TCC;
- II – Atender o (a) orientando (a) nos dias e horários estipulados;
- III – Ler e corrigir os textos elaborados por seus orientandos (as);
- IV – Verificar a ocorrência de plágio nos trabalhos por ele (a) orientado;
- V – Controlar a frequência dos (as) acadêmicos (as) sob sua orientação através de instrumento próprio;
- VI – Organizar a banca avaliadora em conjunto com o (a) professor (a) responsável pelo componente curricular TCC.

Art. 10º São responsabilidades do (a) estudante:

- I – Elaborar, em conjunto com o (a) professor (a) orientador (a), e executar o projeto de TCC;
- II - Comparecer aos encontros previstos no cronograma do componente curricular proposto pelo (a) professor (a) responsável;
- II – Frequentar os encontros de orientação;
- III – Seguir rigorosamente todas as atividades indicadas pelo (a) professor (a) orientador (a) e responsável pelo componente curricular;
- V – Elaborar o trabalho de acordo com as normas vigentes neste regulamento;
- V – Cumprir as datas de entrega do projeto e defesa, conforme estipulado pelo cronograma do componente curricular;
- VI – Defender seu trabalho perante a banca avaliadora.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11º Para a aprovação dos pré-projetos serão observados os seguintes aspectos:

- I – Contribuição para a consolidação do perfil profissional do egresso;
- II – Interdisciplinaridade na abordagem dos conteúdos e das áreas de conhecimento;
- III – Contribuição para o incentivo e fortalecimento das linhas de pesquisa e extensão do curso;
- IV – Adequação na relação entre conteúdo e forma do TCC.

Avaliação da versão final do projeto que deverá ser entregue no prazo estabelecido pelo plano de ensino em relação a sua adequação aos itens estabelecidos no art. 4º deste regulamento.

Art.12º – O TCC subdivide-se em duas modalidades básicas:

- a) Projeto de Pesquisa: consiste em uma pesquisa em sentido estrito, na qual se busca o conhecimento das causas de uma questão natural e/ou social, podendo caracterizar-se como uma pesquisa bibliográfica, laboratorial e/ou de campo, conduzida individualmente ou em grupo;
- b) Projeto de Implementação: consiste em uma pesquisa em sentido lato, na qual se busca encontrar uma resposta prática para um problema técnico-profissional, tecnológico ou técnico-científico, podendo demandar, para o seu desenvolvimento, uma etapa de pesquisa prévia (bibliográfica, laboratorial e/ou de campo).

Parágrafo Único – O Projeto de pesquisa ou de implementação poderá ser conduzido individualmente ou em grupo de no máximo 3 (três) membros, podendo exceder este número de componentes somente quando autorizado pela Comissão de Curso.

Art. 13º – No componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II o projeto de pesquisa ou de implementação deverá ser apresentado em forma de relatório de projeto, seguido dos resultados complementares (artigo científico, protótipos e instrumentos desenvolvidos, ferramentas audiovisuais criadas, metodologias inventadas ou desenvolvidas) ou de outra forma aqui não prevista, mas reconhecida e autorizada pela Comissão de Curso.

Art. 14º – O TCC será submetido a uma banca, composta por no mínimo três professores (as), aprovada pela Comissão de Curso, que fará avaliação do trabalho a partir dos critérios estabelecidos no componente curricular, cuja média aritmética será registrada em ata contendo a aprovação ou não do trabalho, bem como as recomendações necessárias.

Art. 15º – Se aprovado (a), o (a) estudante deverá entregar, quando for o caso, a versão final do TCC contendo as correções e sugestões da banca avaliadora e a folha de aprovação assinada pelos membros da banca examinadora, encadernada conforme a normatização da biblioteca da UNIPAMPA, no prazo máximo de trinta (30) dias depois da defesa.

§ 1º – Antes da entrega da versão final escrita do TCC, o (a) estudante deve submetê-lo à apreciação do (a) orientador (a), o qual deverá verificar se o documento incorpora as sugestões e correções apontadas pela banca avaliadora.

§ 2º – A validação dos créditos deste componente curricular fica condicionada a entrega da versão final, do TCC corrigido, ao professor (a) responsável pelo componente curricular.

Art. 16º – O (A) estudante será reprovado (a) nas seguintes situações:

I – Não entregar uma cópia de seu projeto de TCC, de acordo com o plano de ensino do componente curricular TCC II;

II – Não entregar, quando for o caso, a versão final do TCC encadernado conforme normas da biblioteca da UNIPAMPA;

III – Obter nota final inferior a 6,0 (seis), como média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, quando da correção do trabalho e defesa do TCC;

V – Ficar comprovado Plágio e/ou que o TCC não tenha sido elaborado e executado pelo (a) próprio (a) estudante.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17º – Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão de Curso Educação do Campo – Licenciatura - UNIPAMPA – Dom Pedrito.

Dom Pedrito, 28 de Setembro de 2016.

III Regimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O presente regimento normatiza o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Educação do Campo - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito, considerando a Resolução nº 02/2015 – MEC/CNE; a Lei Federal nº 11.788/2008; o Parecer nº 28/2001 – MEC/CNE a Resolução nº 20/2010 - CONSUNI/UNIPAMPA e a Resolução nº 29/2011 - CONSUNI/UNIPAMPA.

Considerando PARECER nº 28/2001 – MEC/CNE que distingue a prática como componente curricular e a prática de ensino e o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório definidos em lei; e que define o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório como “tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício [...], que supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário” (PARECER 28/2001, p.10) e que deve ser realizado “[...] pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado” (PARECER 28/2001, p.10).

Considerando a RESOLUÇÃO Nº 02/2015 – MEC/CNE, que afirma que os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios para os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, que acontecem como formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e em outros espaços educativos pode dar-se na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

Considerando a Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes, e a RESOLUÇÃO Nº 20, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010 que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição;

Define-se que o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Educação do Campo - Licenciatura será realizado do 4º ao 7º semestre do curso, com carga horária total de 405 (quatrocentos e cinco) horas, que passa a ser regido por essas normativas.

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º – Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios do Curso de Educação do Campo - Licenciatura – da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito são componentes curriculares obrigatórios, como requisito para o cumprimento de 405 (quatrocentos e cinco) horas de estágio para aprovação e obtenção do diploma de Licenciado(a) em Educação do Campo.

Parágrafo único – Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios até o máximo de 100 (cem) horas (conforme previsto no artigo 15, inciso 7 Resolução nº 02/2015 – MEC/CNE).

Art. 2º – Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios têm como objetivo possibilitar ao (à) acadêmico (a) do Curso de Educação do Campo - Licenciatura, a vivência no contexto profissional nas áreas previstas no Projeto Pedagógico do Curso, na educação básica em situações efetivas de processo de ensino-aprendizagem com vistas à ação-reflexão-ação da formação docente.

Art. 3º – Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios visam a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência por meio

da observação, reflexão, docência e investigação, neste sentido o estágio possibilita que o (a) acadêmico (a) do Curso de Educação do Campo - Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência, além daqueles relacionados às especificidades e necessidades da Educação do Campo.

Art. 4º – As atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório se caracterizam na qualidade de situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem a fim de formar licenciados (as) em Educação do Campo aptos (as) para docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Física, Química e a Biologia), nas áreas de atuação profissional previstas no Projeto Pedagógico do Curso:

- a) Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em Ciências da Natureza em escolas do campo;
- b) Gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho escolar nas escolas do campo;
- c) Gestão de processos educativos nas comunidades do campo: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos (as) acadêmicos (as);
- d) Gestão e implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas do campo.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 5º – As normas de regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios são elaboradas pelo NDE e avaliadas pela Comissão de Curso.

§ 1º – A realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios não acarretam em vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 2º – O horário de realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

Art. 6º – Cada etapa dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios será pedagogicamente guiada pelas Orientações de Estágio Curricular Obrigatório (Apêndices I, II, III e IV).

Parágrafo único: As Orientações dos Estágios Curriculares Obrigatórios em cada uma de suas etapas contemplam a natureza do estágio, o campo do estágio, os objetivos, a postura do estagiário, a divisão de horas em atividades a serem desenvolvidas durante os estágios e as formas de registro e avaliação do estágio.

Art. 7º – Os (As) docentes responsáveis pelos componentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório irão compor o Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Educação do Campo - Licenciatura.

Parágrafo Único: quando não houver, pelo menos um(a), docente responsável pelos componentes de estágio membro do NDE, este designará um de seus membros para compor o Núcleo de Estágio.

Art. 8º – As etapas dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios do Curso de Educação do Campo - Licenciatura ficam assim definidas:

I. - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental

II - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I: Observação e docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.

III - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II: Observação e docência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.

IV - Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III: Observação e docência interdisciplinar de Biologia com articulação com Química e Física em escola do campo no Ensino Médio.

Art. 9º – O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado em regime de colaboração entre a UNIPAMPA e a instituição campo de estágio, e entre o(s) professor(es) orientadores da UNIPAMPA e o (a) professor (a) supervisor (a) da instituição campo de estágio.

Parágrafo único: O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em escolas do campo ou escolas da área urbana que atendam estudantes do campo, tendo dessa maneira vínculo territorial, cultural ou social com o campo.

Art. 10º – A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Educação do Campo - Licenciatura está distribuída de acordo com os seguintes componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias e semestres de referência:

Etapa	Componente	SEM	CH	Especificidade do estágio
Estágio I	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental	4º	135h	Observação e docência compartilhada e transdisciplinar nos anos finais do Ensino Fundamental em Escolas do Campo .
Estágio II	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I	5º	90h	Observação e docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio

Estágio III	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II	6º	90h	Observação e docência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio
Estágio IV	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III	7º	90h	Observação e docência interdisciplinar de Biologia com articulação com Química e Física em escola do campo no Ensino Médio
Total de horas			405h	

CAPÍTULO III DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 11º – O (A) acadêmico (a) do curso para matricular-se em componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá:

- I. Estar regularmente matriculado no curso;
- II. Ter concluído e ter sido aprovado(a):
 - a. Nos três componentes curriculares Construindo Conhecimento para o Ensino Fundamental – Física, Biologia e Química, e também no componente Prática Pedagógica em Educação do Campo III: Território e Territorialidade, para o componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental;
 - b. No Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental e no componente curricular Prática Pedagógica em Educação do Campo IV: o trabalho como princípio educativo, para o componente de Estágio

Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência articulada no Ensino Médio I;

- c. No Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental e no componente curricular Prática Pedagógica em Educação do Campo V: a escola como espaço emancipatório, para o componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência articulada no Ensino Médio II;
- d. No Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental e no componente curricular Prática Pedagógica em Educação do Campo VI: Gestão de Práticas sustentáveis no/do Campo, para o componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e regência articulada no Ensino Médio III.

Parágrafo único: O início e efetivação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estão condicionados às exigências de documentação conforme Capítulo IV do presente regulamento.

CAPÍTULO IV DOS DOCUMENTOS

Art. 12º – Para a caracterização e definição das etapas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV, de que trata esta Norma, são necessários os seguintes documentos¹⁸:

- I. convênio entre a UNIPAMPA e Instituição/escola concedente de estágio;
- II. termo de compromisso de estágio (TCE) celebrado, no início das atividades de estágio, entre o acadêmico (a), a parte concedente e a UNIPAMPA, representada pelo(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) do Campus, no qual estão definidas as condições para o estágio, o plano de atividades do estagiário e a menção ao contrato de seguro firmado pela UNIPAMPA;
- III. plano de atividades do estágio elaborado pelo(a) acadêmico(a), em conjunto com o(a) professor(a) orientador(a) da UNIPAMPA e da Escola, em concordância com as Orientações para cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (Apêndices I, II, III e IV) e com o Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura, contendo a descrição das atividades a serem efetivadas pelo(a) estagiário (a);
- IV. relatório final de estágio, avaliação do(a) professor(a) orientador(a) de estágio da UNIPAMPA e comprovação do estágio, apresentado pelo estagiário(a) conforme orientações do Plano de Estágio e do manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UNIPAMPA.

Art. 13º – Compõe a documentação¹⁹ de cada etapa de estágio:

ANTES DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO	
Plano de Estágio	Entregar na secretaria acadêmica, em três vias, preenchido para conferência e assinatura do Coordenador Acadêmico.
Termo de Compromisso de Estágio	Entregar na secretaria acadêmica, em três vias, preenchido para conferência e assinatura do Coordenador Acadêmico.

¹⁸ <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/estagios/documentos/>

¹⁹ Todas as documentações necessárias ao estágio estão disponíveis em: http://porteiros.unipampa.edu.br/dompedito/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=431&tmpl=component&format=raw&Itemid=139

Plano de Atividades	Entregar na secretaria acadêmica, em três vias, preenchido para conferência e assinatura do Coordenador Acadêmico
APÓS A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO	
Relatório de atividades pela Parte Concedente.	Deve ser preenchido pela parte concedente com o relato das atividades desenvolvidas e avaliação das contribuições do estagiário e recomendações, deve ser feito a cada renovação do estágio (6 meses) e ao final do estágio. Entregar na Secretaria Acadêmica do Campus.
Relatório de atividades do estagiário	Deve ser preenchido pelo (a) estudante com relato das atividades desenvolvidas e avaliação das principais aprendizagens, problemas enfrentados e sugestões para o orientador. Deve ser feito a cada renovação do estágio (6 meses) e ao final do estágio. Entregar na Secretaria Acadêmica do Campus.
Termo de realização de estágio	Avaliação da parte concedente em relação ao desempenho do (a) estagiário (a). Entregar na Secretaria Acadêmica do Campus.
Relatório Final de Estágio	Elaborado pelo (a) estagiário (a) e entregue em até 30 (trinta) dias após o término do estágio, deve conter breve histórico da instituição, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, a relevância da oportunidade, as principais aprendizagens e recomendações. Devendo o Relatório ser aprovado pelo (a) orientador (a) e pela parte concedente.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14º – As atribuições da instituição de ensino UNIPAMPA, em relação aos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios de seus educandos, segue conforme a Resolução nº 20 de 26 de novembro de 2010/CONSUNI/UNIPAMPA.

Art. 15º – São atribuições específicas da Coordenação Acadêmica do Campus Dom Pedrito:

- I. encaminhar a solicitação de convênio para a Divisão de Estágios;
- II. verificar e informar ao (à) orientador (a) dados de matrícula e frequência do acadêmico e a sua possibilidade de realizar o Estágio;
- III. preencher e controlar o TCE dos (as) acadêmicos (as), zelando pelo seu cumprimento;
- IV. informar ao Instituição Concedente de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com o (a) orientador (a);

- V. controlar os documentos referentes aos Estágios;
 - VI. manter atualizado o arquivo do (a) acadêmico (a) com todos os documentos necessários;
- VII. informar à Divisão de Estágios, até o 7º (sétimo) dia útil anterior ao término do mês, a relação de acadêmicos em Estágio obrigatório que necessitam de seguro;
- VIII. manter os registros atualizados com todos os acadêmicos em Estágio;
- IX. apresentar relatórios à Divisão de Estágios;
- X. divulgar oportunidades de Estágios aos (às) acadêmicos (as);
- XI. encaminhar carta de apresentação do (a) estudante ao campo de Estágio, quando necessário;
- XII. prestar informações adicionais, quando solicitadas.

Art. 16º – São atribuições específicas do Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório da Licenciatura em Educação do Campo:

- I. responsabilizar-se pela divulgação das normas, organização e funcionamento dos componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o(a) estagiário(a) para outro local em caso do descumprimento de suas normas;
 - III. mediar os casos de solicitações de desligamento, de interrupção dos estágios devido a baixo desempenho e comprometimento com as atividades por parte dos (as) estagiários (as) e/ou em situações de mudanças de estágio;
 - IV. auxiliar na resolução de situações tanto pedagógicas quanto administrativas envolvendo os campos de estágios juntamente com os (as) professores (as) orientadores (as);
- V. organizar e promover os Seminários de Socialização das Práticas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, organizados ao final de cada componente curricular de estágio.

Art. 17º São atribuições dos (as) professores(as) orientadores(as) da UNIPAMPA:

- I. planejar, juntamente com o (a) estagiário (a), acompanhar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Estágio;
- II. avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do (a) educando (a) e controlar o número máximo de estagiários (as) em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de Estágio;
- III. orientar técnica e pedagogicamente os (as) estudantes no desenvolvimento de todas as atividades do Estágio;
- IV. receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos estagiários;
- V. encaminhar à Coordenação Acadêmica do Campus os documentos relacionados aos Estágios;
- VI. zelar pela celebração e pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, em conjunto com a Coordenação Acadêmica do Campus;
- VII. informar ao Campo de Estágio as datas de realização de avaliações acadêmicas, em conjunto com a Coordenação Acadêmica;
- VIII. prestar informações adicionais quando solicitado;
- IX. auxiliar na promoção e execução dos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, organizados ao final de cada componente curricular de estágio.

Art. 18º - São atribuições do (a) estagiário (a):

- I. ter pleno conhecimento do regulamento do Estágio e dos prazos estabelecidos;
- II. providenciar, antes do início do Estágio, todos os documentos necessários para o desenvolvimento do Estágio;
- III. indicar preferência do local adequado para a realização do seu Estágio obrigatório;
- IV. estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, é cancelado seu Estágio;

- V. elaborar, de acordo com orientação do professor, o Plano de Estágio;
- VI. cumprir os prazos previstos para entrega dos relatórios, parcial e final, bem como submetê-los à avaliação do orientador e da parte concedente;
- VII. estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no Estágio;
- VIII. cumprir fielmente a programação do Estágio comunicando à UNIPAMPA e à Unidade concedente a conclusão, interrupção ou modificação do Estágio, bem como fatos relevantes ao andamento do Estágio;
- IX. atender às normas internas da parte concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;
- X. responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- XI. participar de todas as atividades inerentes à realização dos Estágios;
- XII. desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
 - I. registrar as atividades diárias de estágio, no Caderno de Alternância, conforme orientações que constam nos planos de estágio;
 - II. elaborar e entregar ao (à) orientador (a) de Estágio, para posterior análise da Unidade concedente e/ou da UNIPAMPA, relatório(s) sobre seu Estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
 - III. participar dos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório organizados ao final de cada componente curricular de estágio;
 - IV. demonstrar postura crítica e argumentativa nas apresentações orais previstas em forma Seminários de Socialização das Práticas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO

Art. 19º – A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será orientada pelos procedimentos de registro e avaliação que constam nas Orientações para cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, incluindo os registros no Caderno de Alternância, a sistematização das vivências de estágio, o relatório final de estágio e a escrita da autoavaliação através do roteiro “Importância do Estágio para a Formação Profissional” (Apêndice V).

Art. 20º – A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será desenvolvida de forma processual e sistemática durante o estágio e conforme os seguintes critérios:

- I. Participação e responsabilidade nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II. Assiduidade, pontualidade, responsabilidade e postura ética nas situações que envolvem o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- III. Qualidade da produção docente e acadêmica envolvendo o planejamento de aulas, a análise e reflexão sobre o contexto da escola e as situações vivenciadas e a escrita e registro no Caderno de Alternância em cada um dos componentes curriculares que constituem o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- IV. Postura investigativa do processo de ensino-aprendizagem e das experiências vivenciadas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- V. Argumentação crítica nas apresentações de cunho pedagógico, ou seja, de situações de estudo, nos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, organizados ao final de cada componente curricular de estágio.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º - Casos omissos a este regulamento serão deliberados na Comissão de Curso de Educação do Campo - Licenciatura.

Dom Pedrito, 28 de setembro de 2016.

APÊNDICE I - ORIENTAÇÕES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental

Prezado (a) estudante,

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório apresenta como finalidade observar e realizar a docência transdisciplinar em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental em escola do campo.

Antes de iniciar o estágio nesse semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

PRINCÍPIOS FORMATIVOS DO ESTÁGIO

De acordo com o PPC do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da UNIPAMPA, o princípio educativo fundamental é o entendimento de que o conhecimento é histórico e que deve ser apropriado de forma crítica, tendo como método a perspectiva histórico dialética. Ou seja, fugindo da perspectiva positivista e pós-moderna, o curso aponta para a necessidade de “conhecer a realidade para transformá-la” (Holliday: 1986), também, a partir, do mesmo autor (Holliday: 1985, 2006) destacamos a importância da sistematização, para a consolidação prático-teórico deste processo.

Coerente com a proposição acima, propomos a possibilidade de vivenciar a organização do currículo por complexo temático e planos de estudos (Pistrak: 2000, Freitas: 1995, 2003 e Caldar, Freitas e Sapelli 2015). Objetivando também uma perspectiva do trabalho coletivo nas escolas, rompendo a tradicional divisão limitadora do currículo e propondo uma integração das diversas áreas do conhecimento, atendendo uma das principais demandas da formação para a educação do campo, que é pensar educadores (as) por área de conhecimento, que sejam capazes de atuarem de forma articulada e coletiva nas escolas, muitas delas multisseriadas e unidocentes.

Portanto, este estágio prevê atuação em regência nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas do campo, tanto na forma de elaboração e execução de

projeto de ensino coletivo, quanto de elaboração de plano de aula e regência individual.

NATUREZA DO ESTÁGIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados as especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório deverá ser realizado nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas do campo.

CONCEPÇÃO E OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental em escola do campo, tem como objetivos:

- Vivenciar o trabalho coletivo e a organização dos conhecimentos curriculares por complexo temático.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Apropriar-se da realidade na qual a escola está inserida.
- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico (PPP, avaliação, metodologias, recursos disponíveis etc) e o desenvolvimento dos conteúdos de Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental.

- Identificar possibilidade de ação escolar, visando a execução de trabalho socialmente útil, que possa mobilizar os conteúdos das Ciências da Natureza.
- Elaborar projeto coletivo de ensino, articulando os conteúdos de Ciências da Natureza na perspectiva da Educação do Campo.
- Executar o projeto de ensino mobilizando os conteúdos e objetivos do componente curricular Ciências da Natureza os anos finais da Ensino Fundamental.
- Vivenciar docência individual nos anos finais da Ensino Fundamental em escola do campo.
- Avaliar as vivências do estágio.
- Sistematizar as vivências do estágio.
- Apresentar o relato das vivências.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório configura-se como um dos momentos da formação. Seu processo ocorrerá em uma escola com uma história já constituída e cujo funcionamento continuará após o estágio. Portanto, estamos “de passagem” em um espaço que nos acolhe para vivências e experiências profissionais. Neste tempo, espera-se que o estagiário se adeque à rotina docente da instituição. Levar isso em conta significa:

- respeitar os horários e condutas da instituição,
- considerar as ações e projetos em andamento,
- cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,
- registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme as Orientações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,
- manter postura ética com as informações da escola e com as realizadas,
- cumprir os compromissos e prazos assumidos,
- colaborar com as ações e necessidades da escola.

INFORMAÇÕES GERAIS

- A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta em vínculo empregatício de qualquer natureza;

- O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

•

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (135h)

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30h²⁰)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental, durante o Tempo Universidade, durante as quais os (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 será orientado e elaborado o planejamento das atividades previstas neste documento.

ATIVIDADE 2- OBSERVAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO COLETIVO DE ENSINO (30h)

Nesta proposição de estágio, a observação tem grande relevância, Se propõe a conhecer a estrutura física da escola (banheiros, biblioteca, laboratórios, pátio, salas de aula), seus principais praticantes cotidianos (alunos/as e professores/as) observando suas relações e como agem no espaço escolar, a organização do trabalho pedagógico (PPP, avaliação, proposta metodológicas, sistema de avaliação), as normas explícitas (horários, utilização dos espaços, ,,,) e as implícitas, também conhecidas como currículo oculto, a divisão de gênero (gurus e gurias agem da mesma maneira? Há separação em filas? Como é o uso do espaço coletivo durante o intervalo para o recreio? Como o/a professor/a se relaciona com os/as alunos/as? Como a direção se relaciona com professores/as e alunos/as, como os/as alunos/as se relacionam com os/as professores/as e com a direção?). Além destas observações, para alcançarmos os objetivos deste estágio, será necessário

20 As cargas horárias para cada atividade constituem-se sugestão, a distribuição da CH Total do componente será estabelecida no plano de ensino, observada a exigência de 40 horas total de regência.

conhecer o contexto no qual a escola está inserida, a comunidade escolar no seu sentido mais amplo: quem são estes/as alunos/as? De que forma suas famílias se relacionam com o mundo do trabalho? Quais os principais problemas identificados pela comunidade escolar? Nas aulas do componente serão estudados métodos, técnicas e instrumentos de observação da escola, aprofundando as questões acima apontadas.

Estas observações devem ser descritas com detalhes, buscando identificar situações que deem sentido aos conteúdos que serão ensinados durante a regência. A intenção é ligar vida e escola, preenchendo de sentido vivido os conteúdos propostos nos PCNs, mobilizando-os de forma a solucionar problemas do contexto vivido. Para isso, o passo seguinte é elaborar um projeto que mobilize os conhecimentos para exercitar possíveis soluções para o problema identificado e escolhido organizar o complexo temático do componente “Ciências da Natureza”. Portanto o problema deve ter relevância, ser compreendido como uma demanda da comunidade e ser capaz de mobilizar os diversos conhecimentos das ciências da natureza.

Um exemplo: a observação constata que na escola (ou na comunidade no qual a escola está inserida) o recolhimento e descarte do lixo não é adequado. Esse pode ser um articulador do currículo de Ciências da Natureza, a partir dele podemos organizar um projeto de ensino (o que em algumas escolas é conhecido como plano de estudos). Neste projeto de ensino podemos mobilizar vários conteúdos: - o que é o lixo; - por que nossa sociedade produz tanto lixo; - por que em algumas regiões periféricas o lixo não é recolhido e descartado corretamente; - o que podemos fazer, como trabalho socialmente útil, pela escola para que este problema possa ser entendido e, a partir deste entendimento buscar outras soluções?

Deste plano de estudos podem surgir soluções / demandas de aprendizagem como cuidado com o ambiente, a compostagem, a coleta reciclada de lixo, a reutilização de materiais etc.

A questão do lixo foi um exemplo, o outro pode ser a alimentação escolar (de onde vem, como é produzida, respeita os hábitos alimentares da região, que receitas são conhecidas?); ou a necessidade de uma horta na escola; ou o uso da água;

enfim há uma infinidade de situações que nos ajudam a dar vida e reconectar os conhecimentos escolares com as necessidades da vida, preenchendo-os de sentido. Para dar conta, propomos que cada “plano de estudos” seja elaborado por, no máximo, três acadêmicos/as do curso de Educação do Campo, a partir das orientações dos/as professores/as responsáveis pelo Componente Estágio Obrigatório I e pelos/as orientadores/as de Estágio.

ATIVIDADE 3 - EXECUÇÃO DO PROJETO COLETIVO DE ENSINO (30h)

Executar, em articulação com a escola, o Plano de Estudos elaborado a partir da problemática identificada. Para que a execução seja bem-sucedida é fundamental que o Plano de Estudos preveja com antecedência o que será necessário, caso vá utilizar algum material que precise de preparo com antecedência, é fundamental que no dia já esteja providenciado.

ATIVIDADE 4 - AVALIAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS E DE SUA EXECUÇÃO (5h)

É fundamental, para nosso processo de formação, uma avaliação detalhada do processo do Plano de Estudos (Observação, Elaboração e Execução). Esta avaliação ajudará no passo seguinte que é a elaboração de plano de aula e regência individual.

ATIVIDADE 5 – ELABORAÇÃO DE PLANO E REGÊNCIA INDIVIDUAL (15h)

- a) Elaboração de Plano de Aula do componente Ciências da Natureza – 5h
- b) Regência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental em escola do campo – 10h

A partir da avaliação, prevista na atividade 4, elaborar plano de aula individual aprofundando conteúdos para melhor compreender o que foi estudado no plano. Esta atividade objetiva que a prática docente possibilite ao/à licenciando/a estagiário/a capacidade de auto avaliação de sua postura docente, permitindo reflexão crítica de sua formação, a partir das experiências vividas no estágio. Os/as professores/as do componente e orientadores do estágio acompanharão a elaboração do plano de aula e regência.

ATIVIDADE 6 – TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO (2h)

A atividade 3 consiste no preenchimento do TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO pelo professor orientador da Escola.

ATIVIDADE 7 – SISTEMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO (18h)

O relatório de estágio deve seguir modelo e orientações constantes no Regimento de Estágio (Apêndice V) e outras orientações do/a professora responsável pelo componente Estágio I. Será ser elaborado pelo estagiário e entregue no seminário de socialização e avaliação coletiva de estágio. É importante que o relatório contenha breve contextualização da escola, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, as principais aprendizagens e recomendações. A sistematização de experiências é um rico momento de aprendizado, a ideia é que o relato deste estágio seja a sistematização com apropriação e avaliação dos processos vividos de forma que a própria sistematização seja práxis do processo formativo do/a licenciando/a estagiário/a.

ATIVIDADE 8 - SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO COLETIVA DE ESTÁGIO (5h)

Um dos momentos mais rico de práticas coletivas é a socialização das práticas vividas. Neste momento as experiências se inter cruzam possibilitando outros “inéditos viáveis”, de forma que o conhecimento da realidade, seja um instrumento para sua transformação.

Referências Bibliográficas:

CALDART Roseli, FREITAS, Luiz Carlos, SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert, e et al., Caminhos para Transformação da Escola - Vol.3 - organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: complexos de estudo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

FREITAS; Luiz Carlos. Crítica da organização do trabalho Pedagógico e da didática. Campinas/ SP. Papyrus, 1995.

_____. Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

HOLLIDAY, Oscar Jara “El reto de teorizar sobre la práctica para transformala” (1985). In: TORRES, C. A., GADOTTI, M.(orgs). Educação Popular: Utopia Latino-

Americana. São Paulo : Cortez/Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 89-110

_____. Como conhecer a realidade para transformá-la?. In: Texto de Apoio. Vol.10, São Paulo, CEPIS, 1986.

_____. Para sistematizar experiências, tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. Brasília: MMA, 2006. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf

PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular.2000.

APÊNDICE II – ORIENTAÇÕES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Observação e Regência articulada no Ensino Médio I

Prezado (a) estudante,

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório apresenta como finalidade observar e realizar a docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio. Antes de iniciar o estágio nesse semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

NATUREZA DO ESTÁGIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados as especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório deverá ser realizado no Ensino Médio em escolas do campo, comumente conhecidas como escolas rurais, ou escolas que, mesmo localizadas na região urbana dos municípios, atendam estudantes que moram no campo.

OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio I tem como objetivos:

- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Física e sua relação com o campo no Ensino Médio.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Elaborar planejamento interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.
- Vivenciar a docência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.
- Vivenciar e analisar situações da prática docente.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório configura-se como uma experiência do exercício de nossa futura profissão, no qual é importante lembrar que estamos “de passagem” em um espaço que nos acolheu para vivências e experiências profissionais. Levar isso em conta significa:

- respeitar os horários e condutas da instituição,
- considerar as ações e projetos em andamento,
- cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,
- registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme as Orientações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,
- manter postura ética com as informações da escola e com as análises que construímos,
- cumprir os compromissos e prazos assumidos.

INFORMAÇÕES GERAIS

- A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta em vínculo empregatício de qualquer natureza;
- O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA ARTICULADA NO ENSINO MÉDIO I (90h)

Em virtude do Curso de Educação do Campo – Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. No Tempo Universidade serão realizadas as aulas de preparação dos (as) licenciandos (as) na universidade, no Tempo Comunidade será efetivado o estágio em uma instituição de ensino.

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30h²¹)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência articulada no Ensino Médio I durante o Tempo Universidade, durante as quais os (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 será elaborado o planejamento para a regência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia.

ATIVIDADE 2- OBSERVAÇÃO, REGÊNCIA E REGISTRO (40h)

A atividade 2 é composta por três ações integradas e inter-relacionadas que deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

- a) Observação da organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Física e sua relação com o campo no Ensino Médio – 8h
- b) Reorganização do Planejamento – 4h
- c) Regência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio – 20h
- d) Registros – 8h

As orientações para observação (item a) serão realizadas durante o TU. Após as observações será necessário reorganizar o planejamento (item b) elaborado durante o TU para que o mesmo contemple especificidades da turma e do contexto escolar do estágio. A regência (item c) deverá ser realizada com base no planejamento interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.

Para o registro (item d) o (a) estagiário (a) utilizará um Caderno de Alternância no qual fará anotações da rotina da escola, informações, reflexões e emoções

21 As cargas horárias para cada atividade constituem-se sugestão, a distribuição da CH total do componente será estabelecida no plano de ensino, observada o mínimo de 20h de regência.

vivenciadas durante a observação e compreensão do contexto escolar do campo. A proposta de registrar os acontecimentos em um Caderno de Alternância vem no sentido dos registros serem feitos no momento em que se vivenciam as experiências, possibilitando a riqueza dos detalhes e das emoções. Além do Caderno de Alternância, lembre-se de fazer registros fotográficos, previamente autorizados pela escola.

Após cada período na escola (seja de observação ou regência), o (a) estagiário (a) deverá tecer reflexões sobre aquele dia através do registro no Caderno de Alternância acerca das três temáticas abaixo:

- Que bom! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considerou mais significativo naquele dia do estágio)
- Que pena! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considera desnecessário no cotidiano escolar)
- Que tal? (escrever uma sugestão, um modo alternativo de fazer uma das ações observadas naquele dia do estágio)

Para observação e caracterização do campo de estágio considere os seguintes aspectos:

- Conheça os níveis e modalidades de ensino da instituição.
- Observe e descreva:
 - o espaço físico da escola (salas de aula, salas de reunião, quadra, refeitório, biblioteca, secretaria, banheiro),
 - como é a organização e o funcionamento da escola (horários, rotina...),
 - a equipe da escola: é composta por quem? Quais as funções? Quantos estudantes?,
 - como os estudantes se deslocam até a escola (faça uma conversa com eles, informe-se quanto tempo demoram, se caminham, o que acontece em dias de chuva...)

Identifique especificidades que a escola apresenta por ser uma escola do campo (Em relação à equipe, professores, horários, merenda escolar, atividades....)

ATIVIDADE 3 – TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO (2h)

A atividade 3 consiste no preenchimento do TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO pelo professor orientador da Escola.

ATIVIDADE 4 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO (18h)

O relatório de estágio deve seguir modelo e orientações constantes no Regimento de Estágio (Apêndice V) e deverá ser elaborado pelo estagiário e entregue em até 30 (trinta) dias após o término do estágio, deve conter breve histórico da escola, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, a relevância da oportunidade, as principais aprendizagens e recomendações. Devendo o Relatório ser aprovado pelo orientador e pela parte concedente.

APÊNDICE III – ORIENTAÇÕES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Observação e Regência articulada no Ensino Médio II

Prezado (a) estudante,

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório apresenta como finalidade observar e realizar a docência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.

Antes de iniciar o estágio nesse semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

NATUREZA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do Curso de Educação do Campo – Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados as especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório deverá ser realizado no Ensino Médio em escolas do campo, comumente conhecidas como escolas rurais, ou escolas que, mesmo localizadas na região urbana dos municípios, atendam estudantes que moram no campo.

OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II tem como objetivos:

- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de química e sua relação com o campo no Ensino Médio.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Elaborar planejamento interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.
- Vivenciar a docência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.
- Vivenciar e analisar situações da prática docente.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O estágio configura-se como uma experiência do exercício de nossa futura profissão, no qual é importante lembrar que estamos “de passagem” em um espaço que nos acolheu para vivências e experiências profissionais. Levar isso em conta significa:

- Respeitar os horários e condutas da instituição,
- Considerar as ações e projetos em andamento,
- Cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,
- Registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme o Orientações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,
- Manter postura ética com as informações da escola e com as análises que construímos,
- Cumprir os compromissos e prazos assumidos.

INFORMAÇÕES GERAIS

- A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta em vínculo empregatício de qualquer natureza;
- O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA ARTICULADA NO ENSINO MÉDIO II (90h)

Em virtude do Curso de Educação do Campo - Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. No Tempo Universidade serão realizadas as aulas de preparação dos (as) licenciandos (as) na universidade, no Tempo Comunidade será efetivado o estágio em uma instituição de ensino.

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30h²²)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio II durante o Tempo Universidade, durante as quais os (as) licenciandos (as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 será elaborado o planejamento para a regência interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia.

ATIVIDADE 2- OBSERVAÇÃO, REGÊNCIA E REGISTRO (40h)

A atividade 2 é composta por três ações integradas e inter-relacionadas que deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

- a) Observação da organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Física e sua relação com o campo no Ensino Médio – 8h
- b) Reorganização do Planejamento – 4h
- c) Regência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio – 20h
- d) Registros – 8h

As orientações para observação (item a) serão realizadas durante o TU. Após as observações será necessário reorganizar o planejamento (item b) elaborado durante o TU para que o mesmo contemple especificidades da turma e do contexto escolar do estágio. A regência (item c) deverá ser realizada com base no planejamento interdisciplinar de Química com articulação com Física e Biologia em escola do campo no Ensino Médio.

²² As cargas horárias para cada atividade constituem-se sugestão, a distribuição da CH total do componente será estabelecida no plano de ensino, observada o mínimo de 20h de regência.

Para o registro (item d) o (a) estagiário (a) utilizará um Caderno de Alternância no qual fará anotações da rotina da escola, informações, reflexões e emoções vivenciadas durante a observação e compreensão do contexto escolar do campo. A proposta de registrar os acontecimentos em um Caderno de Alternância vem no sentido dos registros serem feitos no momento em que se vivenciam as experiências, possibilitando a riqueza dos detalhes e das emoções. Além do Caderno de Alternância, lembre-se de fazer registros fotográficos, previamente autorizados pela escola.

Após cada período na escola (seja de observação ou regência), o (a) estagiário (a) deverá tecer reflexões sobre aquele dia através do registro no Caderno de Alternância acerca das três temáticas abaixo:

- Que bom! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considerou mais significativo naquele dia do estágio)
- Que pena! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considera desnecessário no cotidiano escolar)
- Que tal? (escrever uma sugestão, um modo alternativo de fazer uma das ações observadas naquele dia do estágio)

Para observação e caracterização do campo de estágio considere os seguintes aspectos:

- Conheça os níveis e modalidades de ensino da instituição.
- Observe e descreva:
 - o espaço físico da escola (salas de aula, salas de reunião, quadra, refeitório, biblioteca, secretaria, banheiro),
 - como é a organização e o funcionamento da escola (horários, rotina...),
 - a equipe da escola: é composta por quem? Quais as funções? Quantos estudantes?,
 - como os estudantes se deslocam até a escola (faça uma conversa com eles, informe-se quanto tempo demoram, se caminham, o que acontece em dias de chuva...)
- Identifique especificidades que a escola apresenta por ser uma escola do campo (Em relação à equipe, professores, horários, merenda escolar, atividades....)

ATIVIDADE 3 – TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO 2h)

A atividade 3 consiste no preenchimento do TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO pelo professor orientador da Escola.

ATIVIDADE 4 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO (18h)

O relatório de estágio deve seguir modelo e orientações constantes no Regimento de Estágio (Apêndice V) e deverá ser elaborado pelo estagiário e entregue em até 30 (trinta) dias após o término do estágio, deve conter breve histórico da escola, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, a relevância da oportunidade, as principais aprendizagens e recomendações. Devendo o Relatório ser aprovado pelo orientador e pela parte concedente.

APÊNDICE IV – ORIENTAÇÕES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Observação e Regência articulada no Ensino Médio III

Prezado (a) estudante,

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III apresenta como finalidade observar e realizar a docência interdisciplinar de Biologia com articulação com Física e Química em escola do campo no Ensino Médio.

Antes de iniciar o estágio nesse semestre, leia com atenção este documento que descreve as etapas referentes ao estágio e orienta acerca das documentações de comprovação do estágio.

NATUREZA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório respaldado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 da UNIPAMPA, integra sua formação na licenciatura e busca articular os conhecimentos teórico-práticos da academia com a vivência concreta do contexto escolar e da sala de aula.

O estágio busca a articulação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência através da observação, reflexão, docência e investigação. Neste sentido o estágio possibilita que você, como acadêmico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura compreenda e se aproprie dos saberes e contextos da docência e da escola, além daqueles relacionados as especificidades e necessidades da Educação do Campo.

CAMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

A fim de atender as especificidades do curso e da própria Educação do Campo, o estágio obrigatório deverá ser realizado no Ensino Médio em escolas do campo, comumente conhecidas como escolas rurais, ou escolas que, mesmo localizadas na região urbana dos municípios, atendam estudantes que moram no campo.

OBJETIVOS

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III tem como objetivos:

- Observar e conhecer a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de biologia e sua relação com o campo no Ensino Médio.
- Conhecer o cotidiano e funcionamento da escola e as características da comunidade escolar (discentes e docentes).
- Elaborar planejamento interdisciplinar de Biologia com articulação com Física e Química para o Ensino Médio na perspectiva da Educação do Campo.
- Vivenciar a docência interdisciplinar de Biologia com articulação com Física e Química em escola do campo no Ensino Médio.
- Vivenciar a analisar situações da prática docente.

POSTURA DO ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

O estágio configura-se como uma experiência do exercício de nossa futura profissão, no qual é importante lembrar que estamos “de passagem” em um espaço que nos acolheu para vivências e experiências profissionais. Levar isso em conta significa:

- respeitar os horários e condutas da instituição,
- considerar as ações e projetos em andamento,
- cultivar o respeito pelas pessoas com as quais nos envolvemos,
- registrar e sistematizar as atividades desenvolvidas, conforme as Orientações Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório,
- manter postura ética com as informações da escola e com as análises que construímos,
- cumprir os compromissos e prazos assumidos.

INFORMAÇÕES GERAIS

- A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não acarreta em vínculo empregatício de qualquer natureza;
- O horário de estágio deve ser compatível com o horário da escola na qual o estágio será realizado.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA ARTICULADA NO ENSINO MÉDIO III (90h)

Em virtude do Curso de Educação do Campo - Licenciatura estar organizado em Regime de Alternância, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado durante os Tempos Universidade e Comunidade. No Tempo Universidade serão realizadas as aulas de preparação dos(as) licenciandos(as) na universidade, no Tempo Comunidade será efetivado o estágio em uma instituição de ensino.

ATIVIDADE 1 – ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO (30h²³)

A atividade 1 será realizada por meio da participação nas aulas do componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório - Observação e Regência articulada no Ensino Médio III durante o Tempo Universidade, durante as quais os(as) licenciandos(as) participarão de discussões e atividades relacionadas a ementa do componente. Ainda na atividade 1 será elaborado o planejamento para a regência interdisciplinar de Biologia com articulação com Química e Física.

ATIVIDADE 2- OBSERVAÇÃO, REGÊNCIA E REGISTRO (40h)

A atividade 2 é composta por três ações integradas e inter-relacionadas que deverão ser realizadas com a seguinte carga horária:

- c) Observação da organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento dos conteúdos de Física e sua relação com o campo no Ensino Médio – 8h
- d) Reorganização do Planejamento – 4h
- e) Regência interdisciplinar de Física com articulação com Química e Biologia em escola do campo no Ensino Médio – 20h
- f) Registros – 8h

As orientações para observação (item a) serão realizadas durante o TU. Após as observações será necessário reorganizar o planejamento (item b) elaborado durante o TU para que o mesmo contemple especificidades da turma e do contexto escolar do estágio. A regência (item c) deverá ser realizada com base no

23 As cargas horárias para cada atividade constituem-se sugestão, a distribuição da CH total do componente será estabelecida no plano de ensino, observada o mínimo de 20h de regência.

planejamento interdisciplinar de Biologia com articulação com Química e Física em escola do campo no Ensino Médio.

Para o registro (item d) o (a) estagiário (a) utilizará um **Caderno de Alternância** no qual fará anotações da rotina da escola, informações, reflexões e emoções vivenciadas durante a observação e compreensão do contexto escolar do campo. A proposta de registrar os acontecimentos em um Caderno de Alternância vem no sentido dos registros serem feitos no momento em que se vivenciam as experiências, possibilitando a riqueza dos detalhes e das emoções. Além do Caderno de Alternância, lembre-se de fazer registros fotográficos, previamente autorizados pela escola.

Após cada período na escola (seja de observação ou regência), o (a) estagiário (a) deverá tecer reflexões sobre aquele dia através do registro no Caderno de Alternância acerca das três temáticas abaixo:

- Que bom! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considerou mais significativo naquele dia do estágio)
- Que pena! (escrever sobre o fato, observação ou experiência que considera desnecessário no cotidiano escolar)
- Que tal? (escrever uma sugestão, um modo alternativo de fazer uma das ações observadas naquele dia do estágio)

Para observação e caracterização do campo de estágio considere os seguintes aspectos:

- Conheça os níveis e modalidades de ensino da instituição.
- Observe e descreva:
 - o espaço físico da escola (salas de aula, salas de reunião, quadra, refeitório, biblioteca, secretaria, banheiro),
 - como é a organização e o funcionamento da escola (horários, rotina...),
 - a equipe da escola: é composta por quem? Quais as funções? Quantos estudantes?,
 - como os estudantes se deslocam até a escola (faça uma conversa com eles, informe-se quanto tempo demoram, se caminham, o que acontece em dias de chuva...)
- Identifique especificidades que a escola apresenta por ser uma escola do campo (Em relação à equipe, professores, horários, merenda escolar, atividades....)

ATIVIDADE 3 – TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO 2h)

A atividade 3 consiste no preenchimento do TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO pelo professor orientador da Escola.

ATIVIDADE 4 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO (18h)

O relatório de estágio deve seguir modelo e orientações constantes no Regimento de Estágio (Apêndice V) e deverá ser elaborado pelo estagiário e entregue em até 30 (trinta) dias após o término do estágio, deve conter breve histórico da escola, as atividades desenvolvidas, avaliação do estágio, a relevância da oportunidade, as principais aprendizagens e recomendações. Devendo o Relatório ser aprovado pelo orientador e pela parte concedente.

APÊNDICE V - RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

REALIZADO PELO ESTAGIÁRIO E DEVE CONTER:

- Capa;
- Sumário;
- Introdução;
- Organização da Instituição ²⁴;
- Atividades desenvolvidas (pode incluir apêndices, anexos e ilustrações);
- Avaliação do estágio

COMENTE E REFLITA SOBRE:

1. A relevância da oportunidade;
2. As principais aprendizagens;
3. Recomenda este tipo de estágio, nesta organização, a outros estudantes da UNIPAMPA?
4. Que recomendações faz à UNIPAMPA, relativamente à escolha das instituições de estágio e aos procedimentos de orientação do estágio (função do professor orientador)?
5. Que lições leva desta experiência para sua vida profissional e pessoal?

ROTEIRO DE AUTOAVALIAÇÃO: IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Escreva sobre a importância do estágio para sua formação profissional e faça uma auto avaliação da sua vivência no estágio. Sugerimos abaixo algumas questões para orientar suas reflexões acerca da importância do estágio para a formação profissional, mas ressaltamos que não se trata de um questionário, e que portanto queremos que esta reflexão esteja em forma de texto.

- Que aprendizagens foram construídas nesse processo? (aprendizagens como futuro docente, aprendizagens relacionadas as ciências da natureza, aprendizagens humanas)
- Quais os conhecimentos e técnicas, adquiridos em seu curso, que foram aplicados durante o estágio?

24 Com relação a organização da instituição, descrever de acordo com as indicações constantes na atividade 2 das Orientações de Estágio Curricular Obrigatório.

- O estágio proporcionou-lhe novos conhecimentos e técnicas que não foram vistos durante o seu curso? Descreva-os:
- Que dificuldades você encontrou no período de desenvolvimento do estágio? (planejamento e execução)
- Como foi sua interação e relações com os estudantes e funcionários da escola?

FOLHA DE APROVAÇÃO – Parte Concedente, Professor Orientador, Colegiado.